

DANIEL ARRUDA MARTINS

**OS PARADOXOS DA EXPERIÊNCIA DO ARMÁRIO
ENTRE JOVENS GAYS E LÉSBICAS:
UM ESTUDO PSICOSSOCIAL**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
BELO HORIZONTE
MAIO DE 2010**

DANIEL ARRUDA MARTINS

**OS PARADOXOS DA EXPERIÊNCIA DO ARMÁRIO
ENTRE JOVENS GAYS E LÉSBICAS:
UM ESTUDO PSICOSSOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Psicologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Máximo Prado

Co-orientadora: Profa. Dra. Juliana Perucchi

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
BELO HORIZONTE
MAIO DE 2010**

Sumário

Introdução: De saída... para entrar no armário	4
Apresentação das discussões.....	9
Metodologia.....	11
Problema de pesquisa.....	11
Perguntas norteadoras da pesquisa:.....	12
A pesquisa qualitativa	12
O pesquisador: acadêmico-militante	14
Engajamento político	14
A emergência do tema	15
Um caminho possível	19
A seleção de informantes para a pesquisa.....	19
Vozes possíveis.....	21
Características em comum.....	22
A Internet	23
Coleta de dados: o depoimento.....	24
Análise de dados: uma leitura crítica	26
O tratamento dos dados	26
O trabalho da memória e a necessidade da análise crítica.....	27
Inspiração analítica.....	29
A realização das entrevistas	32
Trajetórias diversas: experiências distintas	34
Humberto: o profissional de sucesso.....	34
Douglas: do interior à capital	37
Tércio: na faculdade, no armário; em casa, no sofá da sala com o namorado.....	39
Queila: fora da casa dos pais e dentro do armário	41
Cícero: colorido no trabalho.....	44
Sérgio: “nunca tive nenhum problema com isso”	46
Stênio: bem dentro, da Igreja e do armário.....	49
Análise	53
Bibliografia	115

Introdução: De saída... para entrar no armário

“Eu não sabia o que era um maricas, mas eu já sabia que eu não poderia ser um”
Zac¹, em C.R.A.Z.Y.²

Este trabalho é um convite ao encontro. Há encontros que só podem acontecer depois que as luzes se apagam, as portas se fecham e todos já se foram. Há encontros que fazemos em silêncio. E ainda aqueles nos quais revelamos nossos maiores segredos. Há encontros que são, antes de tudo, encontros com a própria dignidade perdida... ou jamais experimentada.

Vamos ao encontro daqueles que habitam às sombras. Ouviremos suas vozes outrora dissimuladas, sussurrantes, ou sequer permitidas. Buscaremos amplificá-las e traduzi-las em denúncia de uma hierarquia sexual e social que deslegitima e inclui subalternamente aqueles tidos por inadequados aos padrões heterossexuais hegemônicos.

Conforme os estudos foucaultianos (Foucault, 2009; 1976), podemos identificar a sexualidade como um dispositivo histórico do poder que se desenvolveu desde fins do século XVIII nas sociedades ocidentais modernas e se baseou na inserção do sexo em sistemas de utilidade e regulação social (Miskolci, 2007). Vivenciamos esta regulação social conforme os ditames de uma sociedade heteronormativa calcada na inferiorização de todos aqueles que destoam ou questionam os padrões/normas heterossexuais vigentes (Kimmel, 1994; Louro, 2001; Miskolci, 2007; Prado e Machado, 2008).

Esta norma atua de modo a conferir privilégios a alguns às custas de privações impostas a outros. Os processos de naturalização, inerentes a sua dinâmica de ação, da tornam invisível e, por isso mesmo, inquestionável. *“Os processos que conferem o privilégio a um grupo e não a outro grupo são frequentemente invisíveis àqueles que*

¹ Zachary Beaulieu, ou Zac, é Interpretado por Émile Vallée até os oito anos e por Marc-André Grondin na idade madura.

² C.R.A.Z.Y. é um filme canadense dirigido por Jean-Marc Vallée, com roteiro de Jean-Marc Vallée e François Boulay. Lançado em 2005 no Canadá. No Brasil, com o título *C.R.A.Z.Y. – Loucos de Amor*, estreou nos cinemas em novembro de 2006. Fonte: www.adorocinema.com.br (Russo, 2006).

são, deste modo, privilegiados” (Kimmel, 1998), e estes processos são, por si mesmos, uma questão política. A emergência dos privilegiados e dos subalternos é simultânea, em uma mútua e desigual interação. O hegemônico se estabelece por meio da construção de um feixe de “outros” desvalorizados.

De tal modo, nossa sociedade, que de forma compulsória se afirma majoritariamente heterossexual e, portanto, legítima, estaria alheia aos processos históricos e sociais de diferenciação e inferiorização das homossexualidades. O resultado de tais processos é percebido pelos privilegiados apenas como um dado natural, um fato a se constatar na ordem do universo. Ainda assim, tal constatação só se lhes apresenta quando são externamente questionados.

As homossexualidades seriam assim naturalmente inferiores, por constituírem um desvio da natureza saudável da humanidade. Acreditamos que os processos de construção da homossexualidade enquanto desvio, para que fosse possível a delimitação de um campo de legitimidade para a heterossexualidade, por contraste, foram muito bem descortinados na obra de Foucault (2009; 1976). Vários autores, dentre os quais destacamos Louro (2009), realizaram rigorosas releituras de sua obra, apresentando esse processo histórico de construção da homossexualidade de forma a torná-lo ainda mais explícito. De tal modo, julgamos desnecessária uma explanação mais minuciosa a esse respeito neste momento.

No âmbito deste trabalho, partindo do reconhecimento das condições expostas acima, buscamos contribuir para uma maior compreensão da dinâmica psicossocial que estrutura essas relações sociais de subordinação e opressão (Prado, 2002). Esperamos avançar no conhecimento acerca das dinâmicas do preconceito e da discriminação, em especial no que diz respeito à homofobia. Nossa contribuição inclui questionamentos e problematizações acerca desse conceito, tomando argumentos da análise dos discursos e das práticas sociais de nossos informantes. Todos eles lidam, de alguma forma, com isso que traduzimos aqui por *políticas do armário*.

Investigamos o silêncio e o segredo que constituem, em diferentes níveis, a sexualidade e a vida, pública e privada, de jovens homens e mulheres³ não-heterossexuais que residem na região metropolitana de Belo Horizonte, atentando para seus discursos e suas práticas sociais. Tomamos como instrumento de análise principal, para a investigação desse objeto, o conceito de políticas do armário, descrito por Villaamil (2004, p. 280) como uma *“figura de discurso, uma atividade prática e uma arma política”*.

Em todos os âmbitos deste trabalho, partiremos dos relatos de nossos informantes e a eles retornaremos para explicitar, a partir das vivências pessoais, questões que circunscrevem o meio social que todos partilhamos. Este meio social propicia condições para que experiências semelhantes sejam vividas por muitos outros. As pretensões de generalização não são outras senão as de, pela explicitação de experiências concretas, descortinar realidades que podem estar tomando curso e concretude na existência de tantas outras pessoas, especialmente entre os jovens. Tais relatos adquirem também o caráter de denúncia, por descreverem, por várias vezes, situações que qualificamos como sendo de violência, mas que não emergem à cena pública.

“É... a vida inteira eu me escondi, a vida inteira eu me reprimi (...) eu não estava feliz, eu sabia que eu não estava feliz. Eu tinha tudo reprimido na minha vida, minhas emoções, meus desejos, tudo.”
(Humberto⁴, 26 anos)

“(...) então, era assim um negócio muito doido (...) às vezes eu sinto muito isso, essa questão do bloqueio mesmo. Assim: bloqueei e agora não consigo desbloquear totalmente (...) gostam, essas coisas todas, mas não criam um vínculo forte, arrebatador, (...) como boa parte das pessoas acabam criando nos relacionamentos, (...) eu nunca consegui criar isso, manter isso...” (Stênio, 23 anos)

“(...) comecei a namorar, (...) uma das dificuldades assim, é essa questão do segredo mesmo, sabe? Atualmente eu tenho me questionado muito, (...) eu vou ficar no armário? Até quando que eu vou ficar nisso? (...) mas aí hoje em dia tá me incomodando isso, de

³ Não abarcaremos, no âmbito deste trabalho, pelas complexidades que mereceriam análises pormenorizadas, questões relacionadas à vivência da transexualidade e da travestilidade.

⁴ Todos os nomes atribuídos aos nossos informantes são fictícios.

ficar escondida sabe? De (...) ter que ficar cheia de dedos nas minhas experiências, de não poder ter uma afetividade livre” (Queila, 27 anos)

Humberto diz que se *escondia* e se *reprimia*. Sabia que não estava feliz e sabia que a razão de sua infelicidade dizia respeito a esse seu esconderijo. Suas emoções e seus desejos eram âmbitos dos quais ele precisava se apartar.

Stênio usa a palavra *bloqueio* para descrever a forma como lidava com seus sentimentos. A barreira que construiu para si mesmo hoje o impede de vivenciar plenamente sua afetividade. Considera-se incapaz de vincular-se a alguém. O bloqueio que ele dirigia a seus sentimentos hoje é algo alheio à sua vontade. Não consegue desbloquear totalmente e é, agora, internamente refém de seus sentimentos que o bloqueiam.

Queila, por outro lado, estabeleceu o que Stênio chamaria de um *vínculo forte* com uma outra mulher. Os sentimentos que ela descreve são do momento em que completa dez meses de namoro. Lidava com o silêncio e o segredo encarando-os como algo a aceitar. Mas a situação começa a mudar na medida em que ela se reconhece cerceada, diferencialmente cerceada, nos contatos públicos com sua namorada. Ficar *escondida* ou ficar policiando suas reações e comportamentos, *cheia de dedos*, são questões que começam a incomodar. *Até quando?* Farta, ela já se pergunta por que deve tolerar tal situação.

Esconder-se, reprimir-se, bloquear-se, policiar-se... essas são apenas algumas das posturas adotadas por nossos informantes. Quantos outros sujeitos não experimentaríamos situações semelhantes? A imposição social ao silêncio e ao segredo leva a uma série de outras posturas de auto-violação adotadas pelos desviantes da norma heterossexual. É aqui que encontramos nossa questão de estudo.

É pra dizer dessas situações que acometem sujeitos em nível individual e coletivo, com repercussões em nível psíquico, mas com repercussões ainda maiores na manutenção de uma ordem social que nega direitos e acessos, incluindo subalternamente, que falamos de *políticas do armário*.

É para a análise desse contexto de privações, buscando revelá-lo como um contexto de violência, que nos valem do conceito de *armário* também como “*uma forma de regulação da vida social de pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo, mas temem as conseqüências nas esferas familiar e pública*” (Miskolci, Comentário, 2007, p. 58).

O conceito de *armário* nos auxiliará numa tarefa que requer duplo foco de atenção: servirá como instrumento de reflexão acerca daqueles que se relacionam com pessoas do mesmo sexo; ao mesmo tempo, lançará nossa atenção para o seu papel como meio de regulação que garante privilégios àqueles que se relacionam com indivíduos do sexo oposto e contribui para a hegemonia de seus valores. Um paradoxo, talvez apenas o primeiro com o qual nos depararemos ao longo de nossas análises, se coloca: evitar a rejeição familiar e social, pela vivência da condição de invisibilidade, contribui para manter as instituições e normas morais em voga em nossa sociedade. Contudo, para muitos, pode ser também a única condição possível de (sub)existência em meios sociais extremamente aversivos às homossexualidades.

Assim, por um lado, o *armário*, pode ser visto como forma de regulação pautada pelo segredo, pela mentira e pela vida dupla (Miskolci, Comentário, 2007) que diz respeito tanto aos que se vêem constrangidos a viver suas vidas amorosas em sigilo, quanto aos que gozam o privilégio de vivê-las abertamente. Desenvolvem-se mecanismos de proteção que atuam também como forma de aprisionamento com conseqüências psíquicas e sociais àqueles que nele se escondem.

Villaamil (2004) nos ajuda a compreender esse caráter sempre relacional do conceito de *armário*, que chama nossa atenção sempre para a dinâmica de poder em curso no cotidiano das relações:

“De esta manera, se trata de un concepto relacional, que puede aplicarse adecuadamente también a las microprácticas o prácticas que transcurren en la cotidianidad, que subraya el control epistemológico y los diferenciales de poder de la situación de interacción.” (p. 282)

Este é nosso ponto de saída, ou de entrada, para o *armário* e as análises que ele nos permitirá do fenômeno social do preconceito e da discriminação contra as homossexualidades.

Apresentação das discussões

Até este momento, buscamos introduzir o leitor ao conceito de *armário* que usaremos ao longo desse trabalho e que é também o motivador dessas discussões. Para tanto, consideramos essencial uma aproximação não apenas teórica, por meio dos autores que já se esforçaram por delimitá-lo, mas também vivencial, pela via do primeiro contato com o relato de alguns de nossos informantes. Apenas o ponto de entrada para tantos outros encontros que ainda teremos ao longo dessas páginas. O convite está feito e segue de pé.

Na sequência, apresentaremos o percurso desenvolvido para a conformação dessa pesquisa e a metodologia desenvolvida ao longo de sua execução. Faz-se necessária também a apresentação do pesquisador, para melhor situar o leitor no diálogo que empreenderemos e também para uma melhor compreensão da emergência da questão abordada como tema de pesquisa. Longe das míticas pretensões de neutralidade científica, já há muito superadas no campo das ciências humanas, consideramos que a implicação pessoal do sujeito pesquisador (e de sua história) no contato com o sujeito pesquisado configura-se como instrumento da pesquisa. Portanto, tal implicação deve ser elucidada como ponto metodológico. Descrevemos nossa trajetória de engajamento na academia e na militância, além de âmbitos da vida pessoal, na medida em que se fazem pertinentes. Apontamos o caminho de elaboração e reelaboração do projeto que originou esse trabalho. Destacamos aspectos da execução da pesquisa e detalhamos seu desenho metodológico, com ênfase nos processos de coleta e análise de dados, centrados no método da coleta de depoimentos (ou testemunhos).

Nossa entrevistada e nossos entrevistados são apresentados a seguir. Narramos a forma de acesso a cada um deles e apresentamos as situações específicas de agendamento e realização de cada entrevista. Uma rápida descrição do clima e do transcurso da interação de entrevista precede a exposição inicial dos principais conteúdos trazidos por cada informante e a reconstituição parcial de sua trajetória de vida, por meio dos aspectos que conseguimos apreender de seu depoimento.

Formalmente apresentados aos personagens principais desse trabalho, poderemos contar com sua voz, outrora silenciadas, como guias nos aspectos centrais das demais seções.

Suas histórias nos conduzirão a uma melhor compreensão do conceito de armário. Priorizaremos o contato com os relatos para identificarmos na prática como o armário é vivenciado.

As vivências do armário, em suas diversas facetas, colocarão em xeque a capacidade do conceito de homofobia para a identificação e compreensão dos elementos que compõem a dinâmica do preconceito e da discriminação contras as homossexualidades. Em complementação à formulação *saída do armário*, apresentaremos também esta outra: o *armário como saída*, compreendendo uma de suas facetas enquanto arma política. Passaremos então a uma problematização do alcance analítico do conceito de homofobia em contraposição ao de *armário*.

Tal empreitada nos coloca a necessidade de uma melhor compreensão da estrutura normativa que delinea os lugares ocupados pelos sujeitos sexuais em nossa sociedade, de modo a melhor compreendermos como a homofobia e o *armário* operam nessa estruturação. Chegamos assim a uma breve exposição do conceito de heteronormatividade. Seguimos com o auxílio de nossos informantes e seus depoimentos.

Perceberemos como a heteronormatividade legitima atos homofóbicos e, ao lançar mão de um instrumento de subjetivação poderoso, *a injúria*, constrange sujeitos ao *armário* a partir da constituição de sua própria subjetividade nos moldes da

vergonha. A consciência forjada pela injúria, antes de poder ser alvo, é produto e, portanto, segue sendo instrumento de assujeitamento à injúria.

As marcas da injúria e as possibilidades e estratégias de superação das mesmas são então apresentadas nos mais diversos âmbitos de interação social dos sujeitos que vivenciam o *armário*.

Por fim, como que diante de um novo paradoxo, analisamos casos limite, ainda que comuns, nos quais a superação da injúria e do constrangimento ao *armário* são possibilitados pelo recurso a elementos basilares da heteronormatividade. Esta mesma, que outrora fora descrita como fonte das forças-motrizes da lógica instaurada de opressão e subordinação da homossexualidade, oferece agora elementos de redenção à mesma, possibilitando ressignificações positivas da identidade homossexual e, portanto, patrocinando a saída do armário.

Afinal, *sair do armário* implica necessariamente na autonomia e na emancipação do sujeito homossexual e na afronta política às estruturas sociais que o compelia/e ao silêncio?

Há encontros que pedem novos encontros...

Vamos a este, cujo itinerário acabamos de traçar.

Metodologia

Problema de pesquisa

Buscando aprofundar o conhecimento acerca da dinâmica psicossocial da homofobia, em suas manifestações interpessoais, institucionais e culturais, apostamos no conceito de “políticas do armário” como categoria de análise para a compreensão de importantes aspectos ainda não visibilizados dessa complexa situação que envolve violências ainda não nomeadas. Partiremos ao encontro de jovens que, em algum

nível, vivenciam sua sexualidade, ou alguma faceta dela, em desacordo com a norma heterossexual vigente. A afirmação identitária ou o reconhecimento de si enquanto homossexual, vivenciados enquanto interdições na vida pública, configuram o cenário que chamamos de armário, no qual o/a jovem percebe-se em situação de potencial desvantagem ou alvo de sanções, tendo em vista o possível reconhecimento (ou “descoberta”) por outros de sua orientação sexual. A conformação diferenciada dessas questões e lugares na subjetividade de jovens “heterossexuais” e “homossexuais” chama a atenção para a heteronormatividade como norma que forja subjetividades e atua infligindo sofrimentos ou garantindo privilégios.

Perguntas norteadoras da pesquisa:

Como os jovens homossexuais vivenciam socialmente a questão do “sair” ou “não” “do armário” que lhes é colocada em um meio social heteronormativo? Quais são suas estratégias diante dessa questão que se renova a cada nova relação ou contato estabelecido?

Quais os atravessamentos institucionais nos âmbitos familiar, acadêmico, profissional e religioso, que interferem na vivência do armário por esses sujeitos?

Como o armário configura-se de forma diferenciada nas diversas esferas da vida de um/a jovem? Quais são seus aspectos vivenciados como positivos e como negativos?

Politicamente, quais as implicações dessa diversas posturas e estratégias adotadas?

A pesquisa qualitativa

Conscientes da complexidade dos elementos que compõem o campo de estudos no qual nos lançamos e do caráter subjetivo das vivências sociais de nossos sujeitos, lançamo-nos ao desenvolvimento de um trabalho pautado principalmente pelas metodologias qualitativas. Preocupamo-nos com a investigação de sujeitos mais

ou menos agrupáveis por características semelhantes, mesmo guardando particularidades, e focalizamos histórias sociais pela ótica dos próprios atores em suas relações. Amplas generalizações não estão no escopo desta pesquisa, mas a maior compreensão e explicitação de situações de opressão que, embora particulares, dizem em algum nível de uma condição partilhada socialmente. Esses intentos (de)limitados e explicitados, além de nosso reconhecimento da subjetividade e do simbólico como partes integrantes da realidade social, do indissociável imbricamento entre subjetivo e objetivo, entre atores sociais e investigadores, entre fatos e significados, entre estruturas e representações nos ajudam a enxergar-nos dentro do campo de pesquisas qualitativas, conforme tenta descrever Minayo (2006).

Dedicamo-nos também a um trabalho de explicitação de dados quantitativos, que nos serviram de indicadores da materialidade e relevância também estatística da vivência do armário. Nesse intuito, realizamos o levantamento e a análise de dados coletados em diversas Paradas do Orgulho LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) em busca de informações fornecidas pelos entrevistados acerca de sua expressão pública da homossexualidade e das formas de injúria sofridas.

Também nos valem de pesquisas de cunho quantitativo realizadas na área da saúde, para expor algumas facetas da questão trabalhada.

Não nos detivemos em análises descritivas das práticas e dos comportamentos sociais de nossos sujeitos de pesquisa. Atentamos também para a questão da sujeição e da subjeituação dos sujeitos nesse ambiente social de subordinação, buscando compreender suas lógicas de instituição de hierarquias pela criação de diferenças, no que nos aproximamos dos estudos queer (Louro, 2001).
jeição.

O pesquisador: acadêmico-militante

Engajamento político

Nosso trabalho tem intenções claramente políticas. Não negamos o caráter político de interpelação social presente em nossas análises, mas antes o explicitamos a fim de localizar o leitor diante deste trabalho, conforme a ética acadêmica pressupõe.

Inserimo-nos, dentro do pensamento social latino-americano, na linha de análises sociais provocadas, em grande parte, pela ação dos ditos novos movimentos sociais. Tais grupos fizeram emergir novos conflitos sociais em torno das questões ecológicas e de meio-ambiente, questões de gênero, de sexualidade, de etnia, entre outras.

Almejamos responder à demanda atual por novos olhares analíticos, desvinculados dos vícios e debates da Guerra Fria, superando a visão monista, de sistema social solidário e orgânico, que tende à homeostase (Rosenmann, 2005). As reivindicações emergentes desses grupos dos novos movimentos denunciam relações de opressão e desigualdades silenciadas em nossa sociedade. Propusemo-nos a analisar essas denúncias. Contudo, estivemos sempre atentos ao dado de que essas relações de opressão por vezes silenciam os sujeitos colocados na posição de inferioridade.

Fomos assim, ao encontro das experiências silenciadas, para dar-lhes voz. A essa voz, uma escuta analítica adequada ao contexto local, brasileiro e latino-americano, em que são silenciadas. Ainda que grupos organizados, como os grupos do movimento LGBT, consigam organizar atos de mobilização política para romper o silêncio em torno do tema, a realidade experienciada em nível individual ainda é de fragilidade e medo de reprimendas.

A emergência do tema

O interesse por pesquisar tal temática parte do envolvimento pessoal do autor com a questão. Por meio da vivência pessoal de preconceito e discriminação, além do compartilhar das experiências de amigos homossexuais que vivenciam de forma muito dolorosa a “política do armário”, identificamos o presente problema de pesquisa como um processo psicossocial de opressão a ser analisado e visibilizado.

A participação em atividades de pesquisa desenvolvidas pelo Núcleo de Psicologia Política da Universidade Federal de Minas Gerais (NPP/UFMG) propiciou uma maior aproximação com os estudos acadêmicos nesse tema. Entre essas atividades, merece destaque a aplicação de questionários para traçar o perfil dos participantes da 8ª Parada do Orgulho GLBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais) de Belo Horizonte (Prado, Rodrigues, & Machado, 2006), que permitiu um primeiro contato significativo com a ação da militância.

As atividades de Iniciação Científica, financiadas pelo CNPq, e de pesquisa em nível de mestrado, financiadas pela CAPES, sempre orientadas pelo professor Marco Aurélio Máximo Prado, junto ao Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania GLBT da Universidade Federal de Minas Gerais (Nuh/UFMG), permitiram o melhor delineamento do problema de pesquisa aqui abordado.

Nesse espaço de produção coletiva de conhecimento, constituído pelos integrantes do Nuh/UFMG e do NPP/UFMG, Costa e Prado (2006), já haviam identificado a “vivência do armário”, manifesta no medo da identificação pública como homossexual, um dos principais impedimentos para a participação política por meio do engajamento no movimento social LGBT. Esse trabalho indicava a necessidade da realização de pesquisas mais aprofundadas e de viés mais qualitativo acerca da “política do armário” e jovens homossexuais.

Somam-se às atividades em nível acadêmico com vinculação direta à minha motivação para a pesquisa, a participação nas equipes de coordenação e capacitação do *Projeto Educação sem Homofobia*, realizado pelo Nuh/UFMG em parceria com a

Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (Secad/MEC).

Tal projeto conta atualmente com o apoio das secretarias municipais de educação de 6 municípios mineiros. Em algumas cidades, outras secretarias também participam. Integrantes de diversos grupos do Movimento Social LGBT participam das reuniões de coordenação e dos encontros de capacitação do Projeto. Entre abril e novembro de 2008, de forma direta, e desde dezembro de 2007, no planejamento, atuamos na capacitação de 240 educadores e educadoras da rede pública de ensino. Em 2010, mais 500 educadores participam do projeto. Os educadores e educadoras são formados para o enfrentamento à homofobia e ao sexismo a partir do ambiente escolar. Tal capacitação é realizada em encontros presenciais de formação, debate e reflexão, quinzenais, com duração de 4 horas, totalizando 60 horas, acrescidas de 20 horas de atividades vivências extra-classe (compostas por participação em palestras, eventos e manifestações organizadas pelo movimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, ou outras instituições que pautam a temática LGBT).

O contato direto com as situações trazidas pelos educadores e educadoras, envolvendo alunos, familiares e demais profissionais da escola, apontaram também para a complexidade de fatores envolvidos nas vivências sexuais dos jovens e adolescentes. A escola e a família aparecem, a partir desses contatos, como fatores que merecem atenção em nossas análises, podendo contribuir positiva ou negativamente para o desenvolvimento da sexualidade dos jovens da forma mais sadia possível.

O envolvimento pessoal do autor na militância política LGBT foi outro fator motivador para o desenvolvimento desse trabalho, politicamente engajado e de caráter acadêmico-militante. Desde setembro de 2007, tenho atuado, junto a outros universitários e universitárias, no Grupo Universitário em Defesa da Diversidade Sexual (GUDDS!), formado a partir da experiência do ambiente universitário como integrante e reprodutor de uma dada estruturação social que discrimina e inferioriza todos aqueles e aquelas que não se enquadram na norma heterossexual compulsória.

É neste espaço, em que muitos estudantes são vítimas de violências físicas e simbólicas (até então não nomeadas como violência), que teve início a articulação para a criação de um grupo que pautasse essa questão e denunciasse a homofobia praticada de forma perversa e velada, quando não aberta, nos locais de estudo, trabalho e convivência universitária. A iniciativa foi de um grupo de estudantes que sentiam a necessidade de construir um espaço para a discussão de questões relacionadas à orientação sexual e às identidades de gênero no cotidiano universitário e, de forma bem fundamentada, agir de modo a transformar a realidade de opressão vivida. Dessa forma, em setembro de 2007 surgiu o GUDDS!.

Desde então o grupo vem realizando reuniões semanais no Campus Pampulha da UFMG, propiciando espaço para a criação de uma rede de amparo, solidariedade e de ação política entre os estudantes. São realizadas palestras e debates com a comunidade universitária, oficinas, exibição de filmes e rodas de conversa pautando a diversidade sexual.

Entre 29 de setembro e 3 de outubro de 2008, foi realizada a *I Semana Universitária da Diversidade Sexual*, com o tema *Rompendo o Pacto do Silêncio*. Durante toda uma semana, diversos espaços e centros de formação do campus Pampulha da UFMG foram interpelados por atividades que questionavam a heterossexualidade como norma inquestionável enquanto pautavam a diversidade sexual.

Em 2010, entre 3 e 7 de setembro, universitários, pesquisadores e militantes de vários estados do Brasil participaram do 7º Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDES 7), realizado em Belo Horizonte, pelo GUDDS! e o Nuh/UFMG.

Foram realizadas também atividades junto aos outros grupos do movimento social LGBT, como a organização do Fórum Municipal GLBT de Belo Horizonte, a organização da Conferência Estadual GLBT de Minas Gerais e a participação na I Conferência Nacional GLBT, com o envio de um delegado eleito pelo Estado de Minas Gerais e de um observador.

Como integrante do GUDDS!, busco viabilizar a militância em prol da garantia dos direitos e do respeito às cidadãs e aos cidadãos LGBT e contra o sexismo, o machismo e a homofobia, também por meio da produção acadêmica relacionada a esses temas.

A ação do grupo é balizada pela militância academicamente orientada e pela produção acadêmica de caráter militante. O que diz da forma como se compreendem: acadêmicos e militantes inseridos no meio universitário. Na visão do grupo, é a universidade, pretensamente neutra, mas extremamente preconceituosa, que os convoca à ação militante. Ao mesmo tempo, o meio acadêmico configura-se como espaço possível para o desenvolvimento de reflexões teóricas que interpelem a ação do grupo de forma crítica.

A atuação do GUDDS! tem interpelado a comunidade universitária, em sua forma de pensar e agir, mas também a administração da instituição universitária, apontando sua conivência com tais violências ao não se pronunciar sobre as discriminações cotidianas praticadas nos campi. Exige-se a tomada de providências de modo a não mais legitimar, por meio do silêncio supostamente neutro, a execução de tais atos.

Dessa forma, não nos negamos a admitir a execução dessa pesquisa segundo muitos dos princípios partilhados pelo GUDDS! e mais, ousamos ainda descrevê-la como atividade acadêmica de caráter militante que se propõe a fornecer subsídios para uma ação militante academicamente orientada.

Com isso, explicitamos nossa atenção à situação social na qual a pesquisa é realizada e a consciência e intenção de que o nosso fazer atue para modificá-la. Ao mesmo tempo reafirmamos nosso compromisso ético com o rigor metodológico que deve delimitar a ação acadêmica.

Um caminho possível

Tínhamos como um de nossos objetivos maiores, a análise psicossocial da estrutura social que constrange determinados sujeitos, com pretensões claramente políticas. Isso, contudo, não justificaria o escrutínio da vida daqueles que se escondem no armário, excluindo-se aqueles aos quais o armário se presta de maneira a garantir privilégios. Contudo, com Sedgwick (2007), fomos levados a reconhecer que não dispúnhamos de outro método mais adequado para isso.

A seleção de informantes para a pesquisa

Almejamos pautar a escolha dos sujeitos de pesquisa pelo princípio da diversidade das experiências psicossociais possíveis. Buscamos nossos sujeitos ali onde se produzem discursos e silêncios acerca da homossexualidade. Era nosso intento visibilizar situações de discriminação por orientação sexual e a amplitude da disseminação dos sofrimentos daí advindos nos diversos extratos da sociedade. Por isso, não buscamos a constituição de um grupo de sujeitos coeso e homogêneo, onde a decantação das experiências permitisse a identificação de elementos comuns, pretensamente universais. Tornamos presentes práticas e discursos invisibilizados, pautando-os como existentes e como alternativas ao discurso hegemônico. Na perspectiva de Boaventura de Souza Santos (2002), aproximamo-nos do fazer de uma sociologia das ausências:

“A sociologia das ausências visa identificar o âmbito dessa subtração e dessa contracção de modo a que as experiências produzidas como ausentes sejam libertadas dessas relações de produção e, por essa via, se tornem presentes. Tornar-se presentes significa serem consideradas alternativas às experiências hegemônicas, a sua credibilidade pode ser discutida e argumentada e as suas relações com as experiências hegemônicas poderem ser objeto de disputa política. A sociologia das ausências visa, assim, criar uma carência e transformar a falta da experiência social em desperdício da experiência social.” (p.268)

Pautamo-nos então, pela pluralidade de experiências possíveis, atentando para atravessamentos sociais, institucionais, familiares, relacionais, religiosos, educacionais, profissionais, geracionais, de classe e geográficos, na medida em que esses âmbitos forem tematizados pelos sujeitos de pesquisa em seus depoimentos. O sujeito é assim, sempre compreendido em sua condição de sujeito psicossocial, e para isso o conceito de armário tem grandes contribuições por destacar a vivência relacional dos sujeitos no meio social e institucional que o conforma e que por ele é transformado.

Seguindo esse princípio da seleção por critérios de incorporação de possibilidades e não desperdício das experiências, estivemos abertos à prática metodológica da “bola de neve”, segundo a qual se esperávamos que cada sujeito de pesquisa pudesse indicar novos sujeitos de pesquisa. Tal abertura se concretizou em ovas indicações por 2 vezes.

Ao lidarmos com jovens homossexuais, estamos tratando com sujeitos que, conforme nos ajuda a compreender a dinâmica da política do armário, “não existem” em muitos dos meios e ambientes nos quais convivem.

O “armário” pode colocar-se como necessidade no relacionamento com a família ou com os colegas e professores na escola, enquanto pode não ser necessário no círculo de amizades mais íntimas. Em uma outra situação, podemos conceber o sujeito que fala abertamente de sua sexualidade com sua família e amigos, mas que, no ambiente profissional, percebe-se em condição de vulnerabilidade e/ou inferioridade pessoal/profissional caso venha a ser reconhecido como homossexual. Há ainda aqueles que apenas conseguirão expressar-se enquanto sujeitos que desejam outros do mesmo sexo recorrendo a uma máscara, a uma identidade provisória ou ilusória, que resguarde sua privacidade e que não torne necessária a exposição física, permitindo encontros, conversas e satisfação sexual por meios virtuais.

Vozes possíveis

Afirmamos então o caráter sempre contextual do “armário”, que determina áreas sociais e relacionais de interdição, mas que pode deixar áreas de abertura. E identificamos também que existem possibilidades de escape que são encontradas pelas vozes desses sujeitos no “armário”. É por essas peculiaridades da política do armário que podemos ousar dialogar, colher e analisar as experiências dos sujeitos a partir de sua própria expressão. Se não for a partir dessas considerações e dessa compreensão da dinâmica do armário, incorreríamos na contradição de buscar falar com sujeitos que não falam, pois não existem.

Assim, por outro lado, não dividimos a priori os participantes da pesquisa em sujeitos “dentro” ou “fora do armário”, por compreender essas possibilidades como radicalizações extremas e ilusórias de uma dinâmica que se dá dentro de um leque muito amplo de possibilidades. Possibilidades que são pautadas por um lado pelos círculos e meios de relacionamento nos quais o segredo é dado ou não a conhecer e, por outro pelo nível de conhecimento acerca dele que é partilhado por cada indivíduo na rede de relações daquele que se dá a conhecer diretamente ou indiretamente.

Falamos que o sujeito gay nunca está em condições de determinar com certeza quem está de posse da informação sobre sua sexualidade, e inclusive é possível imaginarmos que existam graus de conhecimento (da total ignorância à certeza, passando por diferentes níveis de desconfiança, saber mas não dizer, ignorar o que foi explicitamente enunciado, etc.) (Villaamil, *Economia Política del Armario: Políticas del Silencio, Políticas de la Autenticidad*, 2004). Além disso, não sabe as conseqüências que a explicitação da condição de homossexual terá para suas relações sociais no futuro.

De qualquer forma, queremos destacar que, primeiro, não pressupomos o encontro com sujeitos localizados ou classificados em um dos dois lados da linha (“dentro” ou “fora do armário”), embora estejamos atentos para auto-descrições que utilizem desses termos buscando compreender seu significado particular para cada sujeito. Em segundo lugar, a partir dessa concepção de armário contextual e não

necessariamente determinante da inexistência absoluta do sujeito e de sua voz, consideramos possível e plausível a escuta e o contato não apenas com os sujeitos que possivelmente se descreveriam como “fora do armário”, mas também com aqueles que se considerariam “dentro do armário”.

Essas vozes de escape, enunciadas pelas vias marginais e da clandestinidade, tiveram muito a revelar da estruturação psicossocial que constrói o estigma da homossexualidade e condiciona sujeitos ao silenciamento. Mais do que histórias de dor e sofrimento ainda em curso, colhemos, no encontro com esses sujeitos ainda “dentro do armário”, dados e conteúdos reveladores da sociedade que os constrange e de suas experiências de superação desse constrangimento social.

Se havia então formas e áreas que possibilitariam a expressão das vozes de dentro do armário, coube ir ao encontro dessas vozes adequando ou adaptando o ouvido e os olhos do pesquisador, aos sussurros que se deixavam ouvir sorratamente e às fagulhas de luz que perpassavam as portas entre-abertas dos armários, tal qual raio de sol pela fresta da janela. Fomos ao encontro da experiência e do depoimento onde ele podia ou conseguia se constituir.

Características em comum

De forma geral, todos os informantes, homens ou mulheres, apresentavam algumas características em comum. Tais características não são senão condições mínimas para indicar a pertinência ao lugar de informante nessa pesquisa. Tais características são:

- vivem em belo horizonte ou sua região metropolitana.
- percebem-se, em algum nível, em desacordo com o a norma heterossexual
- lidam ou lidaram com a questão do armário, em algum momento de suas vidas, sendo capazes de discorrer minimamente sobre suas vivências no que toca a isso.
- encontram-se em situações institucionais e sociais aversivas à homossexualidade

- ainda que vivenciando as políticas do armário de forma muito silenciosa e reclusa, foram capazes de transmitir sua experiência por algum meio.

A Internet

Seguindo indicações presentes na obra de Nussbaumer (2008) e percepções circulantes entre os homossexuais com os quais mantínhamos contato, identificamos as comunidades virtuais, redes sociais de relacionamento, chats e outras formas de interação com a internet como espaços para a captação de informantes para a nossa pesquisa: *“Em várias das comunidades virtuais gays que acompanhamos, seus membros permanentemente se expõem, questionam-se e se aconselham. Histórias vividas são compartilhadas, outras são construídas no decorrer da interação...”* (Nussbaumer, 2004, p. 220)

Ainda segundo a autora:

“Na contemporaneidade, com o surgimento das novas tecnologias de comunicação digital e a formação de comunidades virtuais, um outro ambiente de fala, de escrita de si, instaura-se” 220 (Nussbaumer, 2004, p. 220)

Muitas são as possibilidades em aberto com a popularização cada vez mais rápida da internet. Muitas ainda são as possibilidades de vivenciar a “obrigação ao silêncio” (Villaamil, *Economia Política del Armario: Políticas del Silencio, Políticas de la Autenticidad*, 2004) encontrando formas de escapar a suas sanções e dar voz a seu desejo e necessidade de afirmar-se identitariamente.

Contudo, percebemos que seria necessário chegar até esses usuários de internet de um modo indireto, buscando alguma ancoragem em relações de confiança previamente estabelecidas.

O ingresso a essa rede por meio de um elemento de confiança se apresentou como estratégia interessante. Partimos de três indicações feitas por um jovem universitário, integrante do círculo de amigos do pesquisador, que se reconhece

como *no armário*. O chamaremos de Zé⁵. Este jovem mantém uma rede de amigos virtuais, com os quais se comunica por meio do MSN⁶.

Segundo ele, essas três pessoas (entre tantas outras) foram conhecidas em “salas de bate-papo”⁷ e posteriormente adicionadas ao MSN, que permite a manutenção de um cadastro permanente e favorece a continuidade do diálogo. O contato pessoal pode ou não existir, de acordo com o interesse prévio ou desenvolvido por cada um dos envolvidos. Relações sexuais podem ou não fazer parte desses encontros pessoais.

Zé nos informou que estes três amigos virtuais, caso concordassem em participar da pesquisa, poderiam ter boas histórias a relatar, pois estavam no armário de diferentes formas e encontravam na internet um dos raros espaços em que podiam se expressar em relação a isso. Dois deles se tornaram nossos informantes.

Os demais participantes são provenientes do círculo de influência do GUDDS! ou têm alguma vinculação direta com o pesquisador. Foram abordados de diferentes formas, que serão relatadas adiante, em momento oportuno.

Coleta de dados: o depoimento

Almeida Santos (2002) argumenta que o uso de entrevistas, depoimentos e histórias de vida tem possibilitado, já há bastante tempo, conhecer, ainda que parcialmente, determinados processos sociais desde a ótica daqueles que estão imersos nesses mesmos processos. Sabemos que a coleta desse material pressupõe

⁵ Em referência a informante *zero*, já que serviu apenas como via de acesso a outros, não tendo sido entrevistado formalmente em nossa pesquisa

⁶ Sistema de mensagens instantâneas que permite diálogos, por meio de texto escrito ou por voz, além da troca de imagens e arquivos. Para estabelecer contato com outros usuários do sistema, são necessários a instalação de um programa de computador, o cadastro prévio de cada um dos usuários no sistema virtual e realizar o “adicionar” usuários. A partir desse momento, os usuários adicionados passam a integrar uma lista pessoal do usuário, com ícones diferenciais para indicar aqueles que estão ou não conectados no momento. É muito comum, entre usuários de internet, a expressão “me adiciona no MSN”, fazendo referência a este sistema de mensagens instantâneas.

⁷ Serviço oferecido por grandes portais de internet, como UOL e Terra, que permite o diálogo, por meio de texto escrito, entre grupos ou reservadamente entre pares, pelo simples acesso gratuito a uma página de internet, que se configura como uma “sala de bate-papo” virtual. Muitos desses portais oferecem “salas de bate-papo” temáticas: por cidade, por sexo, por idade, por interesse. Entre elas, geralmente há aquelas dedicadas a “gays e lésbicas”.

não o acesso direto à vivência desse informante, mas permite o contato com o trabalho que a memória faz com essa vivência. Desse modo, temos acesso a dados subjetivos que em nada desmerecem o método dessa pesquisa. Ao contrário, é exatamente aí que o método apresenta uma de suas maiores contribuições, pois permite adentrar o universo experiencial de sujeitos que elaboram dores, sofrimentos e superações em condições sociais de violência que não seriam, ou não tenderiam a ser, reconhecidas como tal senão pela exposição dessas consequências em nível subjetivo. Afinal, falamos de sofrimentos que são vividos em silêncio, e que encontram exatamente no silêncio a sua perpetuação. A adesão a tal método permite que essas vivências sofridas de forma silenciosas sejam traduzidas em experiências partilhadas no depoimento para que assim fujam da invisibilidade e sejam objeto de reflexão coletiva.

A entrevista, compreendida como uma relação comunicativa que implica sempre um colóquio entre pesquisador e narrador para a coleta de relatos orais, serve como sustentáculo para praticamente todas as técnicas apresentadas pela História Oral.

Dados os nossos objetivos, adotamos a metodologia de coleta de depoimento. O depoimento diferencia-se da história de vida na forma específica de agir do pesquisador que, ao colher um depoimento, conduz o colóquio desenvolvido com o informante. A entrevista pode se esgotar em um só encontro e os depoimentos podem ser mais curtos que as histórias de vida.

Desse modo, não seguimos o padrão da interação totalmente aberta, adotado nas histórias de vida, mas também não seguimos um roteiro de entrevista. Privilegiaremos a emergência de um depoimento, um relato conduzido o máximo possível pelo seu autor, que podia atuar na delimitação dos personagens, fatos e situações que julgava mais importantes. Tais escolhas foram também tomadas como dados merecedores de nossa atenção analítica.

Como recomenda Alberti (2005), buscamos estabelecer, em cada entrevista, um diálogo informal e sincero, que permitisse a cumplicidade entre entrevistado e entrevistador, à medida que ambos se engajavam na reconstrução, na reflexão e na

interpretação do passado. Isso pressupõe a consciência, por parte do entrevistador, de que ele está diante de alguém com concepções e experiências de vida diferentes das suas, e que deve, portanto respeitar as formas de construção de sentido que são desenvolvidas pelo seu interlocutor. Não cabe ao pesquisador, portanto, tentar dissuadir o entrevistado de suas convicções nem tentar convencê-lo de que está errado em suas elaborações políticas, sociais ou pessoais, apenas porque divergem de suas próprias. Tais posturas apenas tendem a tornar estéreo o trabalho da entrevista. Tal alerta fez-se ressoar sempre na preparação para cada um das entrevistas e ao longo das mesmas, dada a necessidade de manter certos limites entre as práticas possíveis na militância e aquelas desejadas e necessárias na prática de pesquisa.

Análise de dados: uma leitura crítica

O tratamento dos dados

O tratamento dado às entrevistas, após sua transcrição integral, pautou-se, sem se restringir a elas, nas indicações de Almeida Santos (Santos A. C., 2002, p. 9), elaboradas para o trabalho com conjuntos de depoimentos, como é o caso dessa pesquisa. Esse tratamento permitiu melhor visualização do conteúdo e estrutura dos relatos de nossos informantes, úteis para uma maior compreensão do que expressavam. O autor propõe a identificação dos seguintes elementos, que se referem à organização interna de um depoimento: tema, episódio, referência, motivo e trama.

O percurso percorrido teve início com uma primeira leitura para elaboração da trajetória de vida do entrevistado. A seguir, procurou-se delimitar o tema da narrativa. Em um trabalho que envolve um conjunto de depoimentos, o tema pode conferir uma relativa unidade às narrativas individuais, o que não deve levar à desconsideração das particularidades de cada uma delas em relação ao tema proposto. Em nossa prática de pesquisa, o tema é conferido ao entrevistado pelo próprio pesquisador, já desde antes do início da entrevista, quando se realiza o convite para a participação. Novas leituras tem por objetivo a demarcação de episódios (unidades de desenvolvimento da narrativa, estando relacionados às diversas fases da

vida de cada entrevistado), referências (marcos cronológicos e espaciais, bem como referências a pessoas/personagens protagonistas de acontecimentos inseridos na narrativa) e motivos (elementos que distinguem um episódio de outro, a partir da significação que ele encerra no conjunto do depoimento). A clareza em relação a esses elementos, permite a organização de cada depoimento e a comparação entre eles. O passo final nesse tratamento dos dados coletados foi a reorganização do depoimento e, com base nas informações precedentes, a determinação da trama que foi construída pelo entrevistado, que é a maneira pela qual o entrevistado organiza seu depoimento, sendo percebida pelo encadeamento dos episódios. Para se chegar à intenção do entrevistado, devemos relacionar sua trajetória de vida à trama presente no depoimento. De modo que ainda podemos compreender a trama como:

“A trama pode ser entendida, então, como se assemelhando à imagem que uma peça de tecido oferece: dada uma urdidura – o conjunto de referências possíveis (o arcabouço de uma memória coletiva) –, cada entrevistado tece o seu depoimento pessoal deixando sobressair alguns fios e escondendo outros. **A trama identifica a disposição pessoal do entrevistado, que está relacionada à sua percepção do real. Uma percepção orientada por valores sócio-culturais** e que individualiza um depoimento em relação a outros, ainda que sejam construídos em torno de um mesmo tema. Esses valores individuais manifestam-se pela intenção de cada entrevistado em destacar certos aspectos, e não outros, no contexto possível de ser construído a partir de um conjunto de lembranças (destaque meu).” (Santos A. C., 2002, p. 9)

Tal metodologia de tratamento de dados mostrou-se extremamente exitosa para o caráter da análise à qual nos propúnhamos.

O trabalho da memória e a necessidade da análise crítica

Ao construir a narrativa de seu depoimento, nosso informante o faz de maneira mais ou menos livre, mas sempre ancorando-se em seu presente. É sempre o presente a base a partir da qual se torna possível a (re)elaboração do passado. Deste modo, o momento atual, vivido por cada um de nossos informantes em relação aos

campos de segredo e sigilo mantidos em sua vida, determinou diferentes possibilidades de leitura de sua história.

É importante mencionar também como o próprio processo de (re)elaboração do passado, desencadeado pela presença do pesquisador, traz consigo o germe de uma reconsideração de si no presente. Há aqueles que, diante das vivências de seu próprio passado, elaboram experiências de si que passam a não ser mais compatíveis com o eu presente-passado que outrora as narrou. Desencadeia-se assim uma realocação de si mesmo no mundo, integrando as experiências recém-formuladas a partir de um passado que não tem sentido senão por sua reconstrução reflexiva a partir do presente. Ou seja, se o trabalho da memória reconstrói o passado a partir do presente, este passado re(elaborado) traz também consigo a capacidade de indicar ao sujeito presente um novo lugar no mundo ou mesmo uma nova visão de mundo, na qual outros lugares e experiências passam a fazer sentido e a demandar novas atitudes.

As lembranças trazem uma descrição dos acontecimentos vividos, mas incorporam uma análise desses mesmos acontecimentos. Tal análise é influenciada pela distância que separa esses acontecimentos e o indivíduo que fala deles, mas também, e talvez principalmente, pela sua disposição ou condição para avaliar as transformações que vivenciou e que vivencia ainda no presente. Assim, a análise de tais relatos só é possível se situamos sócio-historicamente os sujeitos que os produzem e as condições materiais e subjetivas que possibilitam seu engajamento nessa análise-construção.

Para Santos (2002), a lembrança configura-se como a matéria prima de nossos depoimentos e, além de ser uma reconstrução do passado com a ajuda de dados do presente, é também preparada com outras reconstruções feitas em épocas anteriores, que guardam também características próprias de uma reconstrução que já alterara esses tempos de outrora. De todo modo, são sempre ancoradas no presente, onde encontram um campo de sentido para serem formuladas; e são também relacionais, envolvendo sempre outros indivíduos.

Os depoimentos nos permitem acesso sempre a uma realidade demarcada pelas vivências de cada entrevistado, que seleciona espaços e experiências para construir suas lembranças, que só podem ser interpretadas se relacionadas à vida do indivíduo entrevistado. É por isso que Almeida Santos (2002) nos alerta que:

“os depoimentos devem analisados considerando-se que, no curso de suas vidas, as pessoas desempenharam (e continuam desempenhando) um conjunto de papéis sociais. (...) As trajetórias de vida participam do instrumental analítico a ser utilizado na leitura de fontes orais, pois assinalam o universo social do qual provieram e no qual se situam as pessoas entrevistadas. (...) Os papéis sociais definem atitudes e expectativas do entrevistado, e estão relacionados aos diferentes momentos da existência de cada um.”
(p. 6)

Afirmamos que o próprio armário, enquanto condição experimentada no presente, de diferentes formas, por nossos sujeitos, constitui-se como lente (seria mesmo uma lente?) por meio da qual é (im)possível escrever uma certa história de si, mais ou menos crítica em relação aos condicionantes sociais. Não cabe ao pesquisador duvidar de seus informantes. Contudo, “comprar sua fala”, de forma acrítica, sem contextualizá-la socialmente e interpelá-la teoricamente, é atitude ingênua e dispensável em um trabalho de pesquisa que se pretende acadêmico. Tal postura rigorosa de análise encontramos nos trabalhos de Villaamil (2004), para quem as formas como as identidades sociais são vividas, pensadas e sentidas requerem uma análise específica no marco geral das relações de dominação e exploração vigentes. Adiante indicaremos como este autor inspirou nossas análises

Inspiração analítica

Mas como valer-se desse instrumental proveniente da História Oral para tecer análises psicossociais à altura das complexidades das políticas do armário? Recorremos ao trabalho de Villaamil (2004), que nos possibilitou refinar o olhar para a problemática de estudo. Sua análise de relatos semelhantes aos de nossos sujeitos, no contexto espanhol, contribui em muito para nossas reflexões.

Como compreender teoricamente as relações entre o heterossexismo e o capitalismo? Como não cair em determinismos econômicos já superados pela compreensão materialista das relações sociais? Ele indica duas estratégias:

“la primera consistiría en priorizar la comprensión de la funcionalidad desde un punto de vista materialista de la conversión del sexo entre hombres en el otro abyecto de la sexualidad auténtica. Hasta ahora, notoriamente, en la teoría queer há primado el gesto desconstruccionista sobre el crítico, y el análisis de discursos sobre el de prácticas y procesos sociales. La segunda gran estrategia consistiría en **analizar los aspectos (prácticas y discursos) de las identidades gays subjetivas y colectivas en cuanto insertas en relaciones de subordinación al proyecto más general de normalidad heterosexual, las complicidades que lo atan a ese proyecto y las líneas de ruptura y genuína creatividad.** En este segundo caso se trataría de comprender cómo la homosexualidad como subjetividad, como práctica política y como experiência implica una forma históricamente específica de existencia social de los procesos de dominación y explotación (grifo meu)”. (Villaamil, Economía Política del Armario: Políticas del Silencio, Políticas de la Autenticidad, 2004, p. 278)

Esta segunda estratégia é a mais desenvolvida por Villaamil em seu artigo, por meio do conceito de armário. Deixa claro, de início, que não toma a existência da “identidade sexual”, da comunidade gay, ou mesmo a sexualidade, como objetos de estudo autônomos que corresponderiam a uma existência autônoma na realidade como algo natural e dado, mas os problematiza enquanto processos sociais. Toma o armário como um estudo de caso para responder à segunda questão, colocando-o como pertinente para a compreensão da estrutura de dominação relacional homo/heterossexualidade. Para ele, as formas como as identidades sociais são vividas, pensadas e sentidas requerem uma análise específica no marco das relações de dominação e exploração vigentes.

Para Villaamil, os estudos gays e lésbicos corresponderiam a uma problematização da homossexualidade tomada de forma isolada dentro de um paradigma individualista e com uma política implícita liberal (baseada em direitos). Rompendo com essa proposição, os estudos *queer* supõem uma ruptura na direção de por no centro do enfoque analítico os regimes de verdade heteronormativos nos quais as identidades gays se configuram. Ainda assim, conforme propõe o autor, estaria por

se realizar uma “terceira ruptura”, que consistiria em uma crítica radical e interdependente da heterossexualidade e da identidade gay ligada organicamente a uma crítica mais ampla ao capitalismo. Sua proposta para devolver a sexualidade ao centro da análise social, seria partir do marco da economia política.

Villaamil reconhece o enorme valor das análises empreendidas acerca da norma heterossexual pelos estudos *queer*, apropriando-se de algumas de suas proposições metodológicas. Contudo, sua estratégia de investigação é um tanto diferente.

Seu marco de análise parte da idéia de que a experiência gay se faz compreensível por sua inserção no conjunto das práticas e representações sociais que tem a ver com a economia política do sexo, ou seja, com a produção e circulação de valores relacionados com as categorizações sexuais e de gênero, em torno das quais se produzem e reproduzem relações sociais de dominação e um conjunto de relações políticas, culturais e jurídicas, imprescindíveis para compreender a constituição da subjetividade em relação ao campo da sexualidade.

Essas categorizações sexuais e de gênero produzem também conflitos relativos à distribuição de bens, privilégios e poderes, que são imanentes à configuração das relações sociais. É a partir desse marco que o autor se propõe a estudar as subjetividades resultantes destes processos. Assim, à necessidade de se compreender os sujeitos sociais gays e os grupos nos quais estão integrados, ele propõe um método de análise baseado em investigações sociais concretas:

“proponemos un análisis concreto de una figura de discurso, actividad práctica y una arma política como es el armario, un **significante poderoso en/por su indefinición que puede funcionar en el análisis como el interfaz que permita comprender a la vez la posición subordinada de las prácticas políticas contrahegemónicas del incipiente sujeto político gay, y las prácticas de hegemonía de la comunidad gay. En los términos antes expuestos se trata de entender la identidad gay como producto de una determinada política del sexo, que hegemoniza ciertos significantes, que se corresponden mejor con la experiencia social de un cierto sector del colectivo, en la identidad gay universal, en el marco de relación que imponen las relaciones de subordinación existentes con la sexualidad heterosexual hegemónica (grifo meu).”** (Villaamil, 2004, pp. 279-280).

Desta forma, Villaamil coloca à prova a analítica do armário (que foi proposta por Sedgwick (2007) dentro do campo dos estudos literários) avaliando sua eficácia para a análise social. Pauta um modelo para a compreensão da relação entre heterossexualidade hegemônica e identidade gay subalterna que incorpora os conceitos de masculinidade e homossociabilidade, importantes para a análise da homofobia em sociedades capitalistas. Assim, pode-se buscar entender as trajetórias e os discursos dos sujeitos a partir do ponto de vista da articulação entre a sexualidade normativa e sexualidades subordinadas, considerando sua manifestação na vigilância do acesso à esfera do público como espaço social e discursivo da masculinidade, configurado performativamente pelas mesmas práticas que definem as suas fronteiras. (cf. Villaamil, 2004, p. 280)

E ele ainda nos alerta para o risco de reproduzirmos sujeitos hegemônicos em nossas análises, invisibilizando experiências emergentes com potencial riquíssimo de interpelação social. O armário nos serviria como instrumental minucioso para esta análise:

“É, enquanto conceito sintético, que se configura como extremamente útil, ao permitir focar a atenção sobre os processos concretos de produção de desigualdade que estão em curso dentro da generalidade; não tanto a partir do que os diferentes têm em comum, mas atento às relações abstratas entre as categorias sociais que estão em jogo. **De todo modo, o mais importante seria, a partir de nosso ponto de vista, não confundir um termo (processos concretos) com o outro (relações abstratas), construindo um sujeito gay genérico, que não existe mais do que como discurso hegemônico, que tende a apagar ou fazer crer irrelevantes as diferenças internas e as relações de poder no coletivo gay** (tradução e grifo meu).” (Villaamil, *Economía Política del Armario: Políticas del Silencio, Políticas de la Autenticidad*, 2004, p. 299)

A realização das entrevistas

As entrevistas foram realizadas entre 3 de novembro de 2009 e 18 de fevereiro de 2010. Ao todo foram realizadas 7 entrevistas individuais, em encontros

únicos, com 7 informantes diferentes. A duração de cada entrevista variou entre 1 e 2 horas e meia. Todas foram realizadas em Belo Horizonte ou sua região metropolitana. Os locais e os horários foram os mais variados, de acordo com a disponibilidade, conforto e condições de sigilo colocadas por cada um dos participantes. Antes do início da gravação, todos foram instruídos sobre o funcionamento do gravador, que poderia ser interrompido caso desejassem. Líamos em conjunto o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sanávamos quaisquer dúvidas e assinávamos em duas vias, ficando uma com o entrevistado e outra com o pesquisador.

Como já explicitamos, optamos pela entrevista orientada pelo método da coleta de depoimento (também chamado de testemunho), proveniente do campo da História Oral (Alberti, 2005). Por esta metodologia, priorizamos a entrevista aberta focada, norteada pela questão: “Como é pra você, ao longo de sua história, a questão do segredo e do silêncio acerca de sua sexualidade?”.

A escuta atenta da história que ia sendo construída, era acompanhada pela anotação em um caderno dos tópicos que eram abordados de forma espontânea pelo entrevistado. Tais anotações passavam a servir como uma espécie de “roteiro fluído”, apresentando as questões que poderiam servir, em momentos posteriores da entrevista, como pontos a serem aprofundados.

Dessa forma, buscávamos deixar claro ao entrevistado que não se tratava de uma entrevista de opinião nem mesmo de uma avaliação de conhecimentos acerca do tema. Nosso interesse estava em conhecer a sua história a partir do que de mais significativo ele mesmo encontrava nela.

As entrevistas foram integralmente transcritas, totalizando cerca de 200 páginas de relatos.

Trajetórias diversas: experiências distintas

Retomamos a apresentação feita anteriormente, sobre o nosso contato Zé.

Após falar sobre essa pesquisa aos seus três amigos de MSN, Zé nos informou o e-mail de contato de cada um deles. O primeiro contato de pesquisa foi por um e-mail com conteúdo padrão (ANEXO 1). Este mesmo e-mail foi enviado a todos os participantes. Para conferir maior seriedade à pesquisa e garantir sigilo aos informantes, criamos um endereço de e-mail específico para a pesquisa⁸ com colaboração do Setor de Informática da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (SI/Fafich).

Nesse e-mail com conteúdo padrão, explicávamos a forma como tivemos acesso ao e-mail dessa pessoa, apresentávamos nosso Núcleo de Pesquisas na UFMG, os objetivos da pesquisa que estávamos realizando com jovens não heterossexuais e, então, fazíamos o convite para a entrevista, com data, horário e local de entrevista a serem determinados pelo próprio convidado. Todas as garantias de sigilo e confidencialidade eram informadas. Dos três contatados repassados a nós por Zé, dois concordaram em participar, de acordo com condições específicas que são descritas a seguir.

Humberto: o profissional de sucesso

O primeiro deles, Humberto⁹, não respondeu de imediato ao e-mail enviado. Recorremos ao Zé, que o havia indicado, para confirmar o endereço informado. Depois de ser contatado novamente, Humberto nos respondeu, pedindo desculpas por não o ter feito antes. Segundo ele, estava trabalhando muito e raramente acessava aquele e-mail.

⁸ armario@fafich.ufmg.br

⁹ Todos os nomes utilizados ao longo desse trabalho são fictícios e fazem alusão à ordem cronológica de realização das entrevistas. *Humberto* foi o nosso entrevistado número *um*

Conforme as indicações de Humberto, nos encontramos no segundo andar de uma lanchonete localizada em um tradicional bairro próximo ao centro de Belo Horizonte. Antecipadamente, tínhamos informado um ao outro como estaríamos vestidos e os números de nossos telefones celulares, para facilitar a identificação.

Eram por volta de 8 horas da noite e o estabelecimento estava praticamente vazio. Localizei Humberto facilmente e liguei para seu telefone, a fim de confirmar tratar-se dele. Nos apresentamos e ele pediu que trocássemos de lugar. Estávamos sozinhos na ampla varanda do segundo andar da lanchonete, à vista de pessoas que passavam na rua. Havia uma área interna, com outras mesas e, no fundo dessa área, um espaço delimitado com paredes de vidro, reservado para festas infantis. Ele pediu que realizássemos a entrevista ali. Percebi que, daquele ponto, poderíamos ver quem se aproximasse antes que pudéssemos ser ouvidos, até mesmo porque havia música no ambiente¹⁰. Ainda assim, ninguém além do garçom foi ao segundo andar da lanchonete durante a uma hora em que conversamos.

Humberto morou com sua família, em uma pequena cidade do interior mineiro, até os 17 anos, quando se mudou para Belo Horizonte apenas para terminar o ensino médio e se preparar para o vestibular. No ano seguinte, muda-se para uma outra cidade do interior mineiro, também de pequenas proporções, mas com uma reconhecida universidade federal. Cursa sua graduação na área de engenharia por 5 anos.

Em 2006, já graduado, retorna a Belo Horizonte, agora para cursar o mestrado. Divide o aluguel e as contas de um apartamento com amigos em uma república¹¹. Atualmente trabalha em uma empresa onde, algumas vezes, é solicitado a falar em público, em cursos de treinamento de funcionários. Tem independência financeira em relação à família, com a qual mantém contato constante, ainda que eles vivam no interior.

¹⁰ tal fato gerou algumas dificuldades para a transcrição dessa entrevista

¹¹ tal forma de moradia é muito comum entre jovens, principalmente estudantes, nesta cidade.

Sua entrevista durou cerca de uma hora e ao final dela ele se declarou muito cansado. Não apenas pela experiência do relato, mas também pelo dia intenso de trabalho que antecedeu o nosso encontro.

Em sua entrevista, foram muito fortes as referências a uma infância auto-vigiada e a uma história de superação das vulnerabilidades ao preconceito por meio dos sucessos escolar, acadêmico e profissional. Atribui traços negativos de sua personalidade atual a esse período de intensa repressão experimentado na infância e na adolescência.

Relatou que, mesmo vivendo um relacionamento afetivo com outro rapaz, pouquíssimas pessoas sabem acerca de sua sexualidade. Chega mesmo a estabelecer uma divisão entre os amigos gays (conhecidos em bate-papos virtuais, onde a necessidade de “filtragem” é grande, ou em saídas para “espaços GLS”) e os amigos do círculo de “amizades naturais”, que ele pressõe serem todos héteros.

Desconhece o movimento LGBT e não associa a realização das Paradas à existência de grupos organizados. Critica o “exagero” presente em algumas manifestações públicas de afeto entre homossexuais, afirmando que existem limites para a expressão afetiva em público que devem ser respeitados por todos. Contudo, ao longo de suas descrições, percebemos que os limites para hétero e homossexuais se revelam bem distintos.

Fala ainda do silêncio que permanece no ambiente familiar, onde presencia reações preconceituosas em relação a outros homossexuais. No âmbito familiar, a trajetória intensa de estudo e trabalho sempre serviu como argumento para seu não engajamento em relacionamentos com mulheres.

No ambiente de trabalho, teme a “perda de respeito” e os danos à sua carreira que podem advir da revelação de sua sexualidade. Relata a existência de um colega descrito como “abertamente homossexual”, descrito como alguém que incorpora a imagem de homossexual excêntrico e divertido, afeito a piadinhas e comentários sexualizados que fazem rir a todos. Ele rejeita ocupar posição semelhante a essa.

Após o encerramento da entrevista, diz que precisa ir logo pra casa, pois, mesmo cansado, ainda teria que trabalhar muito, em alusão ao seu ideal, verbalizado, de compensação do lugar de inferiorização homossexual pela via do sucesso profissional.

Falaremos de Sérgio, o outro amigo indicado por Zé, mais adiante.

Douglas: do interior à capital

Douglas, nome fictício de nosso entrevistado de número *dois*, é integrante do Grupo Universitário em Defesa da Diversidade Sexual (GUDDS!). Participa pouco das reuniões presenciais do grupo, por não estudar na UFMG, onde a maioria das atividades do grupo acontece, mas opina das questões debatidas na lista de e-mails. Envolveu-se muito na organização do Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDES), que o grupo organizou em setembro de 2009. Cursa graduação em biomedicina em uma faculdade particular em Belo Horizonte. Carrega um sotaque típico do sul de minas.

Concordou em participar de nossa pesquisa após conhecer a proposta em uma conversa informal. Recebeu mais informações por e-mail e o encontro foi agendado posteriormente por telefone. No dia combinado, nos encontramos no início da tarde na sala de nosso Núcleo de pesquisas. Em seguida nos dirigimos a uma sala do mesmo prédio, geralmente utilizada para atendimentos clínicos. Estávamos no mês de novembro, em fins do período letivo, e o espaço era reservado e conferia privacidade para a realização da entrevista. A conversa transcorreu com bastante tranquilidade.

Douglas falava com bastante desenvoltura, e foram necessárias poucas intervenções do entrevistador. Tal postura pode estar relacionada à boa compreensão da proposta da pesquisa e à reflexão prévia baseada nessa compreensão. Consideramos também a existência do contato anterior com o pesquisador, com quem já havia estado em outras ocasiões, em eventos e atividades organizadas pelo GUDDS!, ainda que isso não lhes tivesse proporcionado muita intimidade.

A duração do encontro foi de pouco mais de uma hora e meia e contou com o relato de episódios bem extensos que seguiram uma ordem mais ou menos cronológica de sucessão.

Douglas relatou desde sua infância, numa cidade de pequeno-médio porte do sul de Minas, onde viveu com a mãe e as tias até os dezoito anos, até sua situação atual em Belo Horizonte, onde mora em uma república com outros amigos gays.

Descreve sua cidade como uma cidade “de coronel”, onde a origem familiar, “o sobrenome”, contava muito nos anos de sua infância. Durante a adolescência, visitava, com muita frequência, o pai que morava em São Paulo. A separação de seus pais ocorreu antes mesmo que sua mãe soubesse que estava grávida e só algum tempo depois de seu nascimento ela conseguiu localizá-lo para pedir o reconhecimento de paternidade.

Interessou-se por teatro e artes aos dez anos e foi quando teve seu primeiro contato mais próximo com um gay: seu professor. Douglas diz ter passado por momentos de grande reclusão durante sua adolescência, com pouca vontade de ter contato social depois que saiu do teatro, aos dezesseis anos.

O contato com São Paulo sempre o surpreendia muito. A normalidade com que casais homossexuais transitavam pela cidade o impressionava. Fala ainda de seus primeiros envolvimento afetivos, com meninas e com meninos; do uso da internet e da participação em comunidades virtuais; da vinda para a capital com o objetivo de fazer faculdade e do encontro imediato com outros gays; da participação em grupos e eventos LGBT e da visibilidade que isso implica.

Considera-se nem totalmente dentro nem totalmente fora do armário e nunca conversou abertamente sobre sua sexualidade com sua família, dizendo não achar necessário e supondo que sua mãe, por exemplo, já sabe.

Tércio: na faculdade, no armário; em casa, no sofá da sala com o namorado

Nosso *terceiro* entrevistado, *Tércio*, é estudante do último ano da graduação de um curso do Instituto de Ciências Exatas da UFMG (Icex). É um jovem de vinte anos, alto e magro, de pele clara e cabelos escuros. Foi convidado a participar depois de entrar em contato com o GUDDS! a procura de algumas informações sobre a homossexualidade e em busca de ajuda para encontrar uma república para morar em Belo Horizonte. Até então, residia em uma cidade da região metropolitana e fazia deslocamentos diários para frequentar as aulas, situação na qual não poderia continuar pelo aumento de atividades do último ano da graduação.

Sua adesão ao convite foi praticamente imediata. A entrevista, realizada no início do mês de janeiro, foi agendada de modo a coincidir com uma de suas vindas ao campus da UFMG, onde tinha que resolver questões relacionadas a sua Iniciação Científica.

O encontro foi realizado na sala do Núcleo de pesquisas, que estava vazia devido ao período de recesso acadêmico. Durou cerca de uma hora e meia e transcorreu de modo bem espontâneo, com pequenas intervenções do entrevistador para pedir mais detalhes em alguns pontos.

Tércio, no momento da entrevista, morava com os pais em uma cidade da região metropolitana de Belo Horizonte. Mesmo com a mudança para uma república na capital, passaria todos os fins de semana na casa dos pais. Sua irmã já se encontrava em situação semelhante.

Vem de uma família na qual ele distingue a sua geração como uma “geração de ciências exatas”, pois ele e sua irmã fazem graduação em cursos dessa área e seus primos mais novos caminham na mesma direção. Há a comparação com a geração de sua mãe e suas tias, vista por ele como uma “geração de professoras”.

Seus pais são espíritas e ele chegou a frequentar as reuniões com eles durante um período de sua vida. Atualmente diz crer em Deus, mas sem vinculação a nenhuma religião ou doutrina, pois todas as que conhece são contrárias a sua orientação sexual.

Sua criação em uma cidade pequena era intercalada com visitas de fim de semana à capital, proporcionadas por sua tia, quando passeava pelo shopping com o primo.

Sua saída do armário em casa foi estimulada pela sua mãe, cerca de três anos antes, durante uma conversa descompromissada na qual ela perguntou se Tércio gostava de homens. Sua resposta foi evasiva e ela disse que isso respondia a sua questão. Partiu dela a iniciativa de comentar com seu pai, que nunca tocou no assunto com ele, e com sua irmã. O entrevistado relata que a pior reação foi a da irmã, que sugeriu que ele procurasse um psicólogo. Por outro lado, ele relata das vantagens de se assumir pra quem ele considera importante saber. Entre os amigos mais próximos, ganha-se em credibilidade e intimidade; na família, ganha-se espaço, a ponto dele chegar a poder negociar com a mãe a ida do namorado em casa, pra que assistam um filme juntos, no sofá da sala.

Tércio fala de um processo conflituoso de auto-aceitação pautado na percepção de que havia uma necessidade do reconhecimento de coisas que eram intimamente suas, ainda que desagradassem à sociedade. Conseguia deixar seus conflitos de lado, mas não os resolvia, até que a conversa com a mãe o colocou para lidar mais diretamente com essa questão.

Ele fala também da percepção do preconceito no Icx, que é voltado contra estudantes e professores; da relação com sua orientadora de Iniciação Científica e com colegas de pesquisa, pessoas que eles julga que não precisam saber, pois tal informação não traria nenhum ganho à relação, embora pudesse gerar alguns problemas.

Conta da dificuldade de viver a homossexualidade em uma cidade pequena; do machismo das mulheres em sua família; da repercussão da I Semana Universitária da Diversidade Sexual¹² em sua unidade acadêmica e de sua não participação na mesma pelo receio de ser reconhecido como gay pelo seus colegas.

¹² evento realizado pelo GUDDS! em setembro de 2008 e que promoveu atividades em diversas unidades acadêmicas da UFMG, entre elas, o Icx.

Demonstra maior preocupação em relação ao silêncio mantido com o seu primo pequeno. Tem com ele uma relação de cuidado muito grande, assumindo a função de pai em diversas ocasiões da sua formação. Por um lado, teme que a revelação gere problemas entre ele e os pais do garoto; por outro, teme que a demora em contar permita que o tempo e a sociedade o tornem uma pessoa homofóbica, que pode vir a rejeitá-lo no futuro.

Queila: fora da casa dos pais e dentro do armário

Queila é a única menina entre os nossos entrevistados. Foi a *quarta* a ser ouvida. A ausência de um maior número de meninas em nosso estudo está relacionada a diversos fatores. Entre eles, o recorte inicial de nossa pesquisa, que previa apenas a participação de jovens homens ligados a grupos de militância. Além disso, o círculo de amizades do pesquisador, que em vários momentos serviu como via de acesso a informantes, é composto majoritariamente por homens. Soma-se ainda a dificuldade do pesquisador de, em sua posição marcada pelas relações sociais de gênero, estabelecer um contato de pesquisa mais aberto e proveitoso com informantes do gênero feminino. Tentamos entrevistar outras meninas, com o auxílio de uma auxiliar de pesquisa que realizaria as entrevistas, mas, ou não encontramos mais meninas interessadas ou não conseguimos compatibilizar horários para a realização do encontro. Mesmo com as limitações apontadas, que inclusive colocam mais uma questão para o tratamento e análise dos dados, decidimos por não excluir seu depoimento deste trabalho.

Queila tem 27 anos. É psicóloga formada pela UFMG e atua no serviço municipal de saúde de um município da Grande Belo Horizonte. Considera-se mestiça, de olhos claros, e diz já ter sido “confundida com a faxineira” em um prédio da Zona Sul da cidade, exemplificando o quanto nossa sociedade é preconceituosa e rotuladora.

Mora sozinha em uma pequena residência, simples, alugada, localizada em bairro próximo ao centro de BH. Teve incursão na carreira artística, tocando em bares da cidade, e pretende retomá-la.

Durante a graduação em psicologia, cursou algumas disciplinas com o entrevistador, com quem chegou a trabalhar junto em um dos laboratórios do curso. Após muito tempo sem se ver, encontraram-se em um ônibus que ia para o campus da UFMG e conversaram sobre esta pesquisa que estava sendo ainda delimitada. Ao final da conversa, fez questão de se colocar como possível informante, o que gerou certa surpresa no pesquisador, tendo em vista que nunca haviam conversado sobre os envolvimento afetivos um do outro. Meses depois, encontraram-se novamente e agendaram um encontro.

No momento da entrevista, Queila preparava-se para tentar o vestibular para o curso de graduação em música na UFMG, projeto vinculado ao seu interesse por retomar a carreira artística. O encontro aconteceu em meados de janeiro. A seu pedido, o encontro foi realizado em sua casa, durante a tarde. Durou cerca de duas horas e foi realizado parte em sua sala e parte à mesa de sua cozinha, durante um café.

No início da entrevista, mostrou certo desconforto com a possibilidade de que fôssemos ouvidos por sua vizinha, que era quem lhe alugava a casa dos fundos, onde morava. Pensou em ligar o aparelho de som para dificultar que fôssemos ouvidos, o que poderia prejudicar a gravação. Decidiu fechar a porta, que fazia também as vezes de janela do cômodo, e ligar o ventilador. Posteriormente, quando fomos para a cozinha, a preocupação foi retomada, já que a janela dava para uma área partilhada com a vizinha. Contudo, nada disso impediu que a entrevista fosse realizada ou que tocássemos nas questões que emergiam durante o encontro.

O diálogo, favorecido pelo contato prévio entre nós, transcorreu de forma muito aberta, sem constrangimentos e com demonstrações de um nível alto de confiança. A naturalidade foi aumentando ao longo da entrevista e as preocupações quanto ao sermos ouvidos foram diminuindo.

Queila nasceu e sempre morou em Belo Horizonte. Assim que conseguiu relativa independência financeira, com o fim de sua graduação e o ingresso no mercado profissional, em 2007, optou por sair da casa dos pais, que moravam e ainda moram em Belo Horizonte, em um bairro próximo ao de sua residência atual. Relata que seus pais discutiam muito em casa, o que gerava um clima insustentável para ela. A possibilidade de vivenciar sua vida sexual também foi apontada como um dos motivos para a mudança.

Durante parte de sua vida, foi muito engajada no espiritismo, com um envolvimento que ela descrevia como de fanatismo, gerador de uma auto-exigência muito forte e dolorosa.

Passou por dois processos depressivos. O primeiro ocorreu por volta dos onze anos de idade e o segundo no fim da graduação. Desde o primeiro, mantinha-se em terapia. O segundo levou-a a questionar muitos âmbitos de sua vida, entre eles, o religioso. Diz que não deixou de acreditar em Deus, mas passou a adotar uma postura “menos fanática”.

Seus questionamentos acerca de sua sexualidade começaram a acontecer no fim desse segundo processo depressivo, ao perceber-se atraída sexualmente por outras mulheres. Relata que um amigo homossexual foi de extrema importância nesse momento, ajudando-a a reformular uma série de preconceitos que tinha em relação à homossexualidade e oferecendo apoio, quando passou a sofrer seus conflitos sexuais pessoais.

Descobriu-se apaixonada por uma colega do curso de licenciatura, posterior à conclusão da graduação em psicologia, que a levou a conhecer outras pessoas e locais voltados para o público homossexual. Antes disso, chegou a se relacionar com homens e a ter namoros longos.

Seus pais e sua família não sabem sobre sua orientação sexual e ela teme que essa informação gere um afastamento deles e de outras pessoas. Mesmo entre seus amigos há o receio de que a relação mude, de modo que ela prefere não falar sobre essa questão com a maioria deles. Em seus locais de trabalho, atuais e passados, as

únicas pessoas que souberam sobre sua orientação sexual eram outras pessoas que ela identificou como homossexuais e que se permitiam falar sobre isso.

Ela já presenciou, entre seus familiares, piadinhas e comentários maldosos em relação a primas suas que são homossexuais, o que reforça o seu receio de assumir-se. Ao longo da entrevista, ela também relatou seus envolvimento afetivos, as dificuldades de manter o segredo sobre o relacionamento e de não poder partilhar momentos com a parceira junto de sua família.

Falou sobre a militância LGBT, que considera importante, embora critique algumas posturas sobre visibilidade. Considera-se no armário “totalmente”.

Cícero: colorido no trabalho

Nosso informante de número *cinco*, o Cícero, foi indicado por seu amigo Douglas, nosso informante de número dois. Cícero nasceu e mora em Belo Horizonte, na casa dos pais, que fica na Zona Norte da cidade. Tem um irmão, que já não mora mais com eles. Tem 23 anos e pele muito clara.

Concluiu um curso técnico na área de química, mas não atua nesta área. Trabalha numa empresa de telemarketing, no setor de atendimento ao cliente de uma empresa de telefonia celular. Pretende inserir-se na área de formação de seu curso técnico, por meio da realização em um estágio. Declarou-se católico ao longo da entrevista.

Assim como Douglas, Cícero havia participado da organização do ENUDS na condição de monitor, o que lhe conferiria gratuidade no acesso às atividades. A taxa de inscrição seria um impedimento a sua participação. Já havíamos nos encontrado algumas vezes em reuniões, atividades do GUDDS! e durante o próprio ENUDS. Ao longo de toda a entrevista, ele se referia a mim de forma muito próxima, me chamando de “Dan” e ficando muito à vontade para relatar detalhes de seus envolvimento afetivos.

Após três tentativas frustradas, finalmente conseguimos nos encontrar para a entrevista. O local indicado por Douglas foi o Palácio das Artes¹³. Havia bancos num dos jardins onde poderíamos realizar a entrevista. Encontramo-nos por volta de nove horas da noite e conversamos por cerca de duas horas e meia. Pouco tempo depois do início de nossa conversa, fomos avisados de que o espaço estava para fechar. Interrompemos a entrevista e demos continuidade sentados no banco de uma praça próxima dali, já que o entrevistado dizia que “isso não era mais um problema pra ele”. Prosseguimos ali sem novas interrupções e pudemos conversar longamente.

Nosso quinto entrevistado provém de uma família extremamente católica e tradicionalista, com pai e mãe muito machistas. Além disso, seu pai, com quem teve muitos problemas de relacionamento na infância, é descrito como uma pessoa muito preconceituosa, o que ele contrapõe a sua preferência sexual por rapazes negros.

Estudou em cursinhos pré-vestibulares alguns anos, mas não conseguiu ser aprovado em universidades públicas. Em um desses cursinhos, teve acesso a atendimento psicológico, onde conseguiu, pela primeira vez, em muito a muito sofrimento, verbalizar suas dúvidas em relação a ser ou não gay. O espaço da terapia é descrito como muito importante no processo de auto-aceitação ao lado das relações desenvolvidas no trabalho. Começou a trabalhar durante o segundo ano de cursinho pré-vestibular. Foi motivado por questões financeiras familiares mas, principalmente, por indicação de sua psicóloga, que afirmava que o trabalho em um setor de telemarketing poderia “ajudá-lo muito em questões da vida”.

Este espaço de trabalho é descrito, enfaticamente, como “muito gay”. Aponta que praticamente todos os seus colegas de trabalho, além de seus superiores, são homossexuais, e falam disso muito abertamente. Ele é reconhecido pelos próprios colegas como alguém que foi ficando “mais colorido” com a convivência com eles.

Fala ainda de sua frequência a boates GLS e das relações desenvolvidas por meio de sites de internet, comunidades e outros serviços virtuais e de telecomunicação. Aponta a participação como monitor no ENUDS como o auge em sua

¹³ Complexo cultural composto por teatros, salas de exposição, café e jardins, situado no centro da principal avenida da cidade e próximo à empresa em que trabalhava.

“escala evolutiva de auto-aceitação”. O contato com tantas pessoas homossexuais, de tantos lugares diferentes, todas elas felizes, como ele mesmo descreve, o fez ter certeza de que era isso mesmo o que ele queria para sua vida.

Cícero seguramente foi o entrevistado que dedicou maior tempo à descrição de seus envolvimento amorosos. O despertar de suas sensações e a atração por outros rapazes, seguidas das incertezas decorrentes disso, eram tematizadas com frequência. Os relatos continham minúcias dos relacionamentos e apuradas descrições do seu estado psicológico no decorrer das fases de cada um deles. Estes relacionamentos pareciam ocupar importante lugar em seu processo de reconhecimento e auto-aceitação enquanto homossexual. Entende seu envolvimento atual, com um enfermeiro de 38 anos, como importante para a compreensão que tem dos relacionamentos entre dois homens não apenas como satisfação de desejos, mas como relações de companheirismo, o que ele avalia muito positivamente, elencando como sinal de sua maturidade pessoal e enquanto homossexual. Os conflitos com a religião foram substituídos por uma adesão ainda maior à Igreja após o acolhimento que recebeu de seu pároco, ao lhe contar, em confissão, que era homossexual.

Sérgio: “nunca tive nenhum problema com isso”

O segundo amigo indicado por Zé, Sérgio¹⁴, demorou ainda um pouco mais para atender ao convite. Sérgio é um jovem de pele clara, alto, de 23 anos. Está terminando a graduação em Administração em uma faculdade e já trabalha como assistente administrativo em uma empresa da área comercial. Nasceu em Belo Horizonte e já morou em outras duas cidades na região metropolitana. Após o divórcio dos pais, que ocorreu quando ele tinha 10 anos, passou a morar com o pai e tinha que cuidar da irmã de 5 anos. Três anos depois, mudou-se com a irmã desse município da região metropolitana, onde moravam com o pai, para este outro onde ainda reside, para viver com a mãe e o padrasto.

¹⁴ Sérgio, nome fictício, foi nosso sexto entrevistado

Apresentou algumas dificuldades para a participação, como horário de trabalho e estudo. Além disso, mostrando-se um pouco inseguro, solicitou mais informações prévias, como qual seria o formato da entrevista, duração, o roteiro com as perguntas que seriam feitas, entre outras.

A entrevista só foi possível em fins do mês de Janeiro de 2010, quando Sérgio estava de férias da faculdade e do trabalho. O local combinado foi a praça de alimentação de um Shopping em um município vizinho a BH. Tal local era próximo de sua casa e ele afirmou que, durante a tarde, o local estaria “mais vazio”. A entrevista foi realizada dentro de um restaurante, em uma mesa que não dava visão direta para a praça de alimentação, pois se localizava no fundo do estabelecimento. Durante a quase uma hora de conversa, nenhum cliente se aproximou de nossa mesa e a garçonete se aproximou apenas duas vezes, para nos servir uma bebida.

Sérgio manteve ao longo de quase toda a entrevista a fala de que “isso [a homossexualidade] não lhe causava nenhum problema ou dificuldade”. Contudo, as relações sociais que estabelecia nos ambientes de estudo e trabalho mostravam-se fortemente determinadas pela interdição do falar sobre sua vida pessoal e afetiva. Mesmo em casa, o diálogo com a família, ou a falta dele, foi abordado pelo informante como extremamente limitado e, em alguns momentos, tenso. No dia-a-dia desse convívio “sem problemas” ele chegava a ser posto à prova ou insultado pela família, que ele afirma não saber de sua sexualidade.

Contudo, a leitura que ele fazia dessas situações não era a de cerceamento, mas reflexo de sua própria personalidade, que ele descrevia como a de uma pessoa “muito na dele”, “muito caseira”, que “não gostava de falar de si mesmo” e que “achava que não precisava mesmo”. Afirma que poucas pessoas sabem sobre a sua sexualidade e todos os que sabem também são homossexuais, que ele conheceu por meio da internet ou por meio de algum outro amigo em algum ambiente voltado para o público gay.

Entre os amigos heterossexuais, que são a maioria em seu círculo de amizades e também aqueles com os quais se relaciona com mais frequência, isso não é uma

questão, pois ninguém nunca o perguntou nada a esse respeito nem o desrespeitou, de modo que ele diz achar totalmente dispensável tocar nesse assunto.

Considera-se uma pessoa muito madura e atribui essa maturidade às dificuldades que teve que enfrentar desde cedo. Aos 10 anos, com os pais separados, já cuidava sozinho da irmã de 5, quando o pai ia trabalhar. Tal atribuição continuou mesmo depois que se mudaram para a casa da mãe, dois anos depois. Começou a trabalhar aos 16 e entrou na faculdade aos 18. Por tudo isso, se considera uma pessoa com a “cabeça além da sua idade”, alguém que “pensa muito no futuro”.

Frequenta pouco os espaços destinados ao público gay e diz que sabe respeitar os limites quando está em espaços hétero. Afirma que já viu pessoas fazendo piadinhas preconceituosas em relação a homossexuais de forma geral ou em relação a outras pessoas. Em determinado momento, diz que nunca foi vítima de piadinhas ou constrangimentos porque não dá espaço para isso. Contudo, no relato de sua experiência de trabalho, aprecem dois casos em que ele foi alvo de comentários de alguns colegas e se tornou assunto na empresa.

Seu primeiro contato sexual foi aos 16 anos, com um homem, vizinho seu. Já teve envolvimento rápido com meninas (a última foi há três anos) e já namorou com um rapaz por cerca de 3 meses, mas afirma que foi “só isso”, pois não é desses que saem “à caça”, é “muito tranquilo”. Afirma que terminou o namoro para não causar problemas ao namorado, pois imaginava que o pai policial não iria aceitar. Os outros poucos contatos que teve com homens ele enquadra na categoria de experiências que foram boas e que “contribuíram para o seu amadurecimento” e para ele ir “aprendendo as coisas”. Se diz muito tímido e, apenas em tom de confissão, admite que já entrou em sites de bate-papo para encontrar outras pessoas. Mas “não faz mais isso!” Pois não vê necessidade, acha que isso não é pra ele. O argumento é de que hoje, se ele quisesse, seria muito fácil conhecer pessoas em locais GLS, que ele raramente frequenta. Além disso, afirma que nunca aconteceu nada entre ele e as pessoas que conheceu por meio da internet.

Por vários momentos, ele parece defender-se de uma imagem de homossexual que ele não quer ver associada a ele. Tem grande contato com a internet,

mas atualmente não se integra a grupos virtuais homossexuais. Já manteve um blog¹⁵ onde publicava, de forma anônima e junto com outros amigos virtuais gays, matérias e fotos voltados para o público homossexual. Tal blog permitiu também que fizesse amizades com pessoas de outros estados, embora converse com algumas sem nunca ter mostrado seu rosto. Em alguns momentos, era a sua válvula de escape. Diz que já teve a oportunidade de contar para alguns de seus amigos, mas escolheu não fazer isso, pois há coisas que são muito íntimas pra serem contatadas a outras que “não sabem o que é viver isso”. É interessante como argumento de que não faria diferença se elas soubessem aparece como mais um motivo para não contar e não como uma justificativa para que o segredo não fosse mais mantido.

Acha importante o movimento homossexual reivindicar o direito de todos serem tratados de forma igual, mas não concorda com a “festa que as pessoas fazem nas Paradas”.

Frequenta a Igreja Católica mais por uma tradição familiar, tendo recebido todos os sacramentos, mas não se engajando em nenhum grupo de atuação ou de oração. Diz que frequenta apenas a Missa em situações especiais, e que nunca ouviu nenhuma pregação contrária à homossexualidade. Não vê incompatibilidade nenhuma, pois diz que não está fazendo nada de errado.

Stênio: bem dentro, da Igreja e do armário

Stênio foi nosso sétimo e último entrevistado. Jovem de 23 anos, aproxima-se dos últimos semestres da graduação em Ciências Sociais em um faculdade particular. Mora com os pais em Belo Horizonte desde o nascimento e seus irmãos mais velhos moram em residências próximas.

¹⁵ Página de internet pessoal, oferecida por algumas empresas de forma gratuita, e que pode ser facilmente atualizada pelos usuários. Permite a publicação de textos, imagens, vídeos, além da vinculação a outros blogs, o que configura o “seguir um blog”. O Twitter tem funcionamento semelhante, mas pauta-se pela publicação de mensagens sempre curtas, de cerca de 140 caracteres, que são automaticamente reproduzidas nas páginas de seus seguidores. Aparelhos de telefone celular também permitem a postagem em blogs e no Twitter]

Stênio foi convidado a participar depois de um contato que estabelecemos em uma lista de e-mails¹⁶. Dessa lista participam os universitários que se identificam com a Renovação Carismática Católica¹⁷ em Belo Horizonte. Há mais de 10 anos existe uma rede nacional de grupos chamados de Grupos de Oração Universitários (GOU). Tais grupos organizam encontros nacionais e estaduais para a troca de experiências sobre a evangelização no ambiente universitário. Nós dois já havíamos participado de GOUs e mantínhamos nosso cadastro na lista de e-mails. Críticas à homossexualidade passaram a ser constantes nos e-mails veiculados pela lista, alguns de forma muito agressiva. A coordenação geral dos Grupos de Oração chegou a me excluir da lista de e-mails depois de algumas declarações favoráveis à homossexualidade que fiz em resposta a algumas críticas agressivas. Posteriormente, tive permissão para ser reincorporado sob algumas condições. Stênio enviou-me um e-mail pessoal após uma dessas minhas declarações na lista. Na mensagem, se apresentava como ex-integrante de um GOU, dizia que concordava plenamente com minha opinião e me parabenizava por ter tido coragem de expressá-la na lista. Terminava o e-mail falando de sua sexualidade e me convidando para conhecer a sua história. Até aquele momento ele não sabia sobre esta pesquisa. No fim da mensagem ele dizia:

“Bem, eu sou homossexual, mas poucas pessoas que convivem comigo sabem disso. Se você quiser saber minha história, com as dificuldades que passei e com as superações, é só retornar o e-mail ou adicionar no msn: stenio@armario.com [e-mail fictício] . Só peço sigilo, pois acho que minha orientação sexual não precisa ser motivo de conversa entre pessoas que não entendem ou são preconceituosas. Grande abraço!” (Stênio, e-mail enviado em 17 de fevereiro de 2010)

Entrei em contato com Stênio no mesmo dia, por meio do MSN fornecido, e agendamos um encontro para o dia seguinte, aproveitando o dia de folga que teria no estágio que realizava na área de ciência política. Logo após combinarmos, enviei o e-mail padrão que foi enviado a todos os outros entrevistados, onde eram fornecidas mais informações sobre a pesquisa. Ele se propôs a vir ao Campus da UFMG e, devido às férias dos funcionários do setor em que ficam as salas utilizadas em atendimentos

¹⁶ em um alista de e-mails do tipo à qual nos referimos, todas as pessoas cadastradas recebem os e-mails que são enviados para ela e podem também enviar e-mails aos demais integrantes cadastrados.

¹⁷ sem entrar em muito detalhes, cabe caracterizar a Renovação Carismática Católica como movimento religioso que valoriza a experiência pessoal do fiel, o zelo pelos ritos, a adesão aos dogmas e à hierarquia da Igreja, incorporando elementos dos cultos neopentecostais.

clínicos, iniciamos a entrevista em uma sala de estudo em grupo da Biblioteca da Fafich, prédio em que fica o nosso Núcleo de pesquisas. Posteriormente, com o fechamento da Biblioteca, tivemos que nos deslocar para uma área isolada do mesmo prédio a fim de finalizar a entrevista, que durou cerca de duas horas e quinze minutos. Mesmo sendo nosso primeiro contato e com apenas um dia de distância entre a realização do convite e a efetivação da entrevista, Stênio mostrou-se bem à vontade, falando longamente sobre sua história. Tem dois irmãos mais velhos, que já se casaram e moram próximos à casa em que vive com os pais. Fala de uma infância marcada pela percepção de sua diferença em relação aos demais garotos de sua idade e pelo envolvimento na Igreja, onde era acólito¹⁸. Enganava-se para enganar aos demais, namorando algumas meninas mesmo sem ter vontade. Teve suas primeiras brincadeiras de caráter realmente sexual com um amigo com o qual jogava vídeo-game, por volta dos 14 anos.

A entrada para a Renovação Carismática Católica e a ascensão rápida ao posto de pregador significaram a incorporação de muitos valores religiosos. Os elogios que recebia faziam com que ele desejasse alcançar cada vez mais a perfeição cristã que diziam enxergar nele enquanto pregava. Foi convidado a pregar em vários grupos e chegou a falar contra a homossexualidade. Sempre foi um dos melhores alunos na escola e buscava ser amigo de todo mundo. Acredita que esses fatores, associados ao fato de que sempre foi muito discreto e tranquilo (em oposição a outros alunos que ele descreve como efeminados) o preservaram da discriminação. Seu círculo de amigos mais próximos é constituído de pessoas de sua Igreja. Fala dos fatores que o ajudaram a reconhecer-se como homossexual e a elaborar isso de forma positiva: a revelação de um amigo próximo, o contato com filmes que mostravam a homossexualidade de forma romântica (em oposição às suas ideias de depravação e perversidade), os amigos virtuais (por meio do orkut¹⁹ e do MSN), a acolhida positiva do padre de sua Igreja, a terapia com um psicólogo que também era padre, a frequência a baladas GLS. Diz que não vê a necessidade de contar sobre a sua sexualidade aos amigos, pois, mesmo sendo um “livro aberto”, sua vida não precisa ser “lida em voz alta”. Além

¹⁸ aquele que ajuda o padre durante as celebrações da Missa

¹⁹ rede virtual de relacionamento muito usada no Brasil e na Índia, em que os usuários podem, gratuitamente, criar um perfil e, por meio dele, adicionar amigos à sua rede, divulgar fotos, enviar mensagens que podem ser visíveis por todos ou não, e se engajar em grupos de interesse para a realização de debates

disso, percebe sua família como muito homofóbica e sua mãe como superprotetora. Reconhece-se atraído por outros homens e não nega essa característica em si, mas tem muitas dificuldades para se relacionar afetivamente. Como não se considera uma pessoa tímida, associa esse tipo de dificuldade ao armário, ao bloqueio de seus próprios afetos ao longo da vida, por não se aceitar. Acha que se tornou uma pessoa assexuada, incapaz de amar realmente. Relata que é muito amigo de outros gays em sua universidade e que eles organizaram um grupo recentemente. Mesmo convivendo muito próximo a eles e participando de suas brincadeiras, o máximo que consegue é “dar deixas”, sem ser capaz de dizer diretamente que também é homossexual. Entende que ele tem uma reputação na faculdade, muito em função também de sua participação como liderança no GOU (cujas reuniões são realizadas em uma sala da faculdade). Diz ter passado por uma reelaboração de Deus, que o levou a abandonar os cargos que ocupava na Igreja e a se afastar dos Grupos de Oração dos quais participava, contudo, ainda considera-se católico, mas mais cristão do que católico. Por essa reelaboração de Deus, mesmo muito consciente de todas as posições oficiais da Igreja contrárias à homossexualidade, não se sente em conflito. Há outros valores, como o amor e a fidelidade, dos quais ele partilha e admite que têm a ver com sua trajetória pela Igreja.

Análise

A crescente ascensão do movimento homossexual organizado à cena pública e política, bem como de outras referências midiáticas às homossexualidades, que ganham espaço como produtos televisivos e jornalísticos para entreter as massas, contrastam ainda hoje com as vivências de reclusão e sofrimento experimentadas por muitos daqueles que se percebem à margem do padrão heterossexual normal e vivenciam essa condição em segredo. Sedgwick (1998) aponta que os eventos desencadeados por Stonewall, em junho de 1969, afetaram escassamente o “reino do segredo revelado”. Embora tais eventos trouxessem o revigoramento dos sentimentos de potência, magnetismo e a promessa da auto-revelação gay, o que se percebeu na sequência foi uma acentuação da surpresa e do prazer, junto à opinião pública, de cada segredo revelado, principalmente quando de forma involuntária. Tal comoção pública, e ela se mantém ainda hoje, reitera a constrição ao silêncio e a afirmação de que a exposição pública da homossexualidade é fator de, ao menos, atenção negativa.

Trabalhamos aqui com a concepção de que tal conceito ainda tem muito a nos dar a conhecer acerca de nossas estruturas sociais. A proliferação dos discursos acerca da homossexualidade, em grande parte calcados na excentricidade e no exotismo, não deslocam o segredo e o sigilo de seu lugar fundante na experiência dos não-heterossexuais. O silêncio pessoal acerca do experimentar ou praticar desejos homossexuais se mantém, sendo fonte de muita de dores e sofrimentos cotidianos.

“eu num tava feliz, eu sabia que eu não tava feliz. Eu tinha tudo reprimido na minha vida, minhas emoções, meus desejos, tudo (...) a vida inteira eu me escondi, a vida inteira eu me reprimi”

Pesquisas realizadas em paradas do orgulho LGBT tocam nessa questão e apontam para a necessidade de consideração do fator sigilo na compreensão da vivência social da homossexualidade. Falamos então de armário para descrever essas experiências e vivências clandestinas ou submersas em segredo e silêncio que são trazidas por nossos informantes.

Usaremos a expressão “sair do armário” (ou *come out of the closet*) para, genericamente, nos referirmos às diversas estratégias desenvolvidas e às formas

viabilizadas pelos sujeitos homossexuais para lidar com esta obrigação e vir a público, em algum nível, enquanto sujeitos em desacordo com as normas sexuais estabelecidas como socialmente corretas ou aceitáveis.

Por outro lado, como citamos acima, atentaremos também para outras nuances nas formas de vivência do “armário”, que podem dizer de sua condição essencial para a (sub)existência em espaços de grande aversão às homossexualidades. Assim, buscaremos compreender também as vivências de jovens em situações nas quais o segredo e a invisibilidade, ou seja, o “viver no armário”, apresentam-se como a única saída possível para a sobrevivência em um ambiente de extremada hostilidade.

Ao tomarmos o conceito de “armário” como central para nossa investigação não o compreenderemos como enunciador de um momento definitivo de afirmação pública e irrestrita da identidade homossexual por parte de nossos sujeitos. Em vez de pressupor uma completa dicotomia entre o sigilo e a visibilidade, nos valeremos de tal conceito para compreender e explicitar a dinâmica psicossocial que, ao implicar certo ônus àqueles que são vistos como homossexuais, lhes outorga o silêncio como norma de conduta quanto à expressão pública de seu desejo, afeto e sexualidade. Localizando nosso estudo em um ambiente social extremamente aversivo às homossexualidades, encontramos indivíduos que se percebem em desacordo com as normas sexuais vigentes e, a partir daí, desenvolvem diversas estratégias para lidar com as restrições e sanções que podem recair sobre eles.

Dessa forma, à expressão “saída do armário”, usada de forma corriqueira entre os gays e outros grupos homossexuais para nomear a afirmação pública da identidade homossexual, associamos essa outra: “o armário como saída”. Com essa nova conjugação dos termos “armário” e “saída” buscamos ampliar sua capacidade de compreensão da realidade e indicar novas possibilidades para o uso analítico do conceito do “armário”, de forma mais dinâmica e mais complexa. Evitamos assim a suposição de situações estáticas e definitivas (o “estar dentro” em oposição ao “estar fora”) que a primeira expressão poderia nos levar a desenvolver.

“O coming out é uma conversão. Mas, se pode ser descrito como o gesto de um ‘instante’, o da decisão, é preciso de imediato acrescentar que esta deve ser

permanentemente prolongada. No fundo, o coming out é o projeto de toda uma vida: pois a questão sempre se coloca de saber onde, quando e diante de quem é possível não esconder o que se é. A necessidade de escolher reaparece em cada nova situação da existência (...)" (Eribon, 2008, p. 140)

"A palavra 'armário' é a tradução consagrada de closet, que designa o espaço, o lugar (social e psicológico) no qual são trancados os gays e as lésbicas que dissimulam a homossexualidade. Fazer seu coming out (subentendido: out of the closet) significa, portanto, cessar de se esconder (em português, portanto, 'sair do armário'). O outing (em francês: outer) seria, inversamente, o gesto político que consiste em revelar publicamente a homossexualidade de personalidades que a escondem, principalmente quando passam o tempo a denunciar a homossexualidade. Isso se praticou (a justo título a meu ver) na Inglaterra contra deputados conservadores que votavam leis repressivas em relação a gays e lésbicas ou dignitários religiosos que denunciavam no púlpito a abominação homossexual (que, no entanto, praticavam em casa). Parece-me mais contestável, em compensação, desvelar a homossexualidade de atores ou cantores sob o pretexto que isso permitiria que a homossexualidade fosse mais bem aceita por um vasto público." (Eribon, 2008, p. 65)

Prado e Machado não fazem essa distinção e usam o termo outing para fazer referência ao que chamamos da saída do armário, do falar de si mesmo. Saggese (2009) adora posição semelhante à de Eribon, diferenciando o coming out, que estaria mais próximo da revelação espontânea, do outing, referido à exposição de terceiros sem consentimento.

Villaamil concorda com Sedgwick ao descrever o armário como "Un comportamiento que se há iniciado como tal por el acto discursivo de silencio, no un silencio concreto, sino un silencio que va adquiriendo su particularidad a trancas y barrancas, en relación con el discurso que lo envuelve y lo constituye de modo diferencial" (Villaamil, *Economía Política del Armario: Políticas del Silencio, Políticas de la Autenticidad*, 2004, p. 281)

O silêncio é tratado por Sedgwick, seguindo os estudos foucaultianos, como um ato de fala com efeitos performativos, transformadores da realidade e articulador de relações de poder, porque a ignorância da qual o silêncio pode ser um signo eloquente é capaz de produzir efeitos de poder tão amplos quanto o saber enunciado:

“(…) El hecho de que el silencio sea tan intencionado y transformativo como el discurso, en las relaciones en torno del armario, depende de que la ignorancia sea tan poderosa y múltiple como el conocimiento (...) El hecho de permanecer en el armario es en sí mismo un comportamiento que se há iniciado como tal por el acto discursivo del silencio, no un silencio concreto, sino un silencio que va adquiriendo su particularidad, a trancas y barrancas, en relación con el discurso que lo envuelve y lo constituye de forma diferencial.” (Sedgwick, 1998, pp. 14-15)

De qualquer modo, toda saída do armário é paradoxal já que, em busca de uma posição de sujeito pleno, a saída do armário coloca o sujeito em uma posição de antemão desvalorizada. A relação de poder torna-se então explícita, na medida em que revelamos o quão desigual são as posições dos sujeitos implicados na relação da política do armário.

As relações do armário são relações de poder, na medida em que são relações intransitivas. O sujeito e o objeto dessa relação não podem trocar de lugar e o peso da questão sobre o “assumir-se” só recai sobre o homossexual. E mais, a reação do outro diante dessa “confissão” podem ser múltiplas e imprevisíveis, variando desde o “fingir não saber” até a violência física.

Villaamil, aponta ainda que o armário, enquanto instrumento de análise, possibilita a consideração de complexidades que vão muito além da proibição de representação no espaço público. Trata-se de um conceito relacional, que pode ser aplicado também às micropráticas ou práticas cotidianas, explicitando o controle epistemológico e os diferentes níveis de poder das situações de interação. Tal instrumento nos permite atentar para como, diante da impossibilidade de um casal homossexual adotar uma criança, a manutenção em segredo da homossexualidade, possibilita que, individualmente, um desses indivíduos realize a adoção. O armário diz então, também desse silêncio que regula a cena pública, no acesso ou não a determinados bens ou direitos, podendo ser utilizado como arma política para resoluções, por vezes apenas imediatas. Destacamos o caráter imediato, pois, ainda que resulte em situação definitiva para um dado indivíduo (a adoção de determinada criança por determinado homossexual é fato consumado e duradouro), tal resolução em nível individual impede a politização pública em torno da questão mais ampla da negação de direitos a toda uma “classe” de sujeitos, considerados inaptos à adoção. O

armário impediria assim, a emergência do conflito coletivo na cena pública, ao mesmo tempo em que serve de arma para a resolução (ou o contorno, o desvio) desses mesmos conflitos em nível local e individual. Assim, é importante que a análise considere existência desse campo estratégico para os que padecem ou padeceriam as consequências da visibilidade pública da homossexualidade, e que assim podem utilizar-se do armário em benefício próprio, com práticas de evitação ou com sua explicitação, usando dessa informação como desafio à ordem e às normas instauradas em determinadas situações. As agressões físicas ou verbais, que atuam para impedir a ocupação do espaço público enquanto homossexuais, emergem também como formas de controle das formas legítimas de representação pública da masculinidade. Este controle sobre o espaço de representação pública inclui também uma dimensão moral de definição das relações adequadas entre os sujeitos, individuais e coletivos, que inclui a própria capacidade de definir a situação de interação e o estatuto moral dos sujeitos. Este aspecto de pressões, formais e informais, institucionalizadas ou estabelecidas na vida cotidiana, para a conformação à normalidade atua por omissão tanto quanto por ação, da mesma maneira que, como mecanismo epistemológico, o silêncio e o desconhecer são analisados por Sedgwick como atos de fala em toda a regra.

A literatura desenvolvida na área nos oferecem outras formas mais usuais de se abordar a questão. A partir de estudos empíricos com sujeitos homossexuais foram desenvolvidos modelos explicativos do processo de “saída do armário” em nível individual, pautados em fases ou estágios. Os estudos de Pereira, Ayrosa e Ojima (2006) nos trazem um apanhado dessas teorias e propõem uma formulação de encontro e conjugação das anteriormente propostas. Esses autores partem da concepção da “saída do armário” como um rito de passagem: *“um processo crítico na vida do gay, durante o qual se aprende sobre os valores e comportamentos da cultura gay e se assume uma identidade homossexual para si e para os outros”*. Chegam à formulação de um processo dividido em 3 estágios:

1- sensibilização ou separação: quando o indivíduo começa a se sentir marginalizado e diferente dos demais, há um afastamento do ponto fixo anterior na estrutura ou condição social;

2- a confusão ou liminaridade/margem: quando uma possível homossexualidade pode provocar conflitos internos no indivíduo. Nessa fase, o indivíduo vive num estágio liminar onde ele está deixando para trás os padrões heterossexuais de comportamento e assimilando novos padrões, ligados à cultura gay. Nesse estágio, sofre as conseqüências dessa ambigüidade, dessa ausência de identidade determinada;

3- suposta identidade e o compromisso ou reagregação: fase em que o indivíduo, antes de tudo, revela-se como homossexual apenas para os seus pares e, finalmente, é quando a homossexualidade é aceita por ele próprio e, de certa forma, legitimada socialmente. Nesse estágio, a identidade homossexual está relacionada a um modo de vida.

Esse processo de “saída do armário”, como rito de passagem, dividido em 3 fases, refletiria o desenvolvimento psicológico de uma identidade social, a identidade homossexual; a aceitação crescente dessa identidade como parte do autoconceito do indivíduo e, finalmente, uma revelação progressiva desse status social estigmatizado (gay) para vários públicos componentes de sua rede de relações: amigos, família, trabalho. A partir desses estágios, esse estudo traça diferenciações nos padrões de consumo à medida em que o sujeito avança na escala de “saída do armário”.

Pensamos que tais modelos pautados em estágios, tendem a restringir a dimensão do armário a uma etapa na escala evolutiva de um sujeito homossexual encarado como auto-realizável. Pautam-se normas de legitimidade para a identidade homossexual e um rumo a ser seguido para sua plena constituição. Nesses modelos, de forma quase como que dentro do ciclo de desenvolvimento tido como natural e esperado, a etapa do sair do armário seria superada durante a adolescência e a juventude.

Ainda que limitemos o campo de nossos sujeitos à juventude, não desconsideramos a existência de dinâmicas do armário muito particulares a diversas, manifestas de múltiplas formas ao longo da vida. Trabalhos como o de Moris (Moris, 2008, p. 134) nos ajudam a compreender como a complexidade do silêncio e do segredo acerca da sexualidade não se limitam a uma etapa ou outra da vida. O escopo

de seu trabalho é a compreensão de situações de revelação da homoafetividade do pai para seus filhos. As trajetórias investigadas mostram como a revelação não se encontrava associada apenas ao pai, que busca manter em segredo a informação sobre sua homossexualidade por receio de que ele e sua família possam ser alvo de estigma. Ela busca explicitar as nuances que dizem respeito a cada um dos envolvidos nessa dinâmica: o pai, o(a) filho(a), com a sua vida pessoal e desenvolvimento emocional; a mãe desse filho ou ex-mulher do pai; outras pessoas próximas, como a família de origem, amigos do pai e dos filhos, o atual namorado ou companheiro do pai, além de todo o contexto externo, social, religioso, profissional dos diversos sistemas que os cercam. A revelação para o filho aparece, para esses sujeitos pais, como um dos momentos mais cruciais. Ainda que fuja aos objetivos e às possibilidades deste nosso trabalho, a consideração dessa possibilidade nos ajuda a compreender como a estrutura de estágios e fases do coming out, deixa de abarcar um série outras de possibilidades. Além disso, amplia a percepção dos campos de conflito relacional dentro da família. Não apenas os filhos saem dos armários para os pais, mas os pais podem sair do armário para os filhos.

Em nossa pesquisa, conforme explicitado anteriormente, não nos deteremos em estágios fixos, tal como o estudo citado. Não buscaremos enquadrar nossos sujeitos em estágios pré-definidos, mas estaremos abertos à pluralidade de fatores e conjunturas possíveis de emergência do sujeito homossexual em meio às constrições sociais e à configuração de redes de amparo. Nosso foco estará não estritamente nos processos de adaptação individual, mas no debate acerca das hierarquias sociais que conformam lugares e vivências subalternizadas aos sujeitos homossexuais. Compreendemos que a análise da “política do armário” deve refletir sobre o espaço ocupado pela heterossexualidade em sua conformação, e atentar para o gozo de privilégios garantidos por essa estruturação. Pautamos assim nossa contribuição de forma a enriquecer as análises até então concentradas sobre os aspectos individuais da vivência do armário que o tem tomando como rito de passagem definitivo. No lugar de rito de passagem, tomamos, com Sedgwick (2007), o armário como “presença formadora”:

“O armário gay não é uma característica apenas das vidas de pessoas gays. Mas, para muitas delas, ainda é a característica fundamental da vida social, e há poucas pessoas gays, por mais corajosas e sinceras que sejam de hábito, por mais afortunadas pelo apoio de suas comunidades imediatas, em cujas vidas o armário não seja ainda uma presença formadora.” (p. 22)

Com esta autora, lançamos nosso olhar para o “armário” como um dispositivo de regulação da vida de gays e lésbicas que concerne, também, aos heterossexuais e seus privilégios de visibilidade e hegemonia de valores, demarcando assim nossa análise no campo psicossocial e atentando para as relações de poder implicadas nessa hierarquização de sexualidades. Tal abordagem do conceito, aqui utilizado para a análise de situações empíricas trazidas por sujeitos contemporâneos, apresenta-se como contribuição original a um campo ainda carente de estudos sob tal viés.

“Não deve existir gay, por mais ‘aberto’ que seja, que não tenha um dia ou outro transigido com a questão do armário: por isso é que a ‘saída do armário’ não é um gesto único, unívoco: é, a um só tempo, um ponto de partida e uma espécie de ‘ideal regulador’ que orienta as condutas, mas não pode nunca ser atingido. A estrutura do armário é tal que ninguém jamais está simplesmente fora ou dentro, mas sempre, ao mesmo tempo, fora e dentro, mais ou menos fora ou mais ou menos dentro conforme os casos e evoluções pessoais”. (Eribon, 2008, p. 141)

Em todas as frentes de enfrentamento a essas questões tentaremos deixar-nos conduzir pela vivência dos jovens implicados no dia-a-dia com isso que aqui transformamos em problema de pesquisa mas que, bem antes, apresenta-se como questão muito prática, que demanda (in)ações, vozes e silêncios, na vida de muitos sujeitos. A essas vivências, o devido olhar crítico e reflexivo instruído pela literatura produzida nas áreas das ciências sociais e humanas acerca do tema.

Atentamos para a complexidade dos processos de afirmação identitária homossexual de jovens masculinos que se relacionam afetiva e sexualmente com outros homens em uma sociedade na qual tal conduta ainda é vista como desvio da norma. Contudo, nosso trabalho busca colher também as vivências possíveis dentro das impossibilidades de afirmação dessa identidade estigmatizada. E ainda, buscamos questionar a necessidade de afirmação dessa identidade. Quais outras formas de

subjetivação seriam possíveis para além da afirmação de identidades que poderiam tender à cristalização e à imposição de novas normas de conduta? Se a afirmação pública da homossexualidade pode ser encarada politicamente como forma de questionar e interpelar uma dada hierarquização social que condena à invisibilidade todas as expressões não-heterossexuais, quais seriam as vantagens e desvantagens disso em nível individual e mais imediato?

Ao longo deste trabalho, esses sujeitos e suas histórias nos levarão ao questionamento do conceito de homofobia enquanto analisador e descritor das experiências de preconceito e discriminação. Neste embate teórico, a analítica do armário nos servirá de contraponto teórico e descortinador de problemas e questões até então não considerados e fora do alcance descritivo da homofobia.

A partir do presente, a narrativa de si que eles elaboram é de uma história de opressão e libertação. Todos os testemunhos, em diferentes níveis, apresentam este elemento de passagem de uma situação de maior privação para uma em que haja certa possibilidade de expressão balizada por diferentes questões, mas de todo modo, que permita o reconhecer-se e o expressar-se abertamente em determinados contextos.

Iniciando nossa aproximação dessas vivências, partiremos de uma obra do cinema canadense, C.R.A.Z.Y., ilustrativa de algumas questões que nos ajudarão a delinear nosso campo de estudo.

A frase que abre esse projeto é de Zac, um garoto de 6 anos. No filme C.R.A.Z.Y. ele é filho do amoroso/rigoroso Gervais²⁰ e de Laurianne²¹. Numa das primeiras cenas do filme, que conta sua história desde o nascimento até a idade adulta, entre os anos 60 e 80, seu pai o flagra em um momento de brincadeira. Usando as roupas, maquiagem e jóias da mãe, faz-se passar pela “mamãe” de seu irmão recém-nascido, o quinto menino em uma família de cinco irmãos. A reação do pai é de extremo desconforto e, em uma mistura de desconcerto e agressividade, o repreende duramente. A partir desse momento, e Zac percebe isso, a doçura do pai converte-se

²⁰ Interpretado por Michel Côté

²¹ Interpretada por Danielle Proulx

em extremo rigor. De imediato, a brincadeira é interrompida. Em outras situações, seu comportamento é corrigido veementemente pelo pai, para que ele não se pareça com um “maricas”. E essa é a expressão usada pelo pai: *“Não seja um maricas!”*.

Sem maiores explicações, apenas mais tarde essa frase do pai poderia ser traduzida na identificação de sujeitos ou grupos específicos, socialmente estigmatizados. Contudo, já naquele momento havia uma interdição quanto às suas próprias possibilidades de ser. Ainda que os contornos exatos do que “pode” e do que “não pode” não estivessem tão bem definidos para ele, já havia um campo interditado, um campo que se apresentava como impossibilidade. Este campo era traduzido como o “não posso ser” antes mesmo de seu conteúdo ser conhecido.

A experiência de ser nomeado externamente (leia-se acusado) como indivíduo participante do campo do “não posso ser” é extremamente dolorosa para esse garoto. Quantos outros não partilhariam do mesmo sofrimento? O que começa a tomar forma para esse garoto, nas palavras do pai e nas acusações públicas, é a consciência de uma dada hierarquização social. Nos momentos de manifestação dessa violência vexatória, da injúria, os sujeitos envolvidos atuam, atualizam, reforçam e reproduzem a hierarquia sexual que condena à inexistência social tudo e todos que não estejam conforme a heterossexualidade.

Eribon (2008) analisa o papel da injúria na conformação de identidades e lugares de subalternidade para aquele que é, a partir da visão do outro, identificado pejorativamente como homossexual:

“A injúria me faz saber que sou alguém que não é como os outros, que não está na norma. Alguém que é viado (queer): estranho, bizarro, doente. Anormal. Logo, o insulto é um veredito. (...) Aquele que lança a injúria me faz saber que tem domínio sobre mim, que estou em poder dele. E esse poder é primeiramente o de me ferir. De marcar a minha consciência com essa ferida ao inscrever a vergonha no mais fundo da minha mente. Essa consciência ferida, envergonhada de si mesma, torna-se um elemento constitutivo da minha personalidade” (pp. 28-29)

A violência instaura-se antes mesmo que o próprio sujeito possa reconhecer-se enquanto sujeito desejante, formatando valores e normas que enquadram e limitam as possibilidades de existência. Dessa forma, a marca da injúria delimita, diante deste

homossexual/desviante, modalidades e possibilidades de existência publicamente legítimas. E essas possibilidades legítimas de existência não abarcam os sujeitos cuja expressão da sexualidade escapa e questiona a norma heterossexual. A esses sujeitos estranhos, bizarros e anormais, estão reservados lugares específicos na vida em sociedade. Sua existência na cena pública dá-se pela via da inclusão perversa, em uma subalternidade disfarçada pela lógica da excentricidade e pelo preconceito (2008, p. 11). Assim, não falamos de excluídos da sociedade, mas de sujeitos incluídos dentro de uma hierarquia social na qual lhes cabem posições sempre inferiores.

Nesse sentido, as Paradas do Orgulho LGBT são manifestações cada vez mais expressivas no Brasil. Contribuem para o ganho de visibilidade da identidade homossexual e para a proposição de uma pauta política junto à sociedade e ao Estado, constituindo-se numa ação coletiva de cunho político (Prado & Machado, 2007). Na cidade de São Paulo ocorrem as maiores Paradas do mundo. Suas duas primeiras edições, em 1997 e 1998, já contaram com a participação de algumas milhares de pessoas caminhando ao som de uma perua Kombi emprestada pelo Sindicato das Costureiras de São Paulo. Suas últimas edições têm contato com público superior a 1 milhão de pessoas, que tomam completamente a Avenida Paulista e a rua da Consolação em uma manifestação popular que talvez só seja comparável às manifestações pelas eleições diretas do início dos anos 80 (cf. Simões e Facchini, 2009, pp.150-151)

Apenas dois de nossos entrevistados declararam ter algum nível de envolvimento político em questões LGBT. Estes dois são exatamente os que têm contato mais direto com o GUDDS! Os demais relatam apenas um pequeno conhecimento sobre o movimento social, proveniente de informações veiculadas pela mídia, ou mesmo o seu total desconhecimento.

Mesmo sabendo da realização de Paradas do Orgulho LGBT, a sua ocorrência não é necessariamente associada à existência de um movimento político organizado. A maioria de nossos informantes criticou a forma como as Paradas são realizadas. Consideram-na muito festiva e acham que ela está perdendo o sentido, que deveria ser o de reivindicar direitos.

Alem disso, apontam que elas apresentam uma imagem extremamente sexualizada do homossexual, o que, segundo eles, não condiz com a realidade e com a forma como gostariam de ser encarados pela sociedade. A maioria não participa de tal manifestação, em consonância com o receio de serem reconhecidos publicamente.

Nesta seção, apresentamos dados levantados em Paradas do Orgulho LGBT realizadas em 3 capitais brasileiras (Rio de Janeiro, São Paulo e Recife²²) entre os anos de 2004 e 2006. As pesquisas foram realizadas pelo Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM).

As informações que apresentamos aqui são apenas um pequeno recorte de um levantamento muito maior e dizem respeito diretamente aos espaços e às pessoas com as quais os entrevistados já falaram ou falam abertamente sobre sua sexualidade. A pergunta presente nos questionários era:

VOCÊ JÁ ASSUMIU SUA ORIENTAÇÃO SEXUAL PARA: <i>[pode marcar mais de uma]</i>
1 () familiares
2 () amigos
3 () colegas de trabalho

²² Em Belo Horizonte, o Núcleo de Psicologia Política da UFMG (NPP) realizou pesquisa semelhante no ano de 2005. Contudo, os participantes não foram diretamente questionados sobre para quem eles já haviam “assumido sua sexualidade”.

- 4 () colegas de escola/faculdade
- 5 () profissionais de saúde (médico, psicólogo, etc.)
- 6 () outras pessoas. _____
- 7 () ainda não me assumi
- 99 () NR (Não respondeu)

A consideração desses dados deve levar em conta que os indivíduos que participam de Paradas do Orgulho LGBT tendem a perceber, em algum nível, a sexualidade como uma questão política. Portanto, pressupõe-se que já assumiram ou estejam dispostos a assumir sua orientação sexual em algum âmbito de suas vidas. Ainda que a consciência política não se confirme, compreendemos que aqueles que estão dispostos a participar de uma manifestação pública em meio a tantos outros homossexuais provavelmente já negociaram previamente a sua afirmação pública em algum outro espaço, de modo a não temer tanto a possibilidade de “ser descoberto”. Como os nossos entrevistados, supomos que muitos outros preferem não aderir a tais movimentos com o receio da visibilidade individual que eles podem proporcionar. Assim, a análise dos dados apresentados deve sempre levar em consideração, principalmente no tocante a essa questão, que muitos daqueles que se descreveriam como “totalmente no armário” não estiveram presentes para dar essa resposta. Isso justificaria os baixos índices de completamente no armário revelados pelas pesquisas. No Rio, eles são 3,5%; em São Paulo, 2,2% e em Recife, 3,9%. Mais surpreendente é que esse dado não tenha sido o zero absoluto. Ainda assim, os dados são muito interessantes, na medida em que indicam o quanto revelar uma orientação sexual

minoritária, sujeita a forte discriminação, é um processo complexo. Podemos identificar diferentes círculos de visibilidade e de intimidade.

No Rio de Janeiro (Carrara & Ramos, Política, direitos, violência e homossexualidade. Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT, 2005), os maiores índices gerais apresentados à questão foram: para amigos (89.9%); para familiares (78%); para colegas de trabalho (62.5%); para colegas de escola (60%) e para profissionais de saúde (59.9%). O público apresenta ainda particularidades internas. Os que se autointitulam “bissexuais” são os que em maior número não falaram abertamente sobre sua orientação sexual em círculo algum (12.2%), seguidos pelos que se declaram “entendido(as)” (8.3%). Entre os gays, o índice é de 1,8% e de 1,1% entre as lésbicas. O local de trabalho apresenta índices bem diferentes entre gays e lésbicas. 72,5% dos homens homossexuais já teriam assumido nesse espaço, contra 55.1% das mulheres homossexuais.

Dados semelhantes foram encontrados na cidade de São Paulo, em 2005 (Carrara, Ramos, Simões, & Facchini, 2006). Amigos e familiares são aqueles com quem essa informação foi mais freqüentemente partilhada (95% e 75,9%, respectivamente). Entre os colegas de trabalho o índice é de 71% e de 69,8% entre os colegas de escola ou faculdade. Os que se declararam mais como completamente dentro do armário foram as mulheres bissexuais (10,6%) e os homens bissexuais (5,3%).

Em Recife, os dados levantados no ano de 2006 (Carrara, Ramos, Lacerda, Medrado, & Nara, 2007) indicam uma maior invisibilidade em todas as esferas sociais pesquisadas. Também na capital de Pernambuco, “Amigos” é o grupo para o qual a maioria dos entrevistados já se assumiu (89,5%). Na sequência, encontramos os grupos

“familiares” (68,8%), “colegas de escola ou faculdade” (63,2%), “profissionais de saúde” (58,6%) e “colegas de trabalho”(58,5%). Mis uma vez os(as) bissexuais compõem o grupo dos que menos se assumiram: 9,4% deles e 10,2% delas afirmaram ainda não terem revelado sua sexualidade em nenhuma das esferas de sociabilidade.

Em todas as 3 cidades, há uma tendência a encontrarmos dados que confirmem a idade como fator importante na dinâmica da visibilidade, que aumenta consistentemente segundo a faixa etária, principalmente quando se trata de assumir uma orientação homossexual para familiares, colegas de trabalho e profissionais de saúde. Contudo, na cidade de Recife, é significativa a porcentagem dos(as) acima dos 40 anos que afirmaram ainda não terem se “assumido”em nenhuma esfera de sociabilidade (5,5%). Tal fato não se repete nas demais cidades e os autores não identificam qualquer justificativa para essa ocorrência. Esses dados não podem, de forma alguma, serem generalizados para a população homossexual como um todo, pois se referem ao público específico que participa das Paradas. Ainda assim, a evidência de círculos de visibilidade diferenciais corroboram nossa perspectiva de que o armário, ou a saída dele, nunca são categorias ou posições absolutas na vida de qualquer sujeito.

Os índices de visibilidade são muito menores nos espaços de trabalho e nos meios escolar e acadêmico do que entre os amigos e os familiares. Alguns de nossos informantes traduzem em suas trajetórias esses dados, apontando o medo de serem prejudicados profissionalmente ou academicamente. Mesmo os que têm uma relação aberta dentro de casa, podem manter o segredo no trabalho ou no meio acadêmico, encarado como estágio a ser cumprido na carreira profissional. Tércio, que negocia de

forma crescente junto a sua família, o espaço para estar à vontade com seu namorado dentro de casa, fala do receio de que saibam sobre sua homossexualidade na faculdade:

“Quando seus amigos ficam sabendo desse tipo de coisa eles te conhecem mais, você se sente feliz por isso, e aí que você vê mesmo, e ai, é meu amigo ou não, quer dizer, você ta a fim de aceitar esse tipo de coisa, e aí você fica feliz, você fica muito feliz quando ele fala “a, tudo bem, já desconfiava...” aquela conversa de sempre, é...algumas pessoas não, quer dizer, você não, quer dizer, eu sei que a minha, a minha orientadora é simpatizante, só que eu fico com medo de contar pra ela, ela vai abrir as portas do mestrado pra mim, eu fico com medo, e aí, será que eu num perco...entende eu tenho a ganhar caso ela saiba disso, mas eu tenho muito a perder.” (Tércio)

Humberto, que sempre se pautou na superação profissional, teme a perda de respeito na empresa em que atua:

Acho que perde o respeito mesmo. Então, o quê que, o quê que eu tive que me tornar? Eu tive que me tornar o melhor naquilo que eu faço, eu tenho que... eu me policio o tempo todo pra fazer tudo bem feito. Nossa senhora! Eu to cansado, mas eu tenho que trabalhar mais ainda, eu tenho que estudar mais ainda, sabe? Eu já fiz três pós-graduações, eu trabalho, eu corro atrás de emprego, eu tenho um emprego, presto consultoria, eu vou dar aula. Tipo assim: eu tenho que, que me mostrar assim, sabe? Pelo meu trabalho eu tenho que mostrar que eu sou bom, pra ninguém me comparar assim: “Ah, eu sabia que você fez errado, claro! Você é gay.” Então, tipo assim, eu me policio por causa disso, e eu acho que não sou só eu não. Eu já vi muita gente que é gay, falar isso mesmo: a gente tem que ser melhor que os outros, pra compensar. Porque se a gente for igual, eles já estão ganhando. (Humberto)

O que já era apontado por Eribon:

“Esse medo de ser descoberto pode ter por conseqüência uma atitude geral de reserva, uma quase obrigação de se manter afastado da vida social no interior do meio profissional a fim de não correr o risco de todos ficarem sabendo.” (Eribon, 2008, p. 66)

Pollak (1983) rejeita as hipóteses simplistas de que os homossexuais trariam implícitas, de forma inata, uma sensibilidade natural, uma aptidão para as artes, inteligência ou brilhantismo excepcionais. Essas justificativas não explicariam a concentração de homossexuais em certas categorias socioprofissionais. Para ele, é a lógica social e a lógica do meio que fabricam essa intromissão das estratégias sexuais na carreira profissional.

Por exemplo, ele assinala que homossexuais originados em camadas mais populares tenderiam a buscar escapar ao preconceito por meio da grande dedicação aos estudos.

Contudo, formula a hipótese de que há uma sensibilidade especificamente homossexual, mas que essa refletiria uma lucidez que tem como campo de produção histórica e social, o jogo permanente de papéis que o homossexual deve desempenhar, sendo compelido a um distanciamento de si mesmo. Tal dinâmica seria resposta a uma exclusão sempre sentida, mas nunca pronunciada. “O critério da exclusão sentida, na maior parte dos casos, só é conhecido pelo excluído que, por não querer ou não poder revoltar-se contra uma discriminação implícita, aprende a acomodar-se à situação e ao seu jogo.” (Pollak, 1983, p. 61) Percebemos como as políticas do armário têm desdobramentos na carreira profissional dos indivíduos mesmo antes do jogo in loco, desenvolvido em cada ambiente de trabalho. Mas a própria busca por determinados meios profissionais seria reflexo dessa sensação de opressão que tende a ser permanente em alguns meios. Anteriormente a essa busca deliberada, devemos considerar ainda as implicações do jogo de dissimulação constante na conformação da subjetividade desses sujeitos. Tanto Eribon (2008) quanto Pollak (1983) tendem a encontrar nessa dimensão relacional, na qual a criança se implica desde muito cedo, ao perceber-se diferente, as razões para essa possível sensibilidade e perspicácia dos homossexuais. Ainda que não concordemos plenamente com essa afirmação generalizada da sensibilidade dos homossexuais, já que na prática ela não se mostra como regra universal, as proposições de que sua origem diriam respeito diretamente à dinâmica do armário nos parece muito interessante e pertinente. Para os casos em que essa sensibilidade se confirma,

parece-nos muito mais plausível associá-la ao jogo relacional das políticas do armário do que a uma essência inata ao sujeito homossexual.

Em alguns contatos prévios com estudantes do GUDDS! que tiveram o primeiro contato com o grupo, estes chegaram a descrever uma possível saída do armário entre seus pares na academia como “suicídio acadêmico”, expressando o receio de boicote nas atividades didáticas e de pesquisa, por colegas e professores, caso viesse a público sua orientação sexual. A forte expressão “suicídio acadêmico”, apresenta-se como interessante fator de análise da “política do armário” instituída em determinados espaços sociais, como se revela uma unidade acadêmica. A meritocracia da instituição universitária é atravessada por valores morais de modo a negar oportunidades de desenvolvimento acadêmico àqueles e àquelas que se colocam publicamente como homossexuais ou lésbicas.

Para os sujeitos homossexuais, o direito de manter em privacidade a vida íntima, acaba sendo vivenciado socialmente como uma obrigação ao silêncio (Villaamil, *Economía Política del Armario: Políticas del Silencio, Políticas de la Autenticidad*, 2004). Obrigação esta que pode manifestar-se também na “necessidade de escolha” de estabelecimentos específicos e na “frequência restrita” a determinadas áreas de lazer, ambos tidos como “locais seguros”. Nesses “locais seguros” seu silêncio seria mantido por pares e seu segredo estaria a salvo dos olhares e ouvidos inquisitórios, ainda que genericamente desconhecidos, presentes em outras áreas urbanas. Baudry (2006) trata da fixação de moradia ao longo da malha urbana, num processo que é subjetivamente apropriado pela coletividade como criador da inferiorização dos moradores de áreas suburbanas e, junto, como instituidor da “feição” da cidade. Se, para Baudry “é a cidade que hierarquiza e que exclui” (p.33), a mesma máxima poderia nos ajudar a pensar a situação das homossexualidades na cidade, com a configuração de “áreas de tolerância”, onde o confinamento das vozes silenciadas não se fazem ouvir, nem interferem, no espaço público. A existência dessas áreas como permissão para a expressão ruidosa da homossexualidade pode atuar (e aqui temos ainda indagações) como sistema de manutenção do silêncio nos demais espaços da cidade. Há uma obrigação ao silêncio demarcada também urbanisticamente, inscrita na configuração dos espaços de lazer e em sua hierarquia e máculas associadas.

A visibilidade ou invisibilidade no espaço público, que são prerrogativas de diferentes grupos, conforme uma hierarquia, ajudam-nos a pensar a dimensão política do espaço. Com Lefebvre (2008; 1972) atentamos para o espaço como o lugar do embate, do conflito de interesses, formado historicamente em meio aos antagonismos que emergem socialmente e prestando-se à instrumentalização de grupos específicos contra seus rivais.

“O espaço é político e ideológico. É a representação literalmente povoada de ideologia. Existe uma ideologia do espaço. Por quê? Porque esse espaço, que parece homogêneo, que parece dado de uma vez na sua objetividade, na sua forma pura, tal como o constatamos, é um produto social. A produção do espaço não pode ser comparada à produção deste ou daquele objeto particular, desta ou daquela mercadoria. E, no entanto, existem relações entre a produção das coisas e a produção do espaço. Essa se vincula a grupos particulares que se apropriam do espaço para geri-lo, para explorá-lo. O espaço é um produto da história (...)”
(p. 62)

Assim, os espaços são conformados em meio a relações de poder, servindo também como artifício de exercício de poder, por meio de sua exploração por determinado grupo, pelo Estado, pelos movimentos sociais e por agentes privados.

Logo, compreendendo os sujeitos sempre existindo em um espaço fruto de relações de poder, ao lidarmos com jovens homossexuais, estamos tratando com sujeitos que, conforme nos ajuda a compreender a dinâmica da “política do armário”, “não existem” em muitos dos meios e ambientes nos quais convivem.

Nos momentos de manifestação dessa violência vexatória, da injúria, os sujeitos envolvidos atuam, atualizam, reforçam e reproduzem a hierarquia sexual que condena à inexistência social tudo e todos que não esteja conforme a heterossexualidade. E essa inexistência (sexual) social caracteriza-se também pela exclusão de sua possibilidade de representação no espaço urbano, ou pelo menos em boa parte de seus espaços públicos.

É assim que um casal, composto por dois homens homossexuais ou duas mulheres lésbicas, dificilmente será encontrado nas principais ruas das cidades de nosso país. Quando de sua ocorrência, o estranhamento e as reações desencadeadas nos outros transeuntes atestam sua “inadequação” àquele espaço dito público.

Se sua pertinência à malha urbana é negada ao sujeito, enquanto ser sexuado homossexual, a ele cabem nichos específicos dentro do traçado de nossas cidades, em regiões ou estabelecimentos quase sempre franqueados aos que podem por eles pagar. Configura-se assim uma área de tolerância, mediada pelo consumo, na qual a subcidadania é instituída ao homossexual também a partir da negação de seu acesso pleno a boa parte do território da cidade. Importante destacar que compreendemos o acesso à cidade não apenas como acesso físico, pautado na permanência e trânsito de corpos. Consideramos o acesso simbólico, no qual os direitos de livre expressão de afeto homoafetivo em público configuram uma faceta da possibilidade de uma apropriação mais plena do espaço urbano. A imposição, pela coerção social, de limites mais estreitos aos homossexuais que para os heterossexuais, no tocante à manifestação pública de afeto ou de seu desejo sexual, demonstra a atribuição diferenciada de direito de acesso simbólico aos espaços urbanos.

Wacquant (2004), em seus esforços por conceituar o “gueto” para além de exercícios puramente descritivos (segundo sua avaliação, existentes em demasia e pouco frutíferos para os estudos na área das ciências sociais), o define como um dispositivo sócio-organizador composto de quatro elementos: estigma, limite, confinamento espacial e encapsulamento institucional. Tal dispositivo empregaria o espaço para reconciliar seus dois propósitos contraditórios: exploração econômica e ostracismo social. Logo de saída, tal autor exclui a possibilidade de sua identificação aos agrupamentos de homossexuais americanos. Para ele o “gueto gay”, seria mais bem caracterizado como uma “comunidade quase-étnica” já que “a maior parte das pessoas gay podem ‘passar’ e não precisam ficar restritas à interação com os ‘seus’ ”. Além disso, ninguém seria forçado a residir em áreas de concentração de instituições gay.

Wacquant (2004) ainda critica os estudos de Levine (1979, apud Tonelli & Perucchi, 2006) por ter contribuído para a dissolução e dispersão do conceito de gueto, ao realizar academicamente sua associação aos espaços de frequência de homossexuais. Para Levine, a validade da noção de “gay ghetto” aos espaços urbanos de cidades norte-americanas se confirmaria pelo fechamento dos requisitos de concentração institucional, de área de cultura, de isolamento social e de concentração residencial.

Tonelli & Perucchi (2006) partindo dos estudos de Levine, testam suas concepções de gueto no contexto brasileiro (mais especificamente em Florianópolis, Santa Catarina) e identificam que os requisitos apontados pela definição original de “gay ghetto” não são cumpridos totalmente pela realidade investigada na capital catarinense. Apenas alguns deles são contemplados. Assim, a denominada concentração institucional limitou-se à concentração de interesses por locais de lazer e espaços de paquera. Outros dois requisitos, de área de cultura e isolamento social, também foram contemplados parcialmente. No entanto, quanto ao requisito de concentração residencial, o território investigado não correspondia a tal critério, devido, sobretudo, ao fato de que os espaços reconhecidos como territórios GLS em Florianópolis não se tratam de bairros, mas sim, de estabelecimentos comerciais voltados para o lazer. Contudo, mesmo avaliando a literatura disponível sobre o tema e encontrando incompatibilidades quanto à conceituação teórica e seu campo empírico, o critério de decisão pelo uso do termo gueto como categoria de análise fez-se imperativo para as autoras devido a um dado do campo: “gueto” aparecia na fala das frequentadoras dos espaços que elas investigavam para denominá-los.

Perlongher (2008; 1987), ao estudar a prostituição viril no centro urbano paulistano, vê-se diante da necessidade de delimitação de um conceito para o “gueto” conforme a realidade complexa que se lhe apresentava. Foi também um dos motivadores da utilização desse termo em seu estudo, a sua já incorporação ao linguajar de alguns setores homossexuais locais. Dentro de seu universo de pesquisa, o termo “gueto” passou então a referir-se aos sujeitos envolvidos no sistema de trocas do “mercado homossexual” e aos locais onde as atividades relacionadas com sua prática sexual e existencial eram exercidas. Assim, seu uso da expressão gueto (ou

ghetto), referia-se primeiramente à área estudada, mas seu campo de ressonância estendia-se conforme o deslocamento das populações que o constituem. Dialogando também com Levine, discordava desse autor, ao não incorporar em sua definição nem limites geográficos nem “étnicos” muito precisos: “[a noção de ghetto] deverá flutuar e nomadizar, acompanhando os movimentos reais das redes relacionais que aspira significar” (Perlongher, 2008; 1987, p. 83)

Dessa forma, ainda que pesem críticas à aplicação do conceito de “gueto” às áreas de sociabilidade homoerótica existentes em várias partes do Brasil, tal termo parece ser de uso corrente entre sujeitos que, supomos, nos interessariam de acordo com nossos objetivos de pesquisa. Confirmando-se tal incorporação do termo também em nosso campo próprio de estudo, a cidade de Belo Horizonte, julgamos pertinente sua utilização, conforme caminho argumentativo seguido pelos outros pesquisadores apresentados.

É pertinente analisar essa perspectiva dos guetos relacionando-a à questão do isolamento social. Como resultado desse isolamento, homossexuais e pessoas conforme um padrão de gênero-cruzado (pressupostas homossexuais) estão mais propensos a experiências de crises suicidas ao passar por situações que acarretam alterações significativas em sua estrutura social ou sistema de apoio, já que costumam contar com menor apoio social e amparo afetivo para superar tais situações. (cf. Fitzpatrick, *et al.*, 2005, p. 40). E, ainda com base na literatura científica anterior, eles identificam que jovens integrantes de minorias sexuais estão mais susceptíveis a crises suicidas ao lidar com questões relativas ao seu *coming out*. Para Fitzpatrick, *et al.* (2005) tal dado indica a necessidade da realização de novas pesquisas para a identificação dos fatores de risco específicos dessa situação, de modo a embasar intervenções adequadas nas área de saúde e desenvolvimento humano, tendo como foco jovens e adolescentes.

“Muitas pesquisas mostraram que a taxa de suicídios ou de tentativas de suicídios ou de tentativas de suicídio entre os jovens homossexuais é consideravelmente mais elevada que entre os jovens heterossexuais” (Eribon, 2008, p. 85)

Há ainda inúmeros outros estudos internacionais que apresentam dados semelhantes e dignos de nota. Para Kreiss & Patterson (2006), 40% dos homens e mulheres homossexuais consideraram seriamente tentar ou efetivamente tentaram suicídio, sendo que quase todas as tentativas relatadas ocorreram durante a adolescência. Ainda segundo esses autores, adolescentes homossexuais são de duas a três vezes mais propensos a tentar o suicídio do que seus pares não-homossexuais, e as tentativas são mais graves e letais. Eles ainda estimam que os jovens homossexuais são responsáveis por 30% dos suicídios de jovens ocorridos a cada ano

O estudo de (Remafedi, 2002), da University of Minnesota, apresenta dados estatísticos acerca dessa afirmação. Sua pesquisa foi realizada com 255 jovens do sexo masculino que haviam mantido relações sexuais com outros homens (JHSH) dentro dos últimos 12 meses, residentes em um grande metrópole estadunidense (Minneapolis/St. Paul, Minnesota). A idade variou entre 15 e 25 anos. Cada entrevista durou cerca de 20 minutos e averiguou 4 itens relacionados a ideias suicidas e tentativas de suicídio. As análises utilizando modelos estatísticos indicaram que 33% dos sujeitos pesquisados já havia tentado suicídio ao menos uma vez; 4,7% havia tentado suicídio no último ano; 19% havia pensando em suicídio. Tais resultados foram semelhantes aos encontrados em pesquisas anteriores, nos quais os índices de tentativa de suicídio entre JHSH variavam de 20% a 42%. Entre essas pesquisas, as realizadas no Canadá e na Nova Zelândia são comentadas no artigo. Apesar de não ter sido realizada a mesma investigação com um grupo controle, composto de jovens homens que fazem sexo exclusivamente com mulheres, o autor aponta que há estudos anteriores, realizados com o mesmo instrumento de entrevista, que indicam índices bem diferentes para a população geral de jovens do sexo masculino da mesma região (sem distinção por comportamento ou prática sexual): 6,8% já havia tentado suicídio ao menos uma vez; 2,7% havia tentado suicídio no último ano; 15% já havia pensado em cometer suicídio. Seu estudo, além de corroborar os dados encontrados por estudos anteriores, que já apontavam para um maior índice de tentativa de suicídio entre JHSH do que entre a população em geral, ainda indica que o índice tende a ser ainda maior entre os jovens fora da escola. Mas fica a questão: esse dado apontaria para a frequência à escola como fator preventivo ao suicídio ou seria um indício do

quanto a escola não é capaz de configurar-se como um lugar de apoio e permanência segura e acolhedora para aqueles jovens homens que, relacionando-se com outros homens, sentem-se socialmente desconfortáveis com sua existência? Não encontramos, no momento, investigações que indiquem uma melhor compreensão desse dado, mas é importante considerar tal fato como questão relevante para futuras pesquisas.

Em estudo semelhante, Eisenberg & Resnick (2006), também da University of Minnesota, analisaram dados de questionários aplicados em 2004 a 2.255 jovens (homens e mulheres) com 9 e 12 anos de escolaridade e que relataram ter tido experiências sexuais com pessoas do mesmo sexo. Mais da metade desses sujeitos declarou já ter pensado em suicídio e 37,4% admitiu já ter tentado suicídio ao menos uma vez. Este estudo propõe, por meio de análises estatísticas multivariadas, que há fatores protetores que podem interferir nesse quadro, reduzindo drasticamente estes índices, de modo que a orientação ou a prática sexual, por si só, não é a “causa” para esses elevados índices de suicídio, como se homossexuais fossem naturalmente mais propensos ao suicídio. Ao contrário, esses fatores apontam exatamente para a importância do acolhimento e do respeito nos círculos de intimidade (como a família) e nos meios de interação social (como a escola). Estes fatores protetores poderiam e, segundo os autores devem, ser alvo de intervenções visando a diminuição dos índices atualmente apresentados. Os fatores avaliados no estudo são: ligação positiva com a família (relativo à cumplicidade, à compreensão, ao respeito à privacidade e às relações de apoio no ambiente familiar); relação de cuidado por parte de outros adultos (relativo à percepção de ser cuidado, compreendido e amparado por outros adultos de seu círculo social, como outros parentes, pessoas de sua comunidade religiosa e sua vizinhança) e segurança escolar (relativo às questões: “eu me sinto seguro indo e voltando da escola”, “eu me sinto seguro na escola”, “os banheiros nessa escola são um lugar seguro para estar”). (Eisenberg & Resnick, 2006, pp. 663-664)

A necessidade de intervenções é ainda apontada por Fitzpatrick *et al.* (2005) que, tendo como ponto de partida dados semelhantes aos apresentados acima, analisa como a performance ou adesão a padrões de gênero socialmente tidos (percebidos ou

impostos) como pertinentes a indivíduos do sexo oposto podem ser relevantes nessa análise. Definem o padrão de gênero como o grau psicológico de um indivíduo em relação às características socialmente tidas como masculinas ou femininas, avaliadas segundo uma escala psicométrica de avaliação de personalidade denominada Bem Sex Role Inventory (BSRI). Por ela, o padrão de gênero feminino prototípico é caracterizado como afetuoso, acolhedor, emocional e dependentes. O padrão de gênero masculino é então identificado como analítico, assertivo, competitivo e dominante. Eles apresentam pesquisas que afirmam que indivíduos homossexuais são mais propensos a adotar o que ele chama de padrão de gênero-cruzado [cross-gendered role]. Ou seja, desenvolveriam uma personalidade e performances de gênero comumente associadas a pessoas do sexo oposto ao seu. Compreendemos que os autores tentam manejar variáveis que, no senso comum, são reunidas sob o nome de “pinta” sem, contudo, problematizá-las historicamente nem desconstruí-las à luz de sua função na hierarquia heteronormativa de nossa sociedade. Como exemplo, dizemos que um homem “dá pinta” quando faz crer, conforme visões estereotipadas presentes no senso comum, que é homossexual, devido aos seus “trejeitos” manifestos no andar, falar e vestir, próximos aos que são esperados de uma mulher. [Uma outra compreensão desses aspectos pode ser encontrada na obra de Villaamil (2003) sobre o que, em espanhol, ele denomina *pluma*.] . Fitzpatrick *et al.* (2005) prosseguem apontando, por pesquisas prévias, que a adoção de um padrão de gênero-cruzado tende a resultar em isolamento social, dificuldade de relacionamento com os pares de sua idade e rejeição familiar. Lemos tal enunciado como faceta do preconceito homofóbico, quando consideramos que padrões específicos, associados à homossexualidade, levam à rejeição de determinados sujeitos, ainda que esses padrões, não necessariamente, digam ou revelem nada acerca de sua orientação sexual. Borrillo (2001) faz questão de destacar, em sua definição do conceito de homofobia, como o preconceito é direcionado àqueles que são ou que se pressupõe que sejam homossexuais.

O site E-Jovem (Ribeiro, 2005), voltado para o público jovem LGBT, traz algumas informações sobre os casos de suicídio entre homossexuais. Segundo dados de pesquisas internacionais, os adolescentes LGBT respondem por 4 dentre 5 suicídios entre jovens na Alemanha, onde estima-se que entre 1.000 adolescentes se matam

por ano, perfazendo uma estimativa de 800 LGBT. Além disso, 18% de todos os adolescentes gays já tentaram ao menos uma vez o suicídio. Entre os motivos elencados, mais de 50% dos adolescentes dizem ter recebido uma reação negativa da família ao anunciar sua homossexualidade. Destes, 66% afirmaram sofrer violência verbal e até física. Mais de 50% dos adolescentes gays afirmaram (ab)usar de substâncias nocivas (cigarros, álcool e drogas) para amenizar esse tipo de mal-estar. Números próximos são encontrados tanto no Japão quanto nos EUA, onde as estatísticas apontam que de cada 10 meninos que cometem suicídio, entre 7 e 8 são gays.

Ribeiro (2005) faz projeções para o Brasil tendo esses dados como parâmetro. Segundo ele, de acordo com o Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, de cada 100.000 jovens de 15 a 24 anos, 4 se matam a cada ano, num total de 1.320 para um montante de 33 milhões, segundo o IBGE. Dessa forma, supondo que de cada 5 mortes, 4 são de homossexuais, como acontece em outros países, chegaríamos ao total de 1.056 suicidas gays – para uma população de jovens gays estimada em apenas 3,3 milhões (10% do total). Isso equivaleria a uma taxa da morte de 32/100 mil: 8 vezes mais que a média brasileira de 4/100 mil e 4 vezes mais que a média mundial de 8/100 mil.

Embora não tenhamos dados a partir de pesquisas realizadas no Brasil, essas projeções são preocupantes e demonstram o quanto a violência contra homossexuais manifesta-se de forma muitas vezes silenciosa e invisível. Há formas de violência não identificáveis e que não podem ser descritas pelo conceito de homofobia.

O termo homofobia ganha espaço no imaginário social brasileiro a partir das ações do movimento social que se propagam em outras pautas públicas. A utilização do termo em bandeiras de luta e em slogans de eventos, como as Paradas do Orgulho LGBT, o populariza e promove sua assimilação não apenas entre o grande público. Sua reprodução é impulsionada pelos veículos de comunicação e pelos trabalhos acadêmicos. Nacionalmente formam-se debates em torno da criminalização ou não da

homofobia, projeto que tramita no Senado Federal²³. Ainda que seu significado não seja conhecido de imediato, essa palavra passa, com certa rapidez, a fazer parte do vocabulário e do imaginário da população brasileira, ainda que gerando dúvidas. A própria estruturação lingüística do termo, a partir dos sufixos homo (igual, remetendo à homossexualidade) e fobia (medo, aversão, horror), ajuda na sua assimilação, ao gerar uma nova palavra semelhante a outras mais conhecidas.

Contudo, a idéia de medo irracional, ódio ou aversão, contida no sufixo fobia, ao visibilizar parte do fenômeno discriminatório das homossexualidades, encobre outras de suas manifestações e nuances. Muitas críticas são apresentadas ao uso indiscriminado do termo. Apresentaremos algumas dessas críticas e teceremos proposições de análise dos processos discriminatórios a partir de outros conceitos, articulando-os.

A seguir, a partir da análise de relatos de jovens que se dizem “no armário” indicaremos limites do conceito de homofobia para a compreensão dos vários níveis de violência e do sofrimento infligido aos homossexuais. A identificação desses limites e a compreensão dessas experiências nos remetem à identificação da heteronormatividade, que delinaremos logo a seguir. Seguindo essa linha argumentativa, apresentamos o conceito mais amplo de “política do armário” como instrumental analítico capaz de abarcar a compreensão da execução e legitimação de atos homofóbicos em um contexto social heteronormativo que constrange ao silêncio, “ao armário”, aqueles e aquelas que fogem à norma heterossexual. Lidando com o conceito de “política do armário”, somos interpelados constantemente à análise psicossocial atenta aos silêncios discursivos que determinam posições hierárquicas diferenciadas para hétero e homossexuais. Somos chamados a considerar as relações de poder socialmente e institucionalmente legitimadas sempre presentes nas interações sociais nas quais identificaremos, para além das manifestações concretizadas em atos físicos e verbais, violências motivadas pelo preconceito contra

²³ PLC 122/2006 de 12/12/2006: Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. *Fonte:* www.senado.gov.br (Senado Federal).

homossexuais. A partir desse ponto de análise, o conceito de homofobia mostra-se insuficiente, denunciando que não esgotaremos nossa compreensão acerca do preconceito contra as homossexualidades, localizando e individualizando a questão em atores homofóbicos isolados. Há que se compreender cada ato em uma rede social ampla de formação de subjetividades que mantém a agressão aos homossexuais como possibilidade viável. Subjetividades estruturadas conforme e para a manutenção e reprodução da heteronormatividade. Subjetividades que partilham discursos acerca do certo e do errado, do possível e do impossível, do normal e do anormal, natural e desvio, que pautam lugares de subalternidade para as homossexualidades. Lugares de menos direitos que sequer são compreendidos como negação de proteção jurídica a cidadãos ou prejuízos e restrições no campo legal. A essas subjetividades socialmente partilhadas, a aparição pública das homossexualidades aparece como afronta à ordem social, à moral e aos bons costumes. O silêncio, antes de poder ser percebido como condição de sofrimento aos homossexuais, aparece, no máximo como condição para a tolerância a esses indivíduos acometidos pelo desvio homossexual. O silêncio é assim, expressão e aparato de manutenção da heteronormatividade. Mas explicitaremos com mais detalhes esse percurso teórico de delimitação dos conceitos que nos ajudarão na aproximação de nosso objeto de estudos.

O termo homofobia remonta a 1971, tendo sido cunhado por K. T. Smith (Borrillo, 2001), pela junção dos radicais gregos homo (igual) e fobia (aversão, medo). Borrillo (2001) nos ajuda com uma rica análise do uso do termo ao longo do tempo e mais do que isso, com uma análise apurada das suas formas de manifestação. Este autor já identifica limites da concepção original do termo e propõe ampliações em sua compreensão, sem contudo abandoná-lo. Assim, podemos compreendê-la, de forma ampliada, como a hostilidade geral, psicológica e social contra aqueles e aquelas que se supõem desejar a indivíduos de seu próprio sexo ou têm práticas sexuais com eles. Seguindo nessa concepção, sendo uma forma específica de sexismo, a homofobia rechaça também a todos que não coadunam com o papel predeterminado para o seu sexo biológico. Construção ideológica consistente na promoção de uma forma de sexualidade (hétero) em detrimento de outra (homo). A homofobia organiza uma

hierarquização das sexualidades e extrai delas conseqüências políticas (Borrillo, 2001, p. 36).

“A homofobia pode ser definida como a hostilidade geral, psicológica e social àqueles ou àquelas que supostamente sentem desejo ou têm relações sexuais com indivíduos de seu próprio sexo. Forma particular de sexismo, a homofobia renega igualmente todos aqueles que não se enquadram nos papéis determinados para seu sexo biológico. Construção ideológica que consiste na promoção constante de uma forma (hetero) em detrimento de outra (homo), a homofobia organiza uma hierarquização das sexualidades, o que tem conseqüências políticas”. (Borrillo, 2009, p. 28)

Não podemos negar, ou tentar esconder a concretude dos ditos atos homofóbicos. Os dados revelam um cenário de grande violência no Brasil. Segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB) (Mott, 2000), a cada dois dias um homossexual é vitimado em um crime de ódio. Em nosso país, no ano de 2007, houve 122 assassinatos de GLBT. Foram assassinados no Brasil no ano de 2009, 198 homossexuais, 9 a mais que em 2008 (189 mortes), um aumento de 61% em relação a 2007 (122). (Grupo Gay da Bahia). Dentre os mortos, 117 gays (59%), 72 travestis (37%) e 9 lésbicas (4%).

Para o ano de 2007, os registros nos Estado Unidos chegaram a 25 e, no México, a 35. Isso revela a desproporcionalidade dos atos discriminatórios no Brasil, quando comparado a outros países.

Segundo pesquisa da UNESCO (Abramovay, Castro, & Silva, 2004), bater em homossexuais, para os alunos de escolas públicas no Brasil, é menos violento que atirar em alguém, estuprar, usar drogas, roubar e andar armado. E mais, quase metade dos alunos entrevistados em Vitória e em São Paulo não querem ter um colega de classe homossexual.

Nos jornais, manchetes como “Homossexual é espancado por três jovens” com o subtítulo: “este é o preço que ele pagou por ser gay”. A foto com o rosto deformado do jovem, completa a descrição da realidade de horror e medo.

Contudo, ainda que esses fatos, essas imagens e esses dados sejam dignos de atenção, eles não esgotam a amplitude da questão da discriminação aos homossexuais.

A pesquisa de Prado, Rodrigues e Machado (2006), realizada na 8ª Parada do Orgulho GLBT de Belo Horizonte revela índices elevados de rejeição social percebida pelos entrevistados. Somando-se os que afirmam que “ser homossexual no Brasil é uma situação difícil devido ao preconceito” com os que afirmam que “ser homossexual no Brasil é ser apenas parcialmente aceito pela sociedade” chegamos a 74,9% dos entrevistados. Tais indivíduos são vítimas de agressões físicas e, principalmente, verbais. Tais experiências de humilhação e violência vividas, presenciadas ou conhecidas, incentivam o segredo e a busca de invisibilidade (Miskolci, Comentário, 2007). No estudo do movimento social, Costa e Prado (2006), estudando os motivos e impedimentos para a participação política no movimento social GLBT, apontam o medo, por parte dos homossexuais, de dar visibilidade a sua orientação sexual, como um fator a ser fortemente considerado na compreensão da não participação política.

Brian contraria algumas expectativas “naturais” de seus pais. Espera-se que ele tenha uma namorada, mas seu interesse por meninos não pode aparecer diante da pergunta pelas namoradas. A necessidade de sua adequação a um modelo e o conseqüente problema gerado pelo seu desvio só se configuram enquanto tal por compartilharmos um sistema social heteronormativo. A heteronormatividade apresenta-se então para nos ajudar a compreender a complexidade do cenário de violência homofóbica que atinge aos que não se enquadram nos pressupostos heterossexuais. Apresenta-se então como uma proposta de compreensão social.

Cientes desse contexto simbólico social de regulação, a “política do armário” chama a nossa atenção para a negociação de espaços praticada tendo a heteronormatividade como pano de fundo. Somos chamados à compreensão social pela superação das dicotomias indivíduo/sociedade.

Rios (2007), nos ajuda a compreender de forma ampliada a violência discriminatória que vitima aqueles que não se enquadram nos padrões da norma heterossexual. A partir de uma análise jurídica, explicita as formas de discriminação direta (intencionais) e indireta (não-intencionais) que lesionam direitos desses cidadãos e cidadãs. Assim, falamos de discriminação sempre que “distinções, exclusões, restrições ou preferências anulam ou prejudicam o reconhecimento, gozo

ou exercício em pé de igualdade de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos econômico, social, cultural ou em qualquer campo da vida pública” (p. 40). Desse modo, independe da intencionalidade do ato ou da situação ocasionadora da discriminação, a constatação da violência.

O que buscamos apontar é que o termo homofobia, por remeter-se sempre, ainda que o conceito passe por ampliações, a conteúdos de fundo emocional e internos aos indivíduos, de modo a dizermos de um horror irracional a tudo o identificado ou confundido com homossexualidades, portanto, referindo-se a indivíduos ou grupos individualizados, não daria conta de atingir a lógica da invisibilidade institucional, sustentada por uma partilhada estrutura cultural e política. Homofobia é um conceito insuficiente para interpelar uma instituição que se coloca no espaço do político. Não abarca o que as instituições representam no mundo público e político. O conceito de política do armário poderia nos instrumentalizar para interpelar a instituição no plano público/político.

Propomos então, uma pausa reflexiva no processo de adoção passiva do termo homofobia no Brasil, em curso na militância e na academia, sem que se pensasse o que significa a heteronormatividade no Brasil, em suas instituições e espaços de socialização. É aí que o armário aparece como metáfora da invisibilidade duplicada pela heteronormatividade que não permite a emergência e o aparecimento de sujeitos cidadãos em suas diferenças no interior das instituições (Prado, 2008). Falamos de um grande armário em que a sexualidade não pode aparecer como interpelação do mundo público.

A homofobia, em sua incorporação recorrente e acrítica, terminaria sendo concebida como atributo internalizado/personalizado e não como possibilidade de interpelação das instituições no campo do político.

Na política do armário, ao lidar com essa metáfora e encarar de imediato a problemática da heteronormatividade, não há o sujeito ou grupo de pessoas específico no qual localizar e individualizar o ato que poderia ser traduzido como homofóbico. Remete-se às estruturas institucionais e sociais e à constrição à invisibilidade e ao lugar do não sujeito. O armário lança o foco para as estruturas simbólicas e políticas que

regulam as relações entre os sujeitos e o acesso a direitos e à cidadania, pois direitos e deveres cidadãos são negados.

Mas então, se não há a personificação do “marceneiro” responsável pela fabricação desse armário, a quem ou a que ato criminalizar? Qual a ação necessária então? Tais dúvidas aparecem como interpelação ao movimento social LGBT que tem defendido tão veementemente, e algumas vezes descuidando de outras frentes de atuação, a aprovação de projetos de lei, como o PLC 122/2006, que pauta a criminalização da homofobia.

O conceito de armário ajuda a compreender e localizar a criminalização da homofobia não como fim último, mas como passo no processo de implosão cultural no qual hierarquias sejam interpeladas exatamente porque são visibilizadas, explicitadas em sua perversidade e danos à democracia. O crime homofóbico, legislativamente identificado, denunciaria então uma hierarquia não vista e por isso também não combatida em níveis institucionais e sociais.

O olhar do movimento social, tão voltado ultimamente às instâncias governamentais para o reconhecimento e combate ao crime homofóbico por aparatos legislativos, jurídicos e administrativos/executivos, poderia encontrar na problemática trazida pelo armário, um questionamento e interpelação que conduza o olhar mais além, para a pauta de transformações culturais que passam sim, mas apenas passam e não se encerram, em reformulações jurídicas, legislativas, administrativas.

Afinal, a quem criminalizar pelos suicídios motivados pelo sofrimento e a sensação de não sujeito e não direito à vida pública, determinadas pela opressão e deslegitimação das expressões não heterossexuais. Aquele que não pode existir como homossexual pode deixar de existir também como cidadão, na negação de direitos, voz e vez pública. E daí deixa de existir também como sujeito, como vida.

Uma nova forma de pensar a militância e a transformação social, são demandados se localizamos na sociedade essas novas (mas já tão velhas demandas) no foco de nosso interesse. Política e transformação devem ser instruídas em seu olhar às possibilidades de transformação e às novas necessidade de intervenção que ficam

camufladas. O “armário” no centro do debate recoloca a necessidade de novas estratégias a serem pautadas diante de uma “nova” (mas nada nova) questão a ser interpelada. Questão que tem raízes e conseqüências perversas ao mesmo tempo em que conta com atores mais difíceis de localizar ou individualizar para o combate direto. Novos esforços de análise e visibilização colocam-se como desafios ao movimento social e à academia.

Tais dificuldades não nos demoverão de nossos objetivos, mas nos servem de alerta para a complexidade do trabalho que temos pela frente. Na academia, na militância e na academia acadêmica.

Villaamil aponta como o conceito de armário pode se constituir como instrumental mais eficiente para a análise social do preconceito contra homossexuais do que o de homofobia. Em primeiro lugar, este conceito abarcaria melhor que o de homofobia os efeitos dos silêncios do discurso heterossexual/machista acerca da homossexualidade que desloca sempre o outro para a posição de intolerância, que é característico do discurso sobre a diferença/desigualdade. Em segundo lugar, reconhece a experiência social de ser homossexual em nossa sociedade tal como a expressam os próprios homossexuais. O termo “homofobia”, além disso, incorpora um elemento psicologizante e um elemento de explicitação da violência que não faz justiça à complexidade do fenômeno, uma vez que só diz respeito a uma pequena parte dele. Mesmo sendo reformulado e tendo seus conteúdos ampliados, o conceito retém o elemento de terror irracional a algo, que é o que significa literalmente uma fobia e, desta forma, tende a sublinhar os elementos psicológicos de um modo de relação que nos interessa enquanto tem conseqüências para a configuração de uma experiência social de desigualdade.

Alem disso, pode-se argumentar que a violência explícita não é necessariamente um elemento central da relação entre masculinidade hegemônica e minorias sexuais subordinadas, ainda que esteja em um extremo de uma gradação muito mais ampla de possíveis configurações dessa relação.

Essas reflexões acerca da elaboração de experiências individuais da experiência do preconceito sofrido por homossexuais nos ajudam a compreender a

dinâmica social de perpetuação das desigualdades e hierarquias na cena pública, onde alguns têm o direito à existência negado. Tratamos aqui da experiência de vivência das homossexualidades de forma pública. Uma experiência que toma contornos de ato de coragem ou constestação por emergir em uma sociedade na qual a heterossexualidade apresenta-se como norma compulsória. Uma sociedade que fomenta o preconceito contra homossexuais como um importante mecanismo de manutenção das hierarquias sociais, morais e políticas. Nossa forma de estruturação social é perpassada por um discurso hegemônico, capaz de gerar o consentimento acerca da elevação de uma categoria particular (a heterossexualidade burguesa) ao posto de universal (Prado & Machado, Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade, 2008, p. 13). Para alçar a heterossexualidade ao posto de condição natural e normal, relega-se qualquer outra forma de manifestação das sexualidades à invisibilidade ou à inferioridade sob o status de desvio ou perversão. E aos portadores desses desvios, perversões (ou ainda a esses doentes, criminosos, pecadores) cabem correções, sanções, punições ou restrições.

Tais medidas punitivas podem ser executadas de forma explícita e com visibilidade pública, ou de forma velada, fazendo parte de nossos códigos institucionais e de conduta cotidiana. É o que abordaremos nesse trabalho, em suas manifestações e contradições, como violência homofóbica, ou homofobia. Tais violências variam em um contínuo que vai desde a ofensa proferida na rua (“bicha sem vergonha!” “sapatão indecente!”) até as restrições de direitos implícitas em nossa legislação (como a proibição do casamento civil a duas pessoas do mesmo sexo/gênero) (Eribon, 2008). Essas modalidades, contudo, não são isoladas mas interconstituem-se em um processo de legitimação circular no qual as ofensas verbais e agressões físicas são legitimadas por normas legais e institucionais que negam direitos aos homossexuais, relegando-os a uma condição de subcidadania.

Ainda que possamos explicitar, por meio do trabalho analítico, o favorecimento e os privilégios concedidos juridicamente aos heterossexuais, para um clima de neutralidade do ponto de vista sexual, fazendo com que tudo aquilo que é uma especificidade da condição heterossexual seja efetivamente percebido como neutro, genérico e imparcial (Rios, 2007, p. 43). Aos heterossexuais é concedida uma

condição de inconsciência de sua heterossexualidade, jamais colocada como mais uma no campo das possibilidades de expressão da sexualidade. Seu lugar é o da norma, da naturalidade, do universal, graças à construção da homossexualidade como diferença e desvio do padrão. A compreensão de tal hierarquização é fundamental para a explicitação e delimitação de nosso objeto de estudo. O conceito de heteronormatividade nos ajudará na aproximação dessa dinâmica social de produção e regulação de subjetividades e relações sociais. A heteronormatividade integra um arsenal normativo, normalizador e estruturante que atua na construção, legitimação e hierarquização de corpos, identidades, expressões, comportamentos, estilos de vida e relações de poder (cf. Junqueira, 2008, pp. 10-11).

“Na prática cotidiana dos sujeitos os limites que definem este espaço social tolerado e vigiado são móveis, como também o são historicamente. Neste espaço ambíguo de tolerância vigiada se conformou a identidade gay. Os sujeitos entrevistados, em todos os casos, aprenderam a conviver com o constante convite a não existir no âmbito do público, e este convite teve como cimento afetivo a vergonha.” (Villaamil, *Economía Política del Armario: Políticas del Silencio, Políticas de la Autenticidad*, 2004, p. 298)

Eribon vale-se dos estudos de Austin (1970) para descrever o poder performativo da injúria na determinação de lugares inferiores e identidades subjugadas ao homossexual. Segundo este autor, os enunciados podem ser constativos ou performativos. Os enunciados constativos descrevem uma situação e podem ser verdadeiros ou falsos. Os enunciados performativos, por sua vez, produzem uma ação, de modo que, pelo seu teor próprio, não podem ser qualificados como verdadeiros ou falsos: “Assim, poderíamos analisar a palavra de injúria como um “enunciado performativo”, segundo a definição dada por J. L. Austin.” (Eribon, 2008, p. 29)

Austin (1970 apud Eribon, 2008, p. 29) ainda classifica os enunciados performativos em dois tipos diferentes. No primeiro, a frase constitui em si mesma a ação que ela enuncia. São exemplos desse tipo: “Batizo este barco de Queen Elizabeth” ou, durante a cerimônia de casamento, responder “sim” (estando subentendido: “sim, tomo esta mulher como minha legítima esposa” ou “sim, tomom este homem como meu legítimo esposo”).

No segundo tipo de enunciado performativo, a ação performativa não é produzida pelo enunciado como tal. Tem antes a ver com as consequências produzidas pelo fato de dizer algo. Somos levados a considerar as emoções desencadeadas, os temores e pensamentos advindos da exposição a uma frase como “advirto-o de que”.

Em uma primeira análise, poderíamos classificar a injúria neste segundo tipo de enunciado performativo: aquele enunciado que produz uma ação que não está contida no próprio enunciado, mas nas consequências que gera. A injúria, como este ato de linguagem (ou como série repetida de atos de linguagem), atribui um lugar particular no mundo àquele ao qual ela é dirigida, determinando a esse destinatário um ponto de vista sobre o mundo, uma percepção particular. Produz ainda efeitos profundos na consciência de um indivíduo pelo que ela diz a ele: “Eu te assimilo a”, “Eu te reduzo a” (Eribon, 2008, p. 29).

A injúria é um enunciado performativo que institui e perpetua o corte entre os “normais” e os “anormais”, fazendo com que este corte opere, desde então, a partir da própria consciência dos indivíduos que foram alvo da injúria. Podemos então constatar que a injúria “diz a um indivíduo” o que ele é na medida em que “faz com que ele seja” o que ele é.

É importante compreender que a força performativa de um enunciado nunca depende apenas de uma vontade individual. Para que um enunciado tenha caráter performativo é preciso que a pessoa que o pronuncia esteja autorizado a fazê-lo e que a situação seja ‘convencional’ (Eribon, 2008, p. 142). Retomamos a ideia de que o performativo é sempre uma retomada, uma repetição, ele é sempre uma citação. Eribon é ainda mais claro ao afirmar que o enunciado só pode mesmo ter caráter performativo se carregar em si a força que lhe confere a ordem social ou a lei (ainda que a lei da repetição) que o institui. Como no exemplo já citado, todas as vezes que um juiz pronuncia as palavras “eu vos declaro unidos pelos laços do matrimônio”, dentro da cerimônia que é uma atualização citacional de todas as demais já realizadas, ele realmente casa essas duas pessoas em questão, mas também restitui todas as regras (leis) implícitas na instituição matrimonial. Entre essas regras implícitas, encontra-se a proibição do casamento aos homossexuais. Ao unir um homem e uma

mulher heterossexuais, perpetua-se a exclusão social e jurídica dos homossexuais dessa intuição. E não entraremos, neste momento, no mérito de se aspirar ou não o acesso a essa instituição. Apenas a utilizamos como exemplo para demonstrar como os enunciados performativos estão amparados por uma ordem social traduzida em leis ou normas de conduta partilhadas; e como sua enunciação, neste quadro citacional, reafirma e dá substância a toda essa ordem que a possibilita, reafirmando lugares a serem ocupados ou permitidos diferencialmente aos sujeitos na sociedade: “todas as pesquisas de opinião feitas junto a homossexuais (dos dois sexos) atestam que a experiência do insulto (sem falar até da agressão física) é um dos traços mais comuns de suas existências. (...) é uma realidade vivida por quase todos” (Eribon, 2008, p. 30)

Em Belo Horizonte, em pesquisa realizada entre os participantes da Parada LGBT de 2005 (Prado, Rodrigues, & Machado, 2006), 49% do total de entrevistados afirmou já ter sido vítima de xingamentos e ofensas verbais.

Mas não é apenas a ofensa recebida, mas também a presenciada, que reforça a constrição ao silêncio.

“Além disso, deve-se notar que a injúria é apenas a forma derradeira de um continuum linguístico que engloba tanto a fococa, a alusão, a insinuação, as palavras maldosas ou o boato quanto a brincadeira mais ou menos explícita, mais ou menos venenosa. Pode ser lida ou ouvida simplesmente na inflexão da voz, num olhar divertido ou odioso. É evidente que todas essas formas atenuadas ou desviadas da injúria constituem o horizonte linguístico da hostilidade na qual devem viver os homossexuais. (...) ainda que não tenham a experiência concreta disso, têm, ao menos, clara consciência de que tal agressão verbal sempre é possível e paira como uma ameaça instalada em cada instante da vida social, arriscando para alguns fazê-la bascular num futuro que eles consideram inimaginável e insuportável (...) Assim, os gays vivem num mundo de injúrias. A linguagem os cerca, os encerra, os designa. O mundo os insulta, fala deles, do que dizem de si. As palavras da vida cotidiana tanto quanto as do discurso psiquiátrico, político, jurídico, atribuem a cada um deles e a todos coletivamente um lugar – inferiorizado – na ordem social. Mas essa linguagem os precedeu: o mundo de injúrias está ali antes deles, e deles se apodera antes mesmo que possam saber o que são” (Eribon, 2008, p. 75)

Judith Butler interroga-se sobre a questão de saber se o ser social dos indivíduos não é fundamentalmente dependente da possibilidade de ser objeto da fala do outro, antes mesmo de ser efetivamente expressa. Não existimos porque somos “reconhecidos”, mas porque somos “reconhecíveis”. A fala endereçada é anterior, em sua possibilidade, a todas as suas atualizações. “se somos formados na linguagem, escreve ela, então, esse poder formador precede e condiciona toda decisão que podemos ter a seu respeito, e ele nos insulta desde o início, por assim dizer, por esse poder anterior.” Assim, a injúria, no sentido próprio seria apenas um caso particular desse poder constitutivo e “insultante” da linguagem.

Althusser afirma, ao elaborar a noção de “interpelação”, que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos. Butler confere à linguagem este mesmo papel, o de interpelar indivíduos em sujeitos. Para que compreendamos a noção de “interpelação”, Althusser utiliza o exemplo do policial que grita para alguém: “Ei! você aí!”. Ao virar-se, este indivíduo, que ouviu a interpelação do policial, torna-se sujeito, pois reconheceu que a “interpelação” “de fato” se dirigia a ele e que “era exatamente ele” quem era interpelado, e não um outro. Na dinâmica de funcionamento da ideologia, não haveria sucessão temporal entre a interpelação (prévia) e o (posterior) reconhecer-se como o sujeito que é interpelado: “É a única e mesma coisa a ideologia e a interpelação dos indivíduos em sujeitos”. A ideologia precede o nascimento dos indivíduos que ela interpela. Se ela é anterior ao nascimento dos indivíduos, quer dizer também que os indivíduos são, desde antes de nascer, e também desde o nascimento, interpelados em sujeito por essa ideologia que lhes é anterior, que “desde sempre já os interpelou” em sujeitos, conferindo-lhes um estado próprio de sujeito (ou de sujeição) no campo da ideologia que, como dito, “desde sempre já estava ali” e molda o mundo ao qual chegam. Assim, dizemos que a ideologia “sempre-já” interpelou os indivíduos em sujeitos e que estes são, portanto, “sempre-já” sujeitos constituídos pela ideologia que molda o mundo ao qual chegam. Eribon nos chama atenção para a necessidade de colocar em dúvida a noção um pouco maciça de ideologia utilizada por Althusser, já que dificilmente falaríamos de apenas “uma” ideologia na conformação das estruturas cognitivas individuais às estruturas cognitivas da sociedade e às próprias estruturas sociais. Seria necessário colocar em questão os processos por meio dos

quais se dão tais adaptações, mas Eribon apenas aponta tal questão, colocando-a em suspenso, de modo que ela não sirva de obstáculo às demais considerações que podem ser pertinentes às suas análises sobre a questão gay. Seu objetivo central é mostrar como as idéias de Althusser, segundo às quais “o “sujeito” (a subjetividade) é “sujeitado” pela “interpelação” que lhe é lançada pela ideologia (ou a linguagem, segundo Judith Butler) parece particularmente pertinente e útil no contexto de uma reflexão sobre a injúria e as forças sociais de que são portadoras as palavras e os insultos.” A “interpelação”, delimitada apenas metafórica e abstratamente por Althusser, encontraria na “injúria” uma de suas formas mais notáveis e concretas de manifestação. Faz-se mais que necessária a atenção a essa dupla conformação do sujeito como aquele que é autor e responsável por seus atos, um centro de iniciativas, uma subjetividade livre; mas também sua compreensão como um ser sujeitoado, submetido a uma autoridade superior, sendo livre apenas aceitar a sua submissão. O que se afirma é que só existe sujeito numa relação fundamental com a sujeição, de modo que: “o indivíduo é interpelado em sujeito (livre) para que se submeta livremente às ordens do Sujeito, logo, que aceite livremente a sua sujeição...”.

Tal modelo é aplicado originalmente à análise da divisão social do trabalho entre as classes. Por meio da “ideologia” os indivíduos se reconheceriam naturalmente adequados e ligados à função ao qual são destinados nessa distribuição. O empreendimento desempenhado por Eribon foi exatamente o de adaptar esse modelo à compreensão de outras realidades sociais, como a divisão sexual, a hierarquia entre os sexos e as sexualidades. Nesse sentido, traça-se um quadro compreensivo da eficácia da injúria: da mesma forma que o policial que interpela, a injúria atribui a alguém um lugar determinado num espaço social sexualizado. Mas já compreendemos que não há sucessão temporal entre a emissão/recepção da injúria e o reconhecer-se como aquele que é visado por essa injúria. A injúria preexiste aos sujeitos, estando ali bem antes da existência desses aos quais nos referimos e ela sempre-já sujeitou-os às estruturas da ordem social e sexual que ela só faz exprimir e lembrar. Da mesma forma que não é necessário um batalhão policial para fazer, forçosamente, que os operários se dirijam todas as manhãs aos seus postos de trabalho e de exploração nas fábricas, também não é uma espécie de força coercitiva da injúria que faz com que certos

sujeitos se aceitem como próprios e pertinentes a lugares desvalorizados na ordem sexual. Como mostra Eribon, é porque “o insulto e seus efeitos são apenas a parte visível da interpelação mais profunda que as estruturas sociais, mentais e sexuais já, e sempre-já, operaram sobre [o homossexual]”. (Eribon, 2008, p. 77)

Há assim, em curso, uma dinâmica de sujeição que forja as subjetividades dos homossexuais, de forma ao mesmo tempo coletiva, pois diz respeito a todos eles e ao seu lugar de inferioridade, mas também individual, já que é específica para cada indivíduo. As histórias singulares sempre estão relacionadas a um coletivo que diz respeito aos outros sujeitos implicados no mesmo processo de inferiorização. Tal coletivo e o pertencimento a ele independem da consciência dele ou da vontade dos indivíduos que o integram.

Se concordamos com a proposição de Eribon, a injúria define a relação de certos grupos com o mundo. Butler afirma que a linguagem “já” está ali para todo mundo e impõe a todos os indivíduos e a todos os grupos as estruturas cognitivas e os esquemas de percepção de que é veículo – e, logo, a sujeição a esses esquemas e estruturas e às identidades psicológicas que eles contribuem para determinar e reproduzir. Já há linguagem quando chega ao mundo, como há papéis sociais que são designados por palavras, e principalmente por injúrias.

Não criamos o mundo a que chegamos; nele encontramos gestos, papéis sociais, crenças, ofícios, hábitos mentais, etc., que nos precederam. E na materialidade que nele encontramos, há a linguagem. Mas essa linguagem é portadora de representações, de hierarquias sociais e raciais, de “caracteres” e de “identidades” fabricados pela história e que preexistem aos indivíduos. E essa linguagem compreende injúrias, que marcam, fazem conhecer e lembram a hierarquia entre as “identidades”: “O mundo é “insultante” por ser estruturado conforme hierarquias que trazem consigo a possibilidade das injúrias.” (Eribon, 2008, p. 80)

Diferentemente de um jovem negro, que tem grandes chances de viver em uma família negra, onde encontrará apoio na medida em que for vítima de racismo, um jovem homossexual dificilmente viverá em uma família gay ou lésbica. Deste modo, estará, também naquele que é originalmente seu círculo de convívio mais

íntimo, sujeito à injúria que lhe é desferida a partir dos outros âmbitos sociais nos quais circula. Assim, é de se esperar que dissimule também entre os “seus”, fazendo com que seja uma constante em sua vida a prática do silêncio, da dissimulação e do segredo.

“Em todo caso, seja qual for a motivação daquele que lança o insulto, é inegável que ele funciona sempre e fundamentalmente como uma lembrança à ordem sexual já que, ainda que a pessoa designada não seja homossexual, está dito, explicitamente, que ser homossexual é não só condenável, mas que todos devem considerar infamante ser acusado de sê-lo.” (Eribon, 2008, p. 84)

A injúria define um horizonte de relação com o mundo, produzindo um sentimento de destino na criança ou no adolescente que se sentem em contravenção com essa ordem. Tal horizonte é perpassado por sentimentos constantes de insegurança, angústia, terror e até pânico. Eribon (2008, p. 85) aponta que a escolha de si mesmo, a recomposição de sua própria subjetividade, a inscrição na prática da amizade e a visibilidade são igualmente fatores que atuam para o apagamento do destino.

Um indivíduo não precisa ser vítima direta da injúria para que passe a sofrer suas conseqüências. Ela opera antes mesmo que seja dirigida a este indivíduo. Para sofrer as conseqüências da injúria, um indivíduo não precisa ser diretamente “insultado”. Se ele for, de antemão, “insultável” e, ainda mais, se souber-se “insultável” e for temeroso de vir a ser “insultado”, já estará sob o jugo da opressão e da sujeição. Tais efeitos são ainda agravados pela angústia de ser descoberto e pela auto-censura constante para que não o seja.

Quem assume não sofre mais a injúria do que aquele que se mantém em segredo, mesmo sendo mais exposto aos ataques diretos por meio dela. Pois:

“A visibilidade, pelo fato de ser uma maneira de assumir e de reivindicar a identidade estigmatizada pela injúria, desativa em parte a carga de violência social de que o insulto é portador. Não dá motivo para a injúria; talvez seja, ao contrário, uma superfície refletora que rebate a injúria e destrói, ainda que parcialmente, sua terrível eficácia. (...) E, se a injúria efetivamente recebida provoca um eco tão

forte na consciência daquele que a recebe, é porque essa ‘alma’ [o mais profundo do ser] foi fabricada pela socialização num mundo de injúrias e de inferiorização. Pode-se até dizer que ela não é senão um efeito dessa socialização. Como diz Foucault, a ‘alma’ é a ‘prisão do corpo’ e não basta dissimular os gestos do corpo aos olhares inquisidores da sociedade homófoba para que a alma escape à sujeição, já que ela não é apenas o objeto, o alvo, dos mecanismos de adestramento, mas também, e primeiramente, o efeito deles. Continua sendo, portanto, o instrumento deles.” (Eribon, 2008, p. 86)

Dizer que a injúria já está ali, preexistindo à vinda ao mundo de tal ou tal indivíduo que dela será a vítima designada, corresponde a dizer que ela também preexiste àquele que a profere. Como escreve com bastante justeza Judith Butler, a injúria sempre é uma citação. Ela só faz reproduzir palavras que já foram ouvidas. Aquele que lança a injúria vai buscar no repertório dos insultos disponíveis para a dizer a alguém seu ódio ou seu nojo. O que faz a força da injúria é precisamente que ela preexiste às duas pessoas que ela põe em cena – aquela que a lança, aquela que a recebe – e que ela tem uma história exterior e anterior às pessoas em questão.

Nessa perspectiva, como estratégia ou tentativa de superação da injúria, há ainda uma outra face do gueto a ser considerada.

MacRae (1983) nos aponta o “gueto” como um importante espaço para a expressão dos desejos homoafetivos e a construção de novos valores associados à homossexualidade. Tais valores positivos seriam essenciais para a construção e afirmação de uma identidade homossexual e para sua posterior expressão fora do “gueto”:

“Os sentimentos de culpa e pecado que oprimem o homossexual são constantemente repostos por fatores sociais que o levam a se ocultar, a ter medo do ridículo, da prisão, do desemprego, do ostracismo por parte de amigos e familiares. (...) O gueto é um lugar onde tais pressões são momentaneamente afastadas e, portanto, onde o homossexual tem mais condições de se assumir e de testar uma nova identidade social. Uma vez construída a nova identidade, ele adquire coragem para assumi-la em âmbitos menos restritos e, em muitos casos, pode vir a ser conhecido como homossexual em todos os meios que frequenta. Por isso é da maior importância a existência do gueto. Mais cedo ou mais

tarde, acaba afetando outras áreas da sociedade” (pp. 56-57)

Se este é um espaço privilegiado para a construção de novas identidades, ao mesmo tempo em que se configura como espaço de refúgio das pressões sociais, onde novas formas de expressão poderão ser testadas, então esperamos encontrar aqui vozes outrora silenciadas. Tais vozes nos ajudam no intento de compreensão da política do armário, a partir da experiência dos sujeitos diretamente implicados por ela.

“Pois essa sociabilidade, de que é tão fácil hoje denunciar os efeitos de uniformidade e a invasão pela comercialização, teve primeiramente, e tem sempre, um valor emancipador, pela possibilidade que oferece aos jovens gays (e às jovens lésbicas) de acelerarem o processo de aceitação de si”. (Eribon, 2008, p. 41)

Outro espaço para a construção de novas identidades tem sido a rede mundial de computadores. A internet e as redes de amizade virtuais já têm se apresentado como espaços interessantes às nossas análises.

Alguns sujeitos são capazes de transformar a vida em uma rede de códigos e sinais que propiciam o habitar em mundos paralelos. Alguns desses mundos são configurados em ambientes virtuais, como nos relatam parte de nossos informantes. Há a possibilidade de forjar personalidades e a partir daí integrar redes sociais por meio da construção de identidades em espaços virtuais. Esses ciberespaços permitem a expressão de afetos, desejos e identidades instantâneas e fugazes (por vezes não tão instantâneas nem fugazes) ainda impensáveis ou inexecutáveis em seus ambientes sociais materiais de origem. Tal vivência virtual é um caminho possível para a afirmação de novas identidades no mundo material.

“No ciberespaço, cada um pode mais facilmente encontrar lugares e entrar em contato com pessoas com as quais poderá partilhar seus interesses, sua intimidade. Nas listas de discussão gay, são comuns histórias pessoais relatando “outings” que aconteceram fora da rede, mas que foram estimulados a partir da experiência de uma exposição pessoal maior, íntima, na rede. A experiência de reafirmação identitária no ambiente on line, fortalece os indivíduos para uma maior exposição do que é íntimo também no ambiente off line” (Nussbaumer, 2008, p. 219).

O ambiente virtual, acessado por meio da conexão com a rede mundial de computadores, pode funcionar então não como um mundo à parte, mas como espaço que propicia processos identifiatórios, permitindo a confrontação com questionamentos pessoais que influenciarão a vida dos sujeitos para além do espaço virtual.

Nussbaumer (2008) nos fala desse espaço virtual ainda como espaço de segurança, no qual podem não apenas criar novas identidades, mas partilhar, sem medo, identidades extensivas às do ambiente “off line”. É um espaço livre dos olhares acusatórios e das possibilidades de agressão, “um espaço onde, além de ser possível experimentar ou viver a orientação homossexual, é possível também se constituir enquanto tal” (Nussbaumer, 2008, p. 227).

Essas comunidades virtuais podem ser criadas a partir de diversos meios disponíveis na internet, como sites, comunidades de relacionamento, listas temáticas de e-mails, entre outros. Nosso interesse nelas é pela possibilidade que oferecem de encontro seguro para a partilha de experiências entre homossexuais, ou entre aqueles que não necessariamente se reconhecem assim, mas ensaiam seu reconhecimento enquanto fora do padrão heterossexual. Enxergamos nesses espaços virtuais, aquele espaço de escape ao qual nos referimos acima, onde a voz daquele que é silenciado pode ganhar volume e conferir existência ao sujeito invisibilizado na sociedade. Sabemos que para alguns dos frequentadores desses espaços virtuais, não haverá qualquer outro espaço para falar de seus desejos e afetos. Para aqueles que têm o armário como única saída viável no mundo material hostil, a internet pode servir de fresta por onde estabelecer contato com os que ensaiaram ou ainda se preparam para ensaiar novas formas de expressão pública do desejo. A internet tem a capacidade de romper barreiras geográficas e aproximar experiências muito distantes física e culturalmente. É ainda porta de saída para a clausura imposta pela inexistência de uma rede material de amparo e amizade em muitos meios nos quais não se torna possível a constituição de redes de sociabilidade presenciais.

“Para os participantes dessas listas que não são assumidos no ambiente off line, que moram em cidades pequenas e têm receio de serem reconhecidos, essa comunidade de pertencimento se constitui, muitas vezes, como a única oportunidade de conversar com

outros homossexuais e se reconhecer enquanto tal. Nas comunidades virtuais gays, são visíveis e relevantes os efeitos compensatórios ao preconceito e à fraca socialização que freqüentemente decorre da vivência homossexual no ambiente off line” (Nussbaumer, 2008, p. 228).

Para Pollak (1983), a produção de imagens e de representações públicas de si está na origem de um movimento homossexual que se organiza e reclama direitos. A criação de uma imagem viril em oposição à imagem efeminada, pautada nos estereótipos heterossexistas, teve importante função nesse processo de politização. Cabelos curtos, bigode e barba eram marcas representativas desse novo modelo viril de homem homossexual, que se encarnava na figura de cow-boys, motoristas de caminhão e esportistas viris, nas décadas de 70 e 80. Imperava o modelo “macho”, como tentativa de contrapor-se às caricaturas que os construíam como homens efeminados e espalhafatosos. Em meio a essas estratégias de reconfiguração identitária, Pollak afirma que, na visão do movimento homossexual *“o coming out do maior número de pessoas, a proclamação pública da homossexualidade, é considerado indispensável”* (Pollak, 1983, p. 65).

Apenas para ilustrar uma forma de apropriação possível da figura do armário pelo movimento homossexual, dentro de sua estratégia política de estímulo à visibilidade, observemos as situações descritas a seguir. Apresentamos a campanha de mídia desenvolvida para a realização de uma Parada do Orgulho LGBT e algumas críticas emitidas acerca de políticos que se manifestaram contrários a posturas do movimento no tocante a essas estratégias políticas.

Em 2009, um dos mais antigos grupos do movimento LGBT brasileiro usou a figura do armário nas peças de divulgação de sua parada.

No comercial de TV, com duração de trinta segundos, aparecem homens e mulheres dentro de armários, apenas com suas mãos e pernas à mostra, em cenas cotidianas: correndo na calçada à beira mar, fazendo compras num super-mercado, tomando água de coco, pegando o elevador e no ponto de ônibus. Ao final, o slogan central era: *“8ª Parada Gay do Estado X: Saia de onde estiver e vá”*, seguido pela

imagem de um armário aberto, com uma das portas ainda balançando, indicando que alguém acabou de sair de dentro dele. Uma outra peça publicitária, veiculada em jornais (Figura 1), trazia o seguinte texto: “Ainda tá no armário? Ótimo, assim fica mais fácil escolher com que roupa você vai.” E novamente o slogan central utilizado no comercial de TV: “Saia de onde estiver e vá”, mais uma vez aludindo à saída do armário.

**AINDA TÁ NO
ARMÁRIO?
ÓTIMO, ASSIM
FICA MAIS
FÁCIL ESCO-
LHER COM
QUE ROUPA
VOCÊ VAI.**

8ª PARADA GAY

SAIA DE ONDE ESTIVER E VÁ.

Trios elétricos, DJs, convidados
especiais e muita diversão. 25 de
outubro, a partir das 11 horas, no

8ª Parada
Gay

Figura 1

Essas duas peças publicitárias exploram a figura de discurso do armário de forma criativa, jogando com o inusitado da materialização de sua metáfora e com a ironia de sua ambiguidade. Em ambas as construções, destaca-se o chamado à visibilidade pública pelo referência direta: “saia de onde estiver”, em alusão ao armário.

Na primeira peça, destaca-se o desconforto que acompanha o dia-a-dia daqueles que se mantêm dentro do armário. As tarefas mais banais e os afazeres mais cotidianos são vividos por indivíduos dentro de um grande caixote, ou um armário, que limita movimentos, gestos e contatos. A porta aberta ao final apresenta-se como redenção: é possível outra forma de viver o cotidiano, com as portas abertas.

Na segunda, a ambiguidade é utilizada para deslocar do campo de representação da palavra armário as imagens de repressão, associando-a a outra de valor positivo entre o público homossexual: o universo das roupas. O armário é retomado aqui como estágio prévio obrigatório à saída, seja para um passeio, uma festa, uma balada ou, como propõe o anúncio, para a Parada. A resignificação passa por associar o armário não mais a um empecilho para a participação na Parada, mas a um instrumento facilitador para a participação: é “ótimo” estar nele. Isso facilita a “escolha da roupa para sair”. O “estar no armário” deixa de ser um “ainda”, referente a estágio de atraso, alusivo à não aceitação, à vergonha, ao constrangimento público, e passa a ser um “já”, no sentido de estágio avançado, de passo dado em direção ao evento, cuja preparação passa sim pela escolha da roupa. O anúncio joga com uma suposta predisposição do interlocutor para a participação: “...você vai.” A questão é apenas como e, “ótimo” você já pode “escolher com que roupa”, colocando-o “à caminho” pela mesma figura de linguagem que poderia indicar “um aprisionamento” ou uma constrição à “estática”.

Cerca de seis meses depois, um dos líderes deste mesmo movimento, proferiu sérias críticas a um dos ministros do governo federal envolvidos com as políticas públicas de afirmação dos direitos humanos. A seguinte declaração do ministro circulou pela internet:

Ministro defende homossexual que não assume orientação abertamente. O secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, ministro Paulo Vannuchi, defendeu há pouco o direito de homossexuais não assumidos "permanecerem no armário", ou seja, sem divulgar sua orientação sexual. Vannuchi fez a declaração durante audiência conjunta entre as comissões de Direitos Humanos e Minorias; e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional sobre o 3º Plano Nacional dos Direitos Humanos. Ele afirmou que é contra a suposta pressão exercida por grupos de defesa dos homossexuais para que as pessoas assumam sua

sexualidade. Apesar da declaração, o ministro afirmou que as pessoas devem se unir no combate à homofobia. "Um homossexual é assassinado no Brasil a cada três dias, muitas vezes com 80 facadas, com desfiguração do corpo. Precisamos buscar a convivência na vida, na adversidade", declarou. (45 graus)

As repostas de um dos líderes do grupo que pautou as campanhas apresentadas foram as seguintes, por meio de mensagens enviadas às demais lideranças do movimento LGBT Nacional:

Colegas,

Afirmção discutível do nosso aliado XXXXXXX! Ele não tem que opinar sobre nossas estratégias de estímulo ao coming out, do mesmo modo que não deve questionar as propostas do movimento negro quando a sua agenda racalista.

XXXX amigo, favor encaminhar esta mensagem ao Ministro e informar que nos últimos anos, ocorre um assassinato de lgbt a cada DOIS DIAS e não mais a três dias.

E ainda:

XXXX e colegas

Novamente estamos juntos exatamente contra alguns dos mesmos que na semana passada foram derrotados ao defenderem a realização anti-ética da testagem rápida anti hiv nas paradas. Agora jogam por terra anos e anos de luta pela visibilidade, pelo se assumir, pelo sair do armário, estratégia vital de nossa agenda e do movimento gay internacional, defendendo novamente o governo em sua opinião intrometida e desrespeitosa à nossa independência enquanto movimento autônomo não atrelado ao governo.

Desafio XXXXXX [O Ministro] a emitir opinião semelhante em relação aos negros:

(...)

Colegas armaristas e novamente puxa-saco dos donos do poder: se respeitem, respeitem nossa luta e aprendam a lição da história: Silêncio e armário = Morte!

Quanto mais estimularmos a saída do armário de milhões de lgbt para que assumam sua verdadeira sexualidade, inclusive os que se consideram queer=esquisito, melhor para a felicidade geral de toda a humanidade.

As respostas não foram de desacordo, mas de relativização de ambas as posturas, tanto a do Ministro quanto a do Militante:

Pois bem, concordo que respeitar a privacidade é fundamental, além de ser um direito constitucional, mas temos que criar climas e ambientes favoráveis em nosso país para que as pessoas sejam livres para se assumirem, ou não.

Ocorre que ao se assumir atualmente no Brasil, falando em termos gerais, pode acontecer de perder o emprego ou não ter promoção), ser expulso(a) de casa, excomungado(a) das igrejas cristãs fundamentalistas, ser espancado(a) e até ser morto(a).

Assuma com um barulho deste!

Por Um Brasil Sem Homofobia, Lesbofobia e Transfobia.

A poeira e os cupins dos armários fazem mal à saúde mental, e o ideal seria se todos(as) pudessem sair deles.

XXXXXXXX

XXXXXX, XXXXXXXX,

Sou totalmente a favor do sair do armário, até porque, acho que o armário é transparente. ui! todo mundo tá vendo.

Mas isso precisa ser um direito e não um dever para estar entre nós.

Precisamos repensar sobre isso.

O assumir-se político, tal qual as feministas fizeram com o termo Mulher, é uma boa saída para nossas identidades e pra nossa luta política contra a homo-lesbo-transfobia.

Precisamos ser maiores e ter mais gente, se não as coisas não mudam.

beijo

XXXXX

A poeira e os cupins dos armários fazem mal à saúde mental.

XXXXXX, o armário é escuro e sem ar.

XXXXXXX

E ainda aqueles que lamentavam que tal fato tenha vindo para dividir o movimento levantand questõe spolêmicas até mesmo entre as lideranças nacionais mais influentes:

Lamentável que a Assessoria do ministro estejam assessorando ele para a desqualificação do Movimento Social Brasileiro.

Num momento em que estas assessorias deveriam se juntar ao Movimento Social para contribuir de forma orgânica para a Realização da I Marcha Nacional contra a Homofobia.

O Ministro XXXXX tem um histórico invejável no país. Lamentável esta absurda atitude dele de dividir o movimento no momento em que organizamos sem nenhum apoio do Governo Federal a I Marcha contra a Homofobia.

O discurso do movimento LGBT “Reduz as complexas estratégias de visibilização contextual da própria orientação sexual a estratégias de dissimulação, ou seja, a mentiras, falta de autenticidade e, desta forma, tende a culpabilizá-las.” (Villaamil, 2004, p. 284)

Villaamil (2004, p. 284) identifica os pilares de sustentação do discurso do movimento gay a partir dos anos 90, na Espanha, e que guardam algumas semelhanças com o quadro nacional (Simões & Facchini, 2009, pp. 137-152): a explicitação dos mecanismos sociais de conversão da diferença em desigualdade, a narrativa do sujeito gay enquanto discriminado, a promoção de um quadro referencial de sentido para os gays baseado na “autenticidade” e a construção de um sujeito hegemônico que “é” gay em todos os âmbitos. A estratégia de visibilidade, pautada pelo movimento social organizado por meio das paradas do orgulho gay e pelo “convite” constante e, para muitos, constrangedor e opressivo para “sair do armário”. As estratégias complexas de ocultação/visibilidade-controlada são traduzidas por esse discurso como faltas com a autenticidade, mentiras e dissimulações, de modo a culpabilizá-las pela permanência da estrutura de opressão que acomete ao coletivo homossexual. Tais discursos entram também no quadro dialogal dos sujeitos homossexuais dispersos pelos vários níveis sociais, engajados ou não no movimento, mais ou menos afeitos a pensar sua própria sexualidade ou reconhecer-se enquanto homossexuais. E tais discursos passam a integrar e modificar, por vezes de forma conflitiva, o campo de possibilidades de afirmação identitária desses sujeitos.

Além disso, a saída do armário não rompe o jogo de binarismos privado/público, dentro/fora, sujeito/objeto em torno do qual se construiu, mas o

reforça. O sujeito totalmente fora do armário, ou totalmente fora das influências do armário, não existe, pois essa informação sempre pode vir a ter consequências para sua vida. Este sujeito nunca pode afirmar com certeza quem tem essa informação, e em que nível tem essa informação, pois esse “saber” pode variar em muitos níveis, da total ignorância até a certeza, passando pelo desconfiança, a suspeita, o saber mas não dizer, o ignorar o que já foi dito. Indo ainda mais além, não sabe precisar que consequências a explicitação de sua sexualidade pode trazer consequências para essa sua relação no futuro.

Eribon (2008) aponta que é quando um homossexual se diz homossexual que os heterossexuais são levados a pensarem-se enquanto heterossexuais. Tal questão não é colocada a um heterossexual senão por essa situação da auto-declaração do “outro”, da aparição pública do “outro homossexual”, do diferente que interroga aos heterossexuais sobre seu lugar de reconhecimento no campo das sexualidades. Até então, o heterossexual goza de um “estado de privilégio absoluto”, privilégio que repousa no silêncio do outro. Ao menor sinal de afronta provocado pela quebra desse silêncio alheio, que interroga o conforto no qual se estabelece a heterossexualidade enquanto normalidade, surgem reações que visam o regresso ao estado anterior. Reivindica-se que os homossexuais voltem à “discrição”, que se calem e vivam “normalmente”, sem exageros ou exhibições. Erguem-se acusações de que os homossexuais estão provocando, se comportando mal, exagerando e fazendo alarde apenas para chocar a sociedade. O que se busca por meio de tais discursos é a volta à paz da certeza acerca de sua normalidade, que não suporta ser questionada. Certeza essa que depende fundamentalmente do silêncio dos outros, desses outros que destoam e, exatamente por isso, questionam a normalidade e os normais. Assim, “o homossexual só pode ser o objeto do discurso e torna-se insuportável tão logo pretende ser o sujeito” (Eribon, 2008, p. 73).

“É um paradoxo insuperável: o gay que decide se dizer, expõe-se ao comentário irônico ou condescendente e às vezes, à má acolhida, e aquele que prefere calar-se coloca-se numa situação falsa e, ao menos, dependente. Ao primeiro, passamos a lição. Ao segundo, zombamos. Sempre é a dissimetria que está em ação: o

heterossexual sempre tem um privilégio sobre o homossexual. É ele quem decide a atitude a ser adotada e o sentido que vai dar aos gestos e às falas do homossexual. Sempre tem um ponto de vista sobre o que deveriam fazer ou não fazer, ser ou não ser, dizer ou não dizer, os homossexuais.” (Eribon, 2008, p. 74)

Em nossas análises, nos deparamos com um interessante paradoxo. King & Noelle (2005), analisaram o relato de 107 homens e mulheres da cidade de Dallas, nos Estados Unidos. Os sujeitos, entre 18 e 66 anos foram convidados a escrever suas histórias de saída do armário (*coming out stories*) e a preencher testes psicométricos de personalidade. Os testes tinham como objetivo conhecer a personalidade dos sujeitos pesquisados visando identificar aqueles homossexuais que o estudo considerava dentro do perfil “felizes e maduros”, para posteriormente fazer comparações e cruzamentos com as *coming out stories*. Tal estudo enquadra-se dentro dos estudos de personalidade da psicologia cognitiva e o perfil acima evocava traços como auto-aceitação. Dentre todos os resultados apresentados, o que mais nos chamou a atenção nesse estudo foi a afirmação de que grande parte dos relatos fazia referência ao descobrir-se apaixonado, configurando a maioria das histórias de saída do armário como histórias de encontro com uma emoção de proporções quase místicas, nas quais as expressões mais comuns eram “estar louco de amor”, “uma força irresistível”, “um fato inegável”, “perda de controle” (cf. King & Noelle, 2005, p. 294). A descoberta da capacidade de amar e o engajamento em um relacionamento afetivo aparecem associados à idéia de crescimento psicológico. Algumas histórias chegavam a apresentar, de forma clara, a rejeição à ideia de pertencer ao “grupo dos gays”, formulação que era substituída pelo reconhecer-se capaz de amar uma pessoa do mesmo sexo. Para alguns sujeitos, essa experiência apaixonada de amor criava uma espécie de blindagem contra a configuração de uma identidade homossexual: estar amando não implicava ser homossexual, pelo contrário, isentava esse sujeito de ter que reconhecer-se como tal, imerso em seu relacionamento a dois.

Para outros sujeitos, este tipo de experiência configurava um terreno propício para a reconfiguração de sua própria identidade, permitindo a resignificação de si, pela via da incorporação às suas histórias pessoais de um valor altamente socialmente

reconhecido como altamente positivo: o amor. A associação desse valor positivo à imagem negativa da homossexualidade oferecia-lhes um espaço seguro e confortável a emergência de uma nova identidade pessoal enquanto homossexual, higienizada pelo poder do amor. O amor aparece nessas histórias como característica redentora da homossexualidade. Em outras palavras, a homossexualidade passa a ser um pré-requisito para experimentar o amor verdadeiro: “... experiencing the emergence of identity within an intimate relationship allows one to construct gayness not as stigma but as a prerequisite for the experience true love. The experience of love serves as the redeeming feature in these stories” (King & Noelle, 2005, p. 294).

Nosso trabalho de campo também oferece indícios desse poder redentor do amor e da relevância dos envolvimento afetivos (mais afetivos do que sexuais, se essa distinção fosse possível) no processo de re-valorização da homossexualidade e ressignificação de si enquanto homossexual, fatores diretamente relacionado às vivências do armário.

Tércio coloca como um de seus principais objetivos com a saída do armário em sua família, o ganho de espaço para vivencia, em família, seu envolvimento afetivo com outro rapaz.

Queila destaca como a descoberta de um outro nível de relacionamento, mais pautado no afetivo, tem significado transformações na sua forma de compreender a forma como encara a sua própria sexualidade e a negociar espaços de participação conjunta para ela e sua namorada.

O que gostaríamos de sublinhar em todos esses exemplos é, primeiro, que eles somam argumentos a favor da tese do amor como redentor da homossexualidade. Mas cabe destacar que falamos de um amor bem específico. A noção de amor é sempre construída, datada e, conseqüentemente, passível de ser mantida, ordenada, e alterada (Chaves, 2006, p. 827). A noção de amor expressa em grande parte das coming out stories (King & Noelle, 2005) é partilhada em muitos pontos pelos nossos informantes. E tal forma encontra grande correspondência com aquela que Chaves (2006) identifica como o amor romântico domesticado. Tal noção de amor foi incorporada, a partir do século XX, pelas elites brasileiras que seguiam os

padrões modernizadores impostos pelas classes burguesas dos Estados Unidos e da Europa. Seguindo uma política higienista, tal padrão amoroso enfatizava a associação entre a sexualidade, o amor e o casamento, de modo a hierarquizar as possibilidades de relacionamento e a exercer controle sobre as práticas individuais, visando alterá-las ou ordená-las à reprodução do modelo dominante existente (o amor romântico domesticado). Este modelo de amor romântico, ao ser incorporado pela burguesia, ainda no século XIX, ao casamento, perdeu muito de sua expressão transgressora e inovadora. O modelo fruto da apropriação do amor romântico pelo modelo do amor conjugal burguês, não foi outro senão a domesticação do amor romântico, posto a serviço da ordenação da sociedade, conforme os ideais de constituição de uma família, de construção em longo prazo de uma relação amorosa heterossexual, monogâmica e eterna. Tal modelo, pela apagamento de sua historicidade, naturaliza-se e é legitimado como “O Amor”, em nossa sociedade heteronormativa. Ao mesmo tempo, atua para a perpetuação de tal hierarquia, ao forjar sujeitos adestrados à sua reprodução por meio dos relacionamentos que estabelecem ou que almejam estabelecer. Mesmo aqueles que não conseguem sua mais parca concretização (que todavia haveria mesmo de ser sempre incompleta e insatisfatória, posto que as promessas de felicidade eterna que engendra mostram-se cada vez mais falidas) amargam certa frustração ou sentimento de inadequação à normalidade. Tal é o poder da norma. O de gerar sujeitos inadequados pela própria inadequação que anteriormente criou ao estabelecer posições legítimas e ilegítimas, que traduzem relações de poder apagadas em sua historicidade.

“a sociedade em geral ainda leva muito o fato de homossexual é... liga muito só ao sexo e eu não vejo assim, então eu não quero ficar gerando essa desconfiança dentro da minha casa, por isso também eu não vejo necessidade de contar. Eu também não sou assim então eu não quero que fiquem desconfiando de mim por uma coisa que não é”. (Sérgio)

A heteronormatividade nutre-se desse modelo de amor romântico domesticado. A heteronormatividade estabelece a homossexualidade no lugar do desvio, estruturando relações sociais de subordinação àqueles que não se adequam ao padrão de conduta heterossexual.

Tais relações podem ser reconhecidas quando materializadas na violência homofóbica, que gera significativos índices de violência já registrados e cada vez mais reconhecidos pela sociedade e pelo governo brasileiros.

Por meio deste e de outros trabalhos, buscamos afinar nosso olhar para reconhecer essa norma sexual e social também em múltiplas relações de violência e inferiorização pautadas no constrangimento ao segredo e à invisibilidade. Pelas políticas do armário, que esperamos ter visibilizado por meio das trajetórias e vivências de nossos informantes, explicitamos uma rede de subordinação e violações que frequentemente passa despercebida em nossa sociedade. Esperamos ter conseguido ampliar, com a analítica pautada nas políticas do armário, um pouco mais a nossa percepção de violência, para situações e espaços em relação aos quais o conceito de homofobia tem curto alcance analítico.

E compreendemos que a heteronormatividade constrange ao silêncio e pauta o campo de subjetivação de sujeitos para os quais o armário se apresenta como algo a abandonar, como necessidade, obrigação, ou ainda como estratégia, como a única saída possível.

A heteronormatividade, concluiríamos então, é um dos pilares de sustentação das políticas do armário. Contudo, o que se apresenta agora, é que a heteronormatividade encampa elementos que podem ser utilizados pelos próprios sujeitos não-heterossexuais em seu processo de resignificação de si e de elaboração de uma identidade homossexual. Estamos afirmando, com base nas experiências de amor redentor da homossexualidade, que a heteronormatividade (por meio do ideal de amor romântico domesticado que encampa) fornece elementos que podem ser utilizados na reelaboração da homossexualidade em um campo simbólico valorado positivamente, no qual os sujeitos, outrora no armário, encontraram elementos e motivação para uma resignificação mais positiva também de si enquanto homossexuais, o que tende a contribuir também para as situações vivenciadas como opressivas e dolorosas dentro das políticas do armário, que guardam também seu viés de potencial gerador de vínculos e de estratégia política de defesa e acesso a espaços e informações.

Por outro lado, somos levados a questionar o potencial emancipador e transgressor dessa saída do armário patrocinada pela heteronormatividade. Afinal, devemos lembrar que, em algumas das coming out stories, a experiência de apaixonamento e o relacionamento afetivo dela advinda permitia o crescimento individual em termos de auto-estima e auto-realização, ao mesmo tempo em que impedia uma identificação com o coletivo de gays. O relacionamento funcionava como uma blindagem contra a identidade gay ou lésbica. Entre nossos entrevistados, percebemos como tal tipo de relacionamento pode também ser vivido “dentro do armário” pelo casal, que ressignifica sua auto-imagem positivamente sem alterar o estigma que recai socialmente sobre “eles”, os gays e lésbicas, que, ou são efeminados demais, ou são masculinizados demais, ou se exibem demais, ou provocam demais, ou passam dos limites demais, pois não sabem se comportar como um casal normal (leia-se: como um casal heterossexual, embora, na prática, os limites de ação em público sejam muito mais alargados para estes do que para aqueles). Pode não haver politização implicada nessa saída do armário. Ao contrário, podemos observar o surgimento de posturas ainda mais conservadoras, com discursos que vão buscar inferiorizar ainda mais os gays que não se purificaram pela via do amor romântico redentor. Falamos daqueles que aderem a outras formas de envolvimento afetivos, sexuais e amoros, ainda que não possam ser reconhecidos assim na hierarquia na qual o amor romântico domesticado (que, a rigor deveria ser heterossexual) requer para si a exclusividade do título de Amor.

Em sua análise da comunidade homossexual das décadas de 70 e 80, nos Estados Unidos e Europa, Pollak (1983) observa que suas formas próprias de interação afetivas e sexuais tinham um grande potencial questionador das normas sociais, contribuindo fortemente para o processo de liberalização sexual que tinha curso. Para ele, a própria definição da homossexualidade operava a separação entre interesse sexual (pautado no prazer) e procriação, de modo a afrontar uma questão central para os valores morais tradicionais. Além dessa cisão por definição, entre sexualidade e reprodução, uma outra cisão, entre sexualidade e tendências afetivas, foi encampada pela comunidade homossexual. Segundo o autor, essa separação foi acelerada pela interdição social da homossexualidade que, ao torná-la prática clandestina, estimulava

a organização de dinâmicas sexuais de minimização de riscos e de aumento de eficácia na obteção do prazer:

“No caso da homossexualidade, resulta daí o isolamento do ato sexual no tempo e no espaço, a limitação a u mínimo dos ritos de preparação do ato sexual, a dissolução da relação imediatamente após o ato, o desenvolvimento de um sistema de comunicação que permite esta minimização dos investimentos, enquanto maximiza os rendimentos orgásticos.” (Pollak, 1983, p. 53)

Neste momento da história, Pollak localizava o vanguardismo de comunidade homossexual em sua empreitada de superação de normas e de proposição de novas estruturas que permitiam uma gestão da vida afetiva e social fora dos condicionamentos das relações estáveis e duradouras. A diversidade de estilos de vida criados e inventados em função de desejos sexuais e afetivos cada vez mais especializados surpreendia o autor. Para ele, era como se a comunidade homossexual pudesse oferecer respostas práticas a um questionamento mais geral, respostas que poderiam ser extrapoladas para além desse meio. Construíam formas de combinar a satisfação de necessidades sexuais e afetivas sem ter a necessidade de pagar o preço de alguns condicionantes tantas vezes inerentes às relações de casal.

O que Ariès (1983) nos ajuda a compreender é como o pensamento de Pollak é porta-voz de uma nova visão sobre a homossexualidade, que emergia nas décadas de 70 e 80. As histórias de amizade ambíguas entre dois homens ou duas mulheres, ou de trágicas paixões que acabariam em morte ou suicídio, que outrora seriam convocadas para traduzir a homossexualidade, nem de longe se aproximavam das análises de Pollak que “(...) recusa a ilusão da paixão profunda, do amor platônico. Apresenta-se como o produto de um mercado estritamente sexual, ligado ao orgasmo” (Ariès, 1983, p. 83). Mas antes de buscar reforçar o estigma que recaía sobre a homossexualidade, as análises de Ariès e Pollak a legitimavam no lugar de uma sexualidade em estado puro, uma sexualidade piloto. Por essa visão, a homossexualidade, naturalmente alheia à procriação, apresenta-se como sexualidade nova e independente, à margem das tradições, instituições e laços sociais, podendo levar às últimas consequências o privilégio do orgasmo na sexualidade. E tal capacidade seria por demais transgressora

e libertária. Afinal, na prática diária e cotidiana, os compromissos duradouros já há muito não eram almejados pelos indivíduos heterossexuais para o exercício de sua sexualidade: “Já ninguém ama uma vida inteira, mas sim na intensidade do instante que passa, intensidade pouco compatível, ao que parece, com a ternura, com o sentimento” (Ariès, 1983, p. 83). A homossexualidade apontava a todos a existência de novas possibilidades criativas para a expressão da sexualidade.

É dessa nova capacidade transgressora da norma que Butler (2003) sente falta nas pautas atuais dos movimentos sociais homossexuais, centrados em reivindicações jurídicas de legalização de uniões. Além da retomada do caráter conservador de tais relações, trazidas agora como modelo legítimo e normalizador também entre os homossexuais, questiona o poder que cada vez mais conferimos ao Estado na regulação de nossas relações. A que condições nos submetemos para que nos sejam garantidos direitos hoje exclusivos a casais que se subordinam à norma hegemônica de casal.

O que percebemos, ao menos entre nossos informantes, é a retomada de valores conservadores, operantes da heteronormatividade que os constitui tanto enquanto sujeitos silenciados no armário quanto enquanto homossexuais desde que enquadrados e norma e, por ela, higienizados.

Cícero retrata bem a importância que os seus relacionamentos tiveram em seu processo de reconhecimento de si enquanto homossexual. O amor é ainda elevado a dom divino na conversa que tem com seu padre, reafirmando seu caráter redentor por meio do discurso religioso. O amor seria capaz de isentá-lo até mesmo das cargas negativas inerentes à homossexualidade diante de Deus. Vemos que o próprio discurso religioso cristão católico, apontado por Richards (1993) como fundamentalmente hostil, desde suas origens, às práticas homossexuais (*cf.* p.152), pode desdobrar-se em discursos diferentes no trato pastoral praticado entre os padres e seus fiéis católicos. A formação de uma multiplicidade de discursos não hegemônicos no interior da própria Igreja Católica, que se manifesta em posturas de tolerância e acolhimento, e até mesmo encampa zonas de permissividade às práticas homossexuais [A aceitação de práticas homossexuais é frontalmente contrária ao discurso oficial da Igreja Católica,

expresso em seu Catecismo, segundo o qual os homossexuais “devem ser acolhidos com respeito, compaixão e delicadeza” mas “são chamadas à castidade. Pelas virtudes de autodomínio, educadoras da liberdade interior, às vezes pelo apoio de uma amizade desinteressada, pela oração e pela graça sacramental, podem e devem se aproximar, gradual e resolutamente, da perfeição cristã” (Igreja Católica, 2000, pp. 610-611)], foi muito bem descrita por (Torres, 2005), que trabalhou com padres homossexuais e análise de documentos oficiais da Igreja Católica. Consideramos que esse jogo de discursos tem o efeito de, ao dar a impressão de afrouxamento das tensões religiosas em relação à homossexualidade, contribui para a resolução, apenas em nível local e individual, de questões que não chegarão assim a questionar o discurso hegemônico, oficial da Igreja, na cena pública. Escamoteia-se a questão e mantém-se mais um fiel sob o jugo do corpus da doutrina católica e sob a influência religiosa de seus líderes, com profundas implicações pessoais e sociais. Cícero diz que se tornou ainda mais católico após sua conversa com seu padre. Sem que se altere a posição pública da Igreja, fieis são mantidos ligados à ela por meio desses discursos não-hegemônicos que são, em certa medida, difundidos sorrateiramente em condições muito específicas no trabalho pastoral. Em nível institucional, tal postura tende a resguardar a própria Igreja de um levante de questionamentos a partir de dentro de si mesmo ou uma debandada de seus fiéis. Aos fiéis que se julgavam indignos e para os quais foi apontada o poder redentor do amor, como graça capaz de purificar até mesmo seus atos homossexuais, liberando-os para sua prática, permanece intocado o lugar da Igreja enquanto detentora de verdades sobre a vida, sobre a sexualidade e sobre sua existência.

Mas como compreender a co-existência desses discursos, em princípio tão antagônicos, no interior da mesma instituição? Ao analisar as posturas e posições adotadas por padres homossexuais, Torres (2005) nos fornece alguns elementos para a compreensão da complexidade dessa questão. Ele aponta para a tolerância como dispositivo propiciador da expansão da hegemonia católica:

“(…) os padres homossexuais permanecem em um momento ambíguo do discurso. Não assumem totalmente o momento do discurso da homossexualidade como desordenamento moral, mas não deixam de articular a tolerância aos homossexuais dentro do

discurso. Essa ambiguidade é ao mesmo tempo o que os protegem das perseguições daqueles que compartilham uma identidade coletiva anti-homossexual e um impeditivo aos mesmos de constituírem uma identidade política (...). A tolerância/intolerância permanece no discurso sem problemas por não se mostrar ameaçadora ao projeto hegemônico” (Torres, 2005, p. 181).

Por meio de tais práticas, não se incorpora realmente a diferença, não se ameaça a instituição em seu discurso hegemônico e não se desestabiliza seu lugar de saber/poder (Foucault, 2009; 1976), pois não se reivindica a redistribuição do poder no tocante à gestão dos corpos e da sexualidade de seus fiéis. Ao operar a normatização da sexualidade, a Igreja Católica (e, de modo geral, a Religião) almeja sua restrição ao seio do casamento heterossexual, com fins exclusivamente reprodutivos. Cria-se uma série de pecados com vistas à delimitação desse espaço restrito de normalidade. As práticas que hoje reconhecemos como homossexuais encontram-se entre eles. Tal lugar de poder é ainda sustentado pelo silêncio público da mesma instituição em relação aos casos específicos dos quais tem conhecimento, sejam relativos à homossexualidade de padres ou fiéis. Novamente atentando para as políticas do armário, percebemos com este silêncio contribui para que a homossexualidade permaneça no terreno da tolerância, de modo a poder articular-se facilmente ao discurso. Essa posição de tolerância, impede a saída de uma relação de submissão, pois resguarda seu lugar inferiorizado na hegemonia, sem que questionamentos se levantem no campo do político, para a negociação pública. Como observa Torres (2005), *“o silêncio adotado em tais situações pode significar muitas coisas, desde uma forma de evitar a propagação de uma ideia ou ação, até mesmo uma estratégia defensiva frente ao inimigo”* (p. 183).

Assim, se, pelo contrário, as práticas pastorais de tolerância e de permissividade silenciosa, dessem lugar a uma postura negativa rígida, de reprodução e aplicação do discurso hegemônico oficial por parte da Igreja Católica, é possível que presenciássemos uma maior ebulição política, interna à própria instituição. Mantemos essas últimas colocações apenas no campo da possibilidade, pela ausência de condições, tanto empíricas quanto teóricas, de afirmá-las com mais propriedade neste momento.

Villaamil reconhece a centralidade da instituição do matrimônio nas ideologias mais de direita, mas considera de grande importância social as modificações que as reivindicações do movimento LGBT têm feito incidir sobre ele e sobre outras instituições sociais, além da criação de suas próprias instituições. O movimento logrou ainda a construção de novas subjetividades homossexuais calcadas na autorrealização e na autenticidade. É nesse marco de transformações subjetivas que a política da saída do armário, com sua referência constante a uma verdade última e genuína do eu e ao direito a sua livre expressão, tem ressoado em um amplo setor da sociedade espanhola.

Considerações Finais

Apontamos a incompletude do conceito de homofobia para a análise social, pela exposição das violências normativas do armário que culminam em altíssimos índices de suicídio. Contudo, em termos práticos, com o conceito de “armário” no centro das reflexões, perde-se o inimigo imediato, já arduamente constituído. Pois legitimar a expressão das afetividades e sexualidades lésbicas, gays, de travestis e transexuais na cena pública, demandou inúmeros esforços para pautar o “homofóbico” como “candidato” a criminoso. Considerá-lo como ator de atentado aos direitos humanos é lógica construída com muita luta política, para a inserção dos direitos sexuais no hall dos direitos humanos. E ainda assim, esta tarefa não está concluída, sendo a rejeição de boa parte da população, de grupos articulados e de nossos representantes no legislativo, empecilhos à criminalização da homofobia, por meio do PLC 122/2006.

O “armário” no centro do debate recoloca a necessidade de novas estratégias a serem pautadas diante de uma “nova” (mas nada nova) questão a ser interpelada. Questão que tem raízes e conseqüências perversas ao mesmo tempo em que conta com atores mais difíceis de localizar ou individualizar para o combate direto. Novos

esforços de análise e visibilização colocam-se como desafios ao movimento social e à academia.

Faz-se necessário um instrumental cada vez mais refinado de análise das questões psicossociais para enunciar essa dinâmica tão complexa fugindo do risco constante de cairmos em velhos binarismos aos moldes do sujeito/sociedade. Há que se traçar uma análise da sociedade e da estrutura social sem descuidar das manifestações dessa estrutura no nível do sujeito, que apenas se constitui sujeito enquanto inserido nessa sociedade, mas que é também via de interpelação criativa e de transformação da mesma. Ainda destacamos a peculiaridade da invisibilidade da questão, muitas vezes reafirmada como estratégia de sobrevivência de muitos sujeitos, como forte agravante às dificuldades de abordagem do tema.

Bibliografia

- 45 graus. (s.d.). *Notícias: 45 Graus*. Acesso em 21 de Abril de 2010, disponível em 45 graus: <http://www.45graus.com.br/ministro-defende-homossexual-que-nao-assume-orientacao-abertamente,geral,61719.html>
- Abramovay, M., Castro, M. G., & Silva, L. B. (2004). *Juventudes e Sexualidade*. Brasília: Edições UNESCO Brasil.
- Alberti, V. (2005). *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Ariès, P. (1983). Reflexões sobre a história da homossexualidade. In: P. Ariès, & A. Béjin, *Sexualidades Ocidentais* (pp. 74-89). Lisboa: Contexto Editora.
- Austin, J. L. (1970). *Quand dire c'est faire*. Paris: Seuil.
- Baudry, P. (2006). O urbano em movimento. Salvador: EDUFBA. In: H. P. Jeudy, & P. B. Jacques, *Corpos e Cenários Urbanos: Territórios Urbanos e Políticas Culturais* (pp. 25-37). Salvador: EDUFBA.
- Bech, H. (1997). *When Men Meet. Homosexuality and Modernity*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press.
- Borillo, D. (2009). A Homofobia. In: T. Lionço, & D. Diniz, *Homofobia e Educação: um desafio ao silêncio* (pp. 15-46). Brasília: LetrasLivres; Editora UnB.
- Borrillo, D. (2001). *Homofobia*. Barcelona: Ediciones Bellaterra.
- Butler, J. (1993). *Bodies that Matter. On the Discursive of "Sex"*. Nova York: Routledge.
- Butler, J. (2003). O parentesco é sempre tido como heterossexual? *Cadernos Pagu*, 21, pp. 219-260.
- Carrara, S., & Ramos, S. (2005). *Política, direitos, violência e homossexualidade. Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT* (Vol. 3). Rio de Janeiro: CEPESC.
- Carrara, S., Ramos, S., Lacerda, P., Medrado, B., & Nara, V. (2007). *Política, direitos, violência e homossexualidade. Pesquisa 5ª Parada da Diversidade – Pernambuco 2006*. Rio de Janeiro: CEPESC.
- Carrara, S., Ramos, S., Simões, J. A., & Facchini, R. (2006). *Política, direitos, violência e homossexualidade. Pesquisa. 9ª Parada do Orgulho GLBT – São Paulo 2005* (Vol. 5). Rio de Janeiro: CEPESC.
- Chaves, J. C. (2006). Os amores e o ordenamento das práticas amorosas no Brasil da belle époque. *Análise Social*, XLI (180), pp. 827-846.

- Connel, R. W. (1997). La organización social de la masculinidad. In: T. Valdés, & J. Olavarría, *Masculinidad/es. Poder y crisis*. (pp. 31-48). Santiago, Chile: ISIS-FLACSO Ediciones de Mujeres.
- Costa, F. A., & Prado, M. A. (2006). *A dinâmica da participação política no movimento social GLBT de Belo Horizonte: seus impedimentos e suas possibilidades*. Relatório de Iniciação Científica - CNPq, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Costa, V. (11 de Outubro de 2009). *Comportamento: A chave para sair do armário*. Acesso em 21 de Janeiro de 2010, disponível em Site Mundo Mais:
<http://www.mundomais.com.br/comportamento>
- Eisenberg, M. E., & Resnick, M. D. (2006). Suicidality among Gay, Lesbian and Bisexual Youth: The Role of Protective Factors. *Journal of Adolescent Health*, 39, pp. 662–668.
- Eribon, D. (2008). *Reflexões sobre a questão gay*. (P. Abreu, Trad.) Rio de Janeiro: Editora Companhia de Freud.
- Fitzpatrick, K. K., Euton, S. J., Jones, J. N., & Schmidt, N. B. (12 de Maio de 2005). Gender role, sexual orientation and suicide risk. *Journal of Affective Disorders*, 87, pp. 35-42.
- Foucault, M. (2009; 1976). *História da Sexualidade I: a vontade de saber* (19ª Edição ed.). (M. T. Albuquerque, & J. A. Albuquerque, Trads.) São Paulo: Edições Graal.
- Grupo Gay da Bahia. (s.d.). *Dossiê: Assassinatos de GLBT no Brasil*. Acesso em 15 de Março de 2010, disponível em Site do Grupo Gay da Bahia:
<http://www.ggb.org.br/dossier%20de%20assassinatos%20de%20homossexuais%20em%202009.html>
- Igreja Católica. (2000). *Catecismo da Igreja Católica*. (C. N. Brasil, Trad.) São Paulo, SP, Brasil: Edições Loyola.
- Junqueira, R. D. (2008). Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. *Bágoas* (1).
- Kimmel, M. S. (Outubro de 1998). A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos* (9), pp. 103-117.
- Kimmel, M. S. (1994). Homofobia, temor, vergüenza y silencio en la identidad masculina. *Ediciones de las Mujeres* (24), pp. 49-62.
- King, L. A., & Noelle, S. S. (2005). Happy, mature, and gay: Intimacy, power, and difficult times in coming out stories. *Journal of Research in Personality*, 39, pp. 278–298.
- Kreiss, J. L., & Patterson, D. L. (Novembro/Dezembro de 1997). Psychosocial Issues in Primary Care of Lesbian, Gay, Bisexual, and Pansgender Youth. *Journal of Pediatric Health Care*, 11, pp. 266-274.
- Kreiss, J. L., & Patterson, D. L. (Novembro/Dezembro de 2006). Psychosocial Issues in Primary Care of Lesbian, Gay, Bisexual, and Pansgender Youth. *Journal of Pediatric Health Care*, 11, pp. 266-274.

- Lefebvre, H. (2008; 1972). *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Louro, G. L. (2009). Heteronormatividade e Homofobia. In: R. D. Junqueira, *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* (pp. 85-94). Brasília: UNESCO.
- Louro, G. L. (Segundo semestre de 2001). Teoria Queer - Uma Política Pós-Identitária Para a Educação. *Revista Estudos Feministas*, 9 (2), pp. 541-553.
- MacRae, E. (1983). Em defesa do gueto. *Novos Estudos*, 1 (2), pp. 53-60.
- Minayo, M. C. (2006). *O desafio do conhecimento*. São Paulo: Hucitec.
- Miskolci, R. (2007). A Teoria Queer e a Questão das Diferenças: por uma analítica da normalização. *Anais do 16º Congresso de Leitura do Brasil*. Campinas: ALB.
- Miskolci, R. (2007). Comentário. *Cadernos Pagu* (28).
- Moris, V. L. (2008). Preciso te contar? - paternidade homoafetiva e a revelação para os filhos. *Tese de Doutorado em Psicologia Clínica pela PUC de São Paulo*. São Paulo, SP, Brasil: Trabalho não publicado.
- Mott, L. R. (2000). *Violação dos direitos humanos e assassinato de homossexuais no Brasil - 1999*. Salvador.
- Nussbaumer, G. M. (Fevereiro de 2004). Comunicação, sociabilidade e escrita de si - comunidade GLS no ciberespaço. *Tese de Doutorado defendida junto ao programa de pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da UFBA*. Salvador, BA, Brasil: Trabalho não publicado.
- Nussbaumer, G. M. (2008). Identidade e sociabilidade em comunidades virtuais gays. *Bagoas* (2).
- Pereira, B. N., Ayrosa, E. A., & Ojima, S. (2006). Consumo entre gays: compreendendo a construção da identidade homossexual através do consumo. *Cadernos EBAPE*, IV (2).
- Perlongher, N. (2008; 1987). *O Negócio do Michê: a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Pollak, M. (1983). A homossexualidade masculina, ou: a felicidade no ghetto? In: P. Ariès, & A. Béjin, *Sexualidades Ocidentais* (pp. 51-73). Lisboa: Contexto Editora.
- Prado, M. A. (Agosto de 2008). A Política do Armário como analisador institucional. *Caderno de Resumos do 16º Encontro Regional da ABRAPSO*. Uberlândia, Minas Gerais, Brasil.
- Prado, M. A. (Psicologia em Revista de 2002). Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em Revista*, 11 (8), pp. 59-71.
- Prado, M. A., & Machado, F. V. (2008). *Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez Editora.

- Prado, M. A., & Machado, F. V. (27 de Abril de 2007). Visibilidade, sexualidade e cidadania na Parada do Orgulho GLBT de Belo Horizonte. *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*, pp. 247-262.
- Prado, M. A., Rodrigues, C. S., & Machado, F. V. (2006). *Participação, política e homossexualidade: parada GLBT de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.
- Remafedi, G. (Outubro de 2002). Suicidality in a Venue-based Sample of Young Men Who Have Sex With Men. *Journal of Adolescent Health*, 31, pp. 305-310.
- Ribeiro, D. (2005). *Genocídio gay*. Acesso em 25 de Novembro de 2008, disponível em E-Jovem: <http://www.e-jovem.com/news00.html#genocidio>
- Richards, J. (1993). *Sexo, desvio e danação: as minorias na Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Rios, R. R. (2007). o conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: F. Pocahy, *Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea* (pp. 27-48). Porto Alegre: Nuances.
- Rosenmann, M. R. (2005). Conflito e crise no pensamento social latino-americano. In: R. & Leher, *Pensamento Crítico e Movimentos Sociais: diálogos para uma nova práxis* (pp. 141-155). São Paulo: Editora Cortez.
- Russo, F. (2006). *Adoro Cinema.com*. Acesso em 24 de Novembro de 2008, disponível em Adoro Cinema: <http://www.adorocinema.com.br>
- Saggese, G. S. (2009). *Quando o armário é aberto: visibilidade e estratégias de manipulação no coming out de homens homossexuais*. Dissertação de Mestrado defendida junto ao Instituto de Medicina Social da UERJ, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, Rio de Janeiro.
- Santos, A. C. (2002). *Fontes orais: testemunhos, trajetórias de vida e história*. Acesso em 24 de Novembro de 2008, disponível em Arquivo Público do Paraná: http://www.pr.gov.br/arquivopublico/pdf/palestra_fontes_orais.pdf
- Santos, B. S. (2002). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista crítica de ciências sociais*, pp. 237-280.
- Sedgwick, E. K. (2007). A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu* (28), pp. 19-54.
- Sedgwick, E. K. (1998). *Epistemología del Armario*. Barcelona: Ediciones de la Tempestad.
- Senado Federal. (s.d.). *Senado Federal*. Acesso em 25 de Novembro de 2008, disponível em Site do Senado Federal: <http://www.senado.gov.br/sf/>
- Simões, J. A., & Facchini, R. (2009). *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Tadei, E. M. (2002). A mestiçagem enquanto um dispositivo de poder e a constituição de nossa identidade nacional. (C. F. Psicologia, Ed.) *Revista Ciência e Profissão* , 22.

Toneli, M. J., & Perucchi, J. (Setembro/Dezembro de 2006). Territorialidade homoerótica: apontamentos para os estudos de gênero. *Psicologia & Sociedade* , pp. 39-47.

Torres, M. A. (13 de Dezembro de 2005). Os significados da homossexualidade no discurso da Igreja Católica Romana pós-concílio Vaticano II: padres homossexuais, tolerância e formação hegemônica católica. *Dissertação de mestrado defendida junto ao programa de pós-graduação em Psicologia da UFMG* . Belo Horizonte, MG, Brasil: Trabalho não publicado.

Even, P., Vallée, J.-M. (Produtores), Vallée, J.-M., Boulay, F. (Escritores), & Vallée, J.-M. (Diretor). (2005). *C.R.A.Z.Y.* [Filme Cinematográfico]. Canadá: California Filmes.

Villaamil, F. P. (2004). Economía Política del Armario: Políticas del Silencio, Políticas de la Autenticidad. *Revista Psicología Política* , 8 (4), pp. 275-302.

Villaamil, F. P. (Dezembro de 2003). Llevar los tacones por dentro - Identidad, ironía y resistencia. *Arxius de Ciències Socials* , pp. 155-173.

Wacquant, L. (2004). Que é gueto? Construindo um conceito sociológico. *Revista de Sociologia e Política* (23), pp. 155-164.

ANEXOS

Anexo I - E-mail de contato

Olá, Humberto!

Tudo bem?

Me chamo Daniel e recebi o seu endereço de e-mail por meio do Zé.

Ele me informou que eu poderia estabelecer este contato com você.

Gostaria de convidá-lo para participar de minha pesquisa de mestrado, que tem como questão de estudo as experiências de jovens não-heterossexuais e o silêncio ou segredo acerca das mesmas. Comumente, fala-se de "armário", "estar no armário" ou "sair do armário", para dizer dessas experiências em espaços diferentes de nossa sociedade.

Eu gostaria de ouvi-lo falar sobre essas questões em sua história e em sua vida.

SEGUEM MAIS DETALHES:

- Sua participação se daria por meio de 1 encontro para entrevista (ou mais, caso julgemos necessário em nossos contatos iniciais e você concorde).
- Essa(s) entrevista(s) seria(m) gravada(s) e transcrita(s), mediante sua autorização.
- Você terá todas as garantias quanto ao anonimato, sigilo e confidencialidade dos dados, conforme os padrões éticos de pesquisa em ciências humanas.
- Seu nome não será citado em momento algum e quaisquer informações que possam levar à sua identificação serão alteradas para fins de análise e uso dos dados coletados.
- O local e o horário da entrevista pode ser combinado de acordo com sua preferência e disponibilidade e também visando manter seu anonimato. Posso me deslocar e/ou também providenciar um local para nossa conversa, de acordo com sua preferência.
- Estou à disposição para quaisquer esclarecimentos que você julgar necessários em relação ao trabalho que estou realizando.
- Este endereço de e-mail institucional (armario@fafich.ufmg.br) será acessado apenas por mim, em momentos de trabalho individual e apenas para fins de pesquisa. Fique à vontade para me escrever.
- Esta minha pesquisa é vinculada ao Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT - lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – da Universidade Federal de Minas Gerais (Nuh/UFMG - www.fafich.ufmg.br/nuh). Contudo, os demais integrantes desse Núcleo não terão acesso às suas informações pessoais.
- Nossos trabalhos em pesquisa, ensino e extensão têm por objetivo a promoção dos direitos humanos e da cidadania LGBT, uma maior compreensão acerca da vivência das homossexualidades em nossa sociedade e o combate à homofobia por meio da produção e divulgação de conhecimento acadêmico e da intervenção social.

Aguardo seu retorno o quanto antes, na expectativa de poder contar com sua colaboração voluntária a esta pesquisa. Acreditamos que esse estudo pode contribuir muito para a compreensão e transformação de nossa sociedade e você pode fazer parte disso.

Atenciosamente,

Daniel Arruda Martins

Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT

Universidade Federal de Minas Gerais

ANEXO II
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a),

Gostaríamos de convidá-lo/a para participar desta pesquisa de mestrado na condição de entrevistado/a.

Este estudo é realizado pelo Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT – lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – da Universidade Federal de Minas Gerais (Nuh/UFGM) junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da mesma universidade. É orientado pelo Professor Doutor Marco Aurélio Máximo Prado.

Temos como questão de estudo as experiências de jovens não-heterossexuais e o silêncio ou segredo acerca das mesmas. Comumente, fala-se de "armário", "estar no armário" ou "sair do armário", para dizer dessas experiências em espaços diferentes de nossa sociedade. Gostaríamos de ouvi-lo falar sobre essas questões em sua história e em sua vida.

Por meio deste Termo, ficam acordados os seguintes pontos:

- Sua participação se dará por meio de 1 encontro para entrevista (ou mais, caso julgemos necessário em nossos contatos iniciais e você concorde).
- Essa(s) entrevista(s), concedida(s) em caráter voluntário, será(ão) gravada(s) e transcrita(s), mediante sua autorização. É possível interromper a gravação sempre que o/a entrevistado/a assim desejar.
- Você terá todas as garantias quanto ao anonimato, sigilo e confidencialidade dos dados, conforme os padrões éticos de pesquisa em ciências humanas.
- Seu nome não será citado em momento algum e quaisquer informações que possam levar à sua identificação serão alteradas para fins de análise e uso dos dados coletados.
- O endereço de e-mail institucional (armario@fafich.ufmg.br), utilizado pelo pesquisador para contato com os/as entrevistados/as será acessado apenas por ele, em momentos de trabalho individual e apenas para fins de pesquisa.
- Os/as demais integrantes do Nuh/UFGM não terão acesso às informações pessoais dos/as entrevistados/as.
- As informações coletadas na(s) entrevista(s) realizada(s) serão utilizadas com fins estritamente de pesquisa, podendo ser utilizadas para possíveis publicações

(resguardando o sigilo e o anonimato), ficando isentos de ônus de qualquer espécie o pesquisador e o/a entrevistado/a.

Nossos trabalhos em pesquisa, ensino e extensão têm por objetivo a promoção dos direitos humanos e da cidadania LGBT, uma maior compreensão acerca da vivência das homossexualidades em nossa sociedade e o combate à homofobia por meio da produção e divulgação de conhecimento acadêmico e da intervenção social.

Assinam abaixo:

- o/a entrevistado/a, consentindo o uso das informações concedidas na forma prevista neste termo;
- o pesquisador, comprometendo-se a observar o acordo e a prestar quaisquer esclarecimentos sobre a pesquisa;
- o orientador da pesquisa, colocando-se ciente da realização desta(s) entrevista(s).

Este termo é elaborado em duas vias, ficando uma de posse da entrevistada e outra de posse do pesquisador.

Belo Horizonte, _____ de _____ de _____.

ENTREVISTADO/A

Daniel Arruda Martins
PESQUISADOR

Marco Aurélio Máximo Prado
ORIENTADOR

Contatos:

COEP	Nuh/UFMG	Pesquisador
Comitê de Ética em Pesquisa Av. Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II, 2º Andar, sala 2005, Campus Pampulha 31270-901 – Belo Horizonte, MG – Brasil coep@prpq.ufmg.br (31) 3409-4592	Av. Antônio Carlos, 6627, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, sala 2003 Campus Pampulha 31270-901 – Belo Horizonte, MG – Brasil (31) 3409-6287	Daniel Arruda Martins armario@fafich.ufmg.br (31) 8721-9525